



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
NÚCLEO DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM ECONOMIA
MESTRADO PROFISSIONAL EM DESENVOLVIMENTO REGIONAL E GESTÃO DE
EMPREENDIMENTOS LOCAIS

BRUNO SETTON GONÇALVES

OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA ECONOMIA SERGIPANA: UMA ANÁLISE
DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2000 A 2007.

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2009

BRUNO SETTON GONÇALVES

**OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA ECONOMIA SERGIPANA: UMA ANÁLISE
DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2000 A 2007.**

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Economia, na área de concentração em Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

**SÃO CRISTÓVÃO – SERGIPE
2009**

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE

G635i Gonçalves, Bruno Setton
Os investimentos públicos na economia sergipana :
uma análise das despesas orçamentárias de 2000 a
2007 / Bruno Setton Gonçalves. – São Cristóvão, 2009.
137 f.

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento
Regional e Gestão de Empreendimentos Locais) -
Universidade Federal de Sergipe, 2008.

Orientador: Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo

1. Finanças públicas - Sergipe. 2. Economia -
Sergipe. 3. Desenvolvimento econômico. 4. Despesa
pública. 5. Orçamento. I. Título.

CDU 336.1(813.7)

**OS INVESTIMENTOS PÚBLICOS NA ECONOMIA SERGIPANA: UMA ANÁLISE
DAS DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS DE 2000 A 2007.**

Dissertação aprovada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Economia do Núcleo de Pós-Graduação e Pesquisa em Economia da Universidade Federal de Sergipe.

Área de concentração: Desenvolvimento Regional e Gestão de Empreendimentos Locais

Aprovada em: 29 / 05 / 2009

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Ricardo Oliveira Lacerda de Melo - Orientador
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Marco Antônio Jorge
Universidade Federal de Sergipe

Prof. Dr. Reynaldo Rubem Ferreira Junior
Universidade Federal de Alagoas

DEDICATÓRIA

*"Há homens que lutaram um dia e foram bons.
Há outros que lutaram um ano e foram melhores.
Há os que lutaram muitos anos e foram muito bons.
Porém, há os que lutaram toda a vida.
Esses foram os imprescindíveis".*

Bertolt Brecht

Como Jackson Sá Figueiredo (in memorian) a quem dedico esta dissertação.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é o resultado da soma de esforços, dedicação e renúncia, e como soma de tudo isso ela teve a participação de várias pessoas que me cederam um pouco de cada um desses componentes.

A primeira pessoa a quem gostaria de agradecer é o meu orientador, Professor Ricardo Lacerda, responsável direto pela minha formação como economista, pois foi meu mestre desde a graduação, sem sua paciência exigência e dedicação esta dissertação com certeza não teria a qualidade alcançada. Em nome dele quero agradecer a todo o corpo docente do NUPEC.

Outro agradecimento ao qual não poderia deixar de fazer é ao amigo e companheiro de mestrado o Superintendente de Estudos e Pesquisa da SEPLAN, Marcos Vinícius Castaneda, perdi as contas de quantos textos, documentos, dados e informações valiosas ele me forneceu no decorrer deste trabalho. Em nome dele agradeço a todos os amigos do corpo discente do NUPEC.

Outro personagem muito importante desta jornada também teve participação direta na minha formação acadêmica e que hoje tenho o orgulho e a honra de participar de sua equipe de trabalho na construção de uma política de turismo forte para o nosso estado. Ao meu amigo José Roberto de Lima Andrade os meus mais sinceros e fraternos agradecimentos.

Outra figura importante na minha vida e essa eu tenho sempre a agradecer, seja qual for o episódio da minha vida, pois é o meu exemplo de vida, meu parâmetro de profissionalismo, ao meu tio e padrinho, André Ferreira Neto o meu muito obrigado por tudo, essa pequena conquista eu tenho o orgulho de dividi - lá com o senhor.

Propositalmente deixo por último as quatro mulheres as quais a vida nos liga por laços de amor, carinho, cumplicidade, fraternidade, dedicação e respeito. Minha mãe (Dª.Rita), minha esposa (Gilvania) e as minhas irmãs (Juliana e Elena), esse título é de todas vocês.

RESUMO

A preocupação com os efeitos dos gastos públicos na economia é recorrente, sobretudo com os impactos deles sobre o crescimento econômico, com isso a sociedade espera sempre uma alocação eficiente dos recursos públicos, já que existem limites para a expansão das receitas que financiam o aumento dos gastos *per capita*. Isso só reforça a necessidade de aumento da produtividade dos gastos públicos. O objetivo deste estudo é analisar teórica e empiricamente os efeitos dos gastos públicos na economia sergipana no período de 2000 a 2007, sobretudo os impactos dos investimentos em infra-estrutura sobre o crescimento econômico do Estado, de forma agregada, captando o balanço líquido da participação dos gastos sobre o produto interno.

PALAVRAS-CHAVE: Finanças Públicas; Despesa Pública; Infra-Estrutura; Orçamento Público.

ABSTRACT

The concern with the effect of the public expenses in the economy is recurrent, over all with the impacts of them on the economic growth with this the society waits always an efficient allocation of the public resources, since limits for the expansion of the prescriptions exist that finance the increase of the expenses per capita. This only strengthens the necessity of increase of the productivity of the public expenses. In end the objective of this study is to analyze theoretician and empirically the effect of the public expenses in the sergipana economy in the period of 2000 the 2007, over all the impacts of the investments in infrastructure on the economic growth of the State, of form added, catching the liquid rocking of the participation of the expenses on the internal product.

KEY WORDS: Public Finances; Public Charges; Infrastructure; Public Budget.

SUMÁRIO

| | |
|--|------|
| NOMENCLATURA..... | X |
| LISTA DE TABELAS..... | XII |
| LISTA DE FIGURAS | XIII |
| INTRODUÇÃO..... | 15 |
| CAPÍTULO 1 | 20 |
| OS IMPACTOS PRODUTIVOS DOS INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA | 20 |
| 1.1 EFICIÊNCIA DOS GASTOS PÚBLICOS E O CRESCIMENTO ECONÔMICO | 23 |
| 1.2 O PAPEL DOS GASTOS PÚBLICOS NA DINÂMICA ECONÔMICA | 26 |
| 1.3 OS GASTOS EM INFRA-ESTRUTURA E O CRESCIMENTO ECONÔMICO | 28 |
| 1.4 EFEITOS KEYNESIANOS <i>VERSUS</i> EFEITOS NÃO-KEYNESIANOS DA POLÍTICA ORÇAMENTÁRIA..... | 33 |
| CAPÍTULO 2 | 40 |
| PANORAMA GERAL DA ECONOMIA SERGIPANA, ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DO PIB | 40 |
| 2.1 BREVE ABORDAGEM DA IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS REGIONAIS NO BRASIL . | 40 |
| 2.2 CONJUNTURA RECENTE DA ECONOMIA SERGIPANA | 48 |
| 2.3 A EVOLUÇÃO DO PIB SERGIPANO E O PESO DO ESTADO NA SUA COMPOSIÇÃO.... | 57 |
| CAPÍTULO 3 | 67 |
| FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS ESTRUTURA DE RECEITA E DESPESA DE 2000 A 2007 | 67 |
| 3.1 EVOLUÇÃO DAS RECEITAS | 70 |
| 3.2 EVOLUÇÃO DAS DESPESAS | 76 |
| 3.2.1. <i>Despesa Total</i> | 76 |
| <i>Período 2000 -2003</i> | 76 |
| 3.2.2 <i>Despesas Correntes</i> | 78 |
| 3.2.3 <i>Despesas de Capital</i> | 80 |
| 3.2.4 <i>Adequação das Finanças Públicas a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)</i> | 84 |
| 3.2.5 <i>O Programa de Ajuste Fiscal</i> | 87 |
| 3.3 EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR FUNÇÃO | 90 |
| CONSIDERAÇÕES FINAIS..... | 97 |
| REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA | 101 |
| APÊNDICE | 104 |

NOMENCLATURA

| SIGLAS | DESCRIÇÃO |
|-----------|---|
| ADA | Agência de Desenvolvimento da Amazônia |
| ADENE | Agência de Desenvolvimento do Nordeste |
| ADP'S | Atividades Diretamente Produtivas |
| BNB | Banco do Nordeste do Brasil |
| BNDES | Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social |
| CEPLAN | Consultoria Econômica e Planejamento |
| CODEVASF | Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco |
| CONGER | Controladoria Geral do Estado de Sergipe |
| DC | Despesa Corrente |
| DCL | Despesa Corrente Líquida |
| DK | Despesa de Capital |
| DNOCS | Departamento de Obras Contra a Seca |
| ENERGIEPE | Empresa de Energia de Sergipe |
| FBKF | Formação Bruta de Capital Fixo |
| FCO | Fundo Constitucional do Centro-Oeste |
| FINAM | Fundo de Desenvolvimento da Amazônia |
| FINOR | Fundo de Desenvolvimento do Nordeste |
| FNE | Fundo Constitucional do Nordeste |
| FNO | Fundo Constitucional do Norte |
| FPE | Fundo de Participação dos Estados |
| FPM | Fundo de Participação dos Municípios |
| GEPEA | Grupo de Estudos e Pesquisas em Estatística Aplicada |
| GTDN | Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste |
| HER | Hipótese das Expectativas Racionais |
| IBGE | Instituto Brasileiro Geográfico |
| ICMS | Imposto sobre Circulação de Mercadorias |
| IGPM | Índice Geral Preço de Mercado |
| IOF | Imposto sobre Operação Financeira |
| IPEA | Instituto de Pesquisa e Economia Aplicada |
| IPI | Imposto sobre Produtos Industrializados |
| IPVA | Imposto sobre veículos automotores |
| IRPF | Imposto de Renda Pessoa Física |
| LRF | Lei de Responsabilidade Fiscal |
| NAFTA | Tratado Norte-Americano de Livre Comércio |
| P&D | Pesquisa e Desenvolvimento |
| PAC | Programa de Aceleração do Crescimento |
| PAF | Programa de Ajustamento Fiscal |
| PIB | Produto Interno Bruto |
| PIN | Plano de Integração Nacional |
| PND | Plano Nacional de Desenvolvimento |
| PPA | Plano Plurianual |
| PROTERRA | Programa de Redistribuição da Terra |
| RC | Receita Corrente |
| RCL | Receita Corrente Líquida |

| | |
|----------|--|
| RK | Receita de Capital |
| RLR | Receita Líquida Real |
| ROC | Receita de Operações de Crédito |
| SEFAZ | Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe |
| SEPLAN | Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe |
| SUDAM | Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia |
| SUDENE | Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste |
| SUFRAMA | Superintendência da Zona Franca de Manaus |
| SUPERFIP | Superintendência de Finanças Públicas do Estado de Sergipe |
| SUPES | Superintendência de Estudos e Pesquisas |
| UNB | Universidade de Brasília |
| UNICAMP | Universidade de Campinas |

LISTA DE TABELAS

| | |
|---|----|
| TABELA 1 - ELASTICIDADE PRODUTO-INVESTIMENTO NA INFRA-ESTRUTURA ESTIMADA PARA ALGUNS PAÍSES | 29 |
| TABELA 2 - ELASTICIDADE PRODUTO X INVESTIMENTO NA INFRA-ESTRUTURA PARA ALGUNS SETORES DA ECONOMIA | 30 |
| TABELA 3 - PARTICIPAÇÃO NO PRODUTO INDUSTRIAL DO BRASIL | 40 |
| TABELA 4 - PROJEÇÃO DE INVESTIMENTOS ANUAIS EM INFRA-ESTRUTURA NO NORDESTE DE 2008 A 2011 (PARTICIPAÇÃO % NO PIB ESTADUAL, ANO BASE 2003) | 47 |
| TABELA 5 - SERGIPE VALOR ADICIONADO BRUTO E ESTRUTURA DE PARTICIPAÇÃO DOS GRANDES SETORES DA ECONOMIA 2006..... | 52 |
| TABELA 6 - SERGIPE PARTICIPAÇÃO (%) DAS ATIVIDADES ECONÔMICAS NO VALOR ADICIONADO BRUTO A PREÇOS BÁSICOS. 2002-2006..... | 53 |
| TABELA 7 - PRODUTO INTERNO BRUTO, A PREÇO DE MERCADO, DO BRASIL, NORDESTE E SERGIPE. 2002-2006 | 54 |
| TABELA 8 - PARTICIPAÇÃO (%) DOS PIB'S ESTADUAIS E REGIÕES NO PIB DO BRASIL (RANKING) 2002-2006 | 55 |
| TABELA 9 - SERGIPE: PRODUÇÃO DE PETRÓLEO | 59 |
| TABELA 10 - SERGIPE: PRODUÇÃO DE GÁS NATURAL | 60 |
| TABELA 11 - BRASIL, NORDESTE E SERGIPE TAXAS ANUAIS DE CRESCIMENTO DO | 65 |
| TABELA 12 - DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE RECEITA | 71 |
| TABELA 13 - BRASIL: VARIAÇÃO PERCENTUAL DOS COMPONENTES DO PIB PELA ÓTICA DA DEMANDA 2002/2003 | 71 |
| TABELA 14 - SERGIPE - TAXA DE CRESCIMENTO DO PIB REAL A PREÇO BÁSICO | 72 |
| TABELA 15 - DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE RECEITA | 73 |
| TABELA 16 - DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DESPESA | 77 |
| TABELA 17 - DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE DESPESA | 77 |
| TABELA 18 - EVOLUÇÃO NOMINAL DAS DESPESAS COM PESSOAL (2000 A 2007) .. | 79 |
| TABELA 19 - SERGIPE: EVOLUÇÃO DO BALANÇO CORRENTE (2000-2003) | 80 |
| TABELA 20 - SERGIPE: EVOLUÇÃO DO BALANÇO CORRENTE (2004-2007) | 80 |
| TABELA 21 - SERGIPE: EVOLUÇÃO DO BALANÇO DE CAPITAL (2000-2003) | 82 |
| TABELA 22 - SERGIPE: EVOLUÇÃO DO BALANÇO DE CAPITAL (2004-2007) | 82 |
| TABELA 23 - SERGIPE: EVOLUÇÃO DO BALANÇO NOMINAL (2000-2003)..... | 82 |
| TABELA 24 - SERGIPE: EVOLUÇÃO DO BALANÇO NOMINAL (2004-2007)..... | 83 |
| TABELA 25 - LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL (2000-2004) | 84 |
| TABELA 26 - LIMITE PRUDENCIAL DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL | 86 |
| TABELA 27 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL COM A UNIÃO | 88 |
| TABELA 28 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL COM A UNIÃO | 88 |
| TABELA 29 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL COM A UNIÃO | 89 |
| TABELA 30 - DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DO PROGRAMA DE AJUSTE FISCAL COM A UNIÃO | 89 |
| TABELA 31 - BRASIL NORDESTE E SERGIPE: PERCENTUAL DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES PERMANENTES (EM %) QUE TEM ACESSO À INFRA-ESTRUTURA (1992, 1999, 2001, 2002, 2003)..... | 91 |

LISTA DE FIGURAS

| | |
|--|----|
| GRÁFICO 1 - BRASIL, NORDESTE E SERGIPE: EVOLUÇÃO DO PRODUTO INTERNO BRUTO (1970-2002)..... | 45 |
| GRÁFICO 2 - SERGIPE EVOLUÇÃO DA PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NO PIB ESTADUAL 1985-2002 (%) | 52 |
| GRÁFICO 3 - PARTICIPAÇÃO DOS SETORES NA ECONOMIA DE SERGIPE EM 2006 | 53 |
| GRÁFICO 4 - PRODUTO INTERNO BRUTO DE SERGIPE 2003 - 2006..... | 54 |
| GRÁFICO 5 - PARTICIPAÇÃO DO PIB SERGIPANO NO NORDESTE – R\$ MILHÕES PERÍODO: 2006..... | 55 |
| GRÁFICO 6 - PRODUTO INTERNO BRUTO PER CAPITA, DO BRASIL, NORDESTE E SERGIPE (2006) | 56 |
| GRÁFICO 7 - BRASIL, NORDESTE E SERGIPE: EVOLUÇÃO DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB 1970 – 2002..... | 57 |
| GRÁFICO 8 - BRASIL, NORDESTE E SERGIPE TAXA MÉDIA ANUAL DE CRESCIMENTO DO SETOR INDUSTRIAL | 59 |
| GRÁFICO 9 - SERGIPE: PARTICIPAÇÃO RELATIVA DA FBKF SETORIAL DO SETOR PÚBLICO (INDÚSTRIA) NO PIB TOTAL: 1985 – 1995 | 62 |
| GRÁFICO 10 - SERGIPE E BRASIL: EVOLUÇÃO % DAS TAXAS DE CRESCIMENTO DO PIB A PREÇO BÁSICO 2001-2004 (1) | 63 |
| GRÁFICO 11 - INVESTIMENTOS PÚBLICOS PPA 2008-2011 INVESTIMENTO POR FONTE | 76 |
| GRÁFICO 12 - VARIAÇÕES DAS RECITAS E DESPESAS CORRENTES (2000-2007) | 78 |
| GRÁFICO 13 - CAPACIDADE DE INVESTIMENTO AO LONGO DA SÉRIE (2000-2007) | 81 |
| GRÁFICO 14 - DESPESAS COM JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA..... | 83 |
| GRÁFICO 15 - DESPESA COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS..... | 86 |
| GRÁFICO 16 - DESPESAS CORRENTES X DESPESAS DE CAPITAL..... | 90 |
| GRÁFICO 17 - COMPARATIVO DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA | 92 |
| GRÁFICO 18 - DESPESAS INFRA-ESTRUTURA X EDUCAÇÃO (AUTORIZADA) | 92 |
| GRÁFICO 19 - DESPESAS INFRA-ESTRUTURA X EDUCAÇÃO (REALIZADA)..... | 93 |
| GRÁFICO 20 - INFRA-ESTRUTURA X SAÚDE (AUTORIZADA) | 93 |
| GRÁFICO 21 - DESPESA INFRA-ESTRUTURA X SAÚDE (REALIZADA) | 94 |
| GRÁFICO 22 - DESPESA INFRA-ESTRUTURA X SEGURAÇA (AUTORIZADA) | 95 |
| GRÁFICO 23 - DESPESA INFRA-ESTRUTURA X SEGURANÇA (REALIZADA)..... | 95 |
| GRÁFICO 24 - DESPESA INFRA-ESTRUTURA X SEGURANÇA (REALIZADA)..... | 96 |

INTRODUÇÃO

O modelo clássico do Estado tem experimentado, sobretudo a partir do século XIX, um processo de transformação cujas razões estão intrinsecamente relacionadas com a conjuntura econômica, política e social predominante. As modificações pelas quais passa o Estado contemporâneo emanam do questionamento sobre a abrangência de suas funções essenciais. Por sua vez, estas funções são determinadas segundo as orientações de ordem doutrinária ou ideológica, em determinado momento.

A firmação do processo de globalização econômica atribuiu nova arquitetura para o financiamento dos gastos públicos. O questionamento do Estado-providência viria a recuperar o pensamento liberal econômico a partir da primeira metade dos anos setenta.

Em meados da década de 1980, os sinais de esgotamento do Estado e a crise das finanças públicas advertiam que a ingerência estatal não poderia ser conduzida no mesmo modelo da etapa desenvolvimentista de crescimento econômico, elevados investimentos governamentais em infra-estrutura econômica e social e instrumentalização dos gastos das empresas estatais para operar mudanças radicais nas estruturas produtivas e de emprego de várias regiões do país. Foi essa forma de agir contundente do planejamento do gasto governamental que logrou, entre 1960 e 1985, um processo de desconcentração espacial das atividades produtivas no país, revertendo uma tendência histórica de concentração econômica na região Sudeste do país.

Conter a dívida pública, privatizar empresas estatais e abrir a economia nacional aos fluxos de comércio e de investimento externos foram algumas das principais saídas propostas para a crise das finanças públicas. A redução do papel do Estado, através do equacionamento de sua dívida, deveria promover uma liberação da poupança privada sugada pelo setor público e, paralelamente, a entrada de Investimentos Externos Diretos (IED), num clima internacional de bonança de capitais, complementaria o esforço da poupança privada nacional para imprimir um novo ciclo de crescimento econômico.

Entretanto os resultados gerados foram desapontadores. As estimativas da Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) ao longo da década não confirmaram o esperado *crowding-in* do investimento. As taxas se mantiveram em patamares médios inferiores aos verificados na

década anterior de 1980 e muito aquém daquelas necessárias a uma expansão auto-sustentada do nível de atividade interno.

Agora no final da atual década o que se vê é o Estado surgindo em cada país como a única salvação possível para a crise mundial, fica evidente o absurdo da oposição entre mercado e Estado proposta pelos neoliberais e neoclássicos. Um liberal pode opor coordenação do mercado à do Estado, porém colocar-se contra o Estado, procurando diminuí-lo e enfraquecê-lo não é prudente, pois, o Estado é muito maior do que o mercado. Ele é o sistema constitucional-legal e a organização que a garante; é o instrumento por excelência de ação coletiva da nação. Cabe ao Estado regular e garantir o mercado.

É com essa percepção de um Estado regulador e responsável por garantir a estabilidade do mercado que o Governo brasileiro, através de suas autoridades econômicas, pôs em prática uma série de medidas anticíclicas voltadas para o mercado interno atingido diretamente pela redução da demanda.

O alerta foi disparado no último triênio de 2008 com a redução na produção industrial brasileira e do emprego formal em outubro, ao lado da queda abrupta das vendas da indústria automobilística em novembro; ainda em novembro o Governo Federal viu sua arrecadação retrair de forma significativa. Esse cenário foi suficiente para que as autoridades econômicas tomassem medidas contundentes em suas ações de política econômica.

As medidas de política monetária foram então lançadas com o objetivo de injetar liquidez na economia, enquanto a política fiscal foi reorientada a agir diretamente sobre o preço dos bens (IPI automóveis), as operações financeiras (redução do IOF) e a renda disponível para consumo das famílias (IRPF), com o intuito de aumentar o poder de compra das famílias. Contudo a manutenção da taxa de juros básica da economia no fim do exercício financeiro de 2008 destoou das demais ações de política econômica do governo.

Neste contexto a sociedade espera um melhor emprego dos recursos públicos, já que existem limites para a expansão das receitas que financiam o aumento dos gastos *per capita*. Isso só reforça a necessidade de aumento da produtividade dos gastos públicos. Diversos trabalhos teóricos e empíricos entendem que os gastos públicos podem elevar o crescimento econômico por meio do aumento da produtividade do setor privado. Os serviços de infra-

estrutura (transportes, telecomunicações e energia) e o desenvolvimento de um sistema legal e de segurança, que resguardem os direitos de propriedade e a defesa nacional, são alguns exemplos de atividades que servem de insumos para o setor privado.

A discussão sobre infra-estrutura, produtividade e crescimento econômico foi levantada em 1989 por Aschauer *apud* Ferreira e Malliagros (1998), onde o objetivo era avaliar a relação entre os gastos e a produtividade da economia. Os resultados demonstraram que os investimentos públicos com infra-estrutura têm um papel expressivo em estimular a produtividade.

Além disso, a atual teoria do crescimento endógeno observa que o fato de que as externalidades positivas dos bens públicos e semipúblicos elevam os retornos privados, a taxa de poupança e acumulação de capital, uma vez que, se não fosse pelo governo, esses bens seriam subofertados.

No Brasil, estudos recentes também exploram efeitos do capital público sobre o crescimento econômico e a produtividade. Ferreira (1996) *apud* Ferreira e Malliagros (1998) encontram evidências de uma forte relação entre investimentos em infra-estrutura (energia, telecomunicações e transportes) e produto. Já os trabalhos de Rocha e Teixeira (1996) *apud* Ferreira e Malliagros (1998), esses analisam a relação entre investimentos públicos e investimentos privados, tentando identificar relações de complementaridade ou de substituição.

Não há dúvidas de que um dos elementos mais importantes para a ativação da formação de capital na economia brasileira da última metade do século XX foi o investimento público. Tanto do ponto de vista quantitativo, isto é, dos volumes empregados para dinamizar a atividade produtiva, quanto do ponto de vista qualitativo. O gasto público em investimento sempre esteve à frente da demanda agregada provocando, desse modo, sinalizações inequívocas para a construção de uma trajetória de crescimento geral e para a estruturação de setores produtivos nos quais o investimento privado teve pouco interesse ou não possuía os montantes de capital requeridos em determinadas plantas industriais.

A intervenção estatal teve papel crucial, na etapa desenvolvimentista de crescimento, para a implantação e consolidação de setores na economia brasileira que, de outro modo, não

poderiam se instalar somente pela ação do capital privado. A sua participação no investimento total foi muito relevante na década de 1970 e ainda nos anos 1980, mas deteriorou-se a olhos vistos desde 1990.

Porém, não é qualquer tipo de gasto público que irá dinamizar a economia de forma saudável, para que isso aconteça os gastos têm que ser produtivos, eles devem ser utilizados de forma que atendam aos objetivos a que se propõem, com o menor custo possível, ou seja, os benefícios marginais sociais dos bens produzidos por esses gastos deverão ser iguais aos custos marginais para obtê-los.

Enfim o objetivo deste estudo é analisar teórica e empiricamente os efeitos dos gastos públicos na economia sergipana no período de 2000 a 2007, sobretudo os impactos dos investimentos em infra-estrutura sobre o crescimento econômico do Estado, de forma agregada, captando o balanço líquido da participação dos gastos sobre o produto interno, dado existirem fatores que sugerem possibilidades positivas e negativas.

Para isso as análises foram feitas a partir de um levantamento de dados em diversas fontes como: os balanços anuais, os balanços gerais, as contas anuais, os relatórios de execução orçamentária, os quadros de detalhamento de despesas e os relatórios de gestão fiscal do governo do Estado no período de 2000 a 2007 disponíveis nas tradicionais fontes como a Secretaria de Estado do Planejamento e Secretaria de Estado da Fazenda.

A dissertação é composta por três capítulos, além desta introdução e das considerações finais. No capítulo 1, dividido em quatro seções, é apresentada uma revisão de literatura acerca da relação entre a eficiência dos gastos públicos e o crescimento econômico; do papel dos gastos públicos na dinâmica econômica; do papel dos investimentos em infra-estrutura no processo de crescimento e encerrando o capítulo é abordada a análise dos efeitos keynesianos *versus* os efeitos não keynesianos na política orçamentária.

O capítulo 2 é composto por três seções estruturadas da seguinte forma: nos primeiros será apresentada uma breve abordagem da implantação das políticas regionais no Brasil; no segundo bloco é apresentado o cenário recente da economia sergipana e por fim, fechando o capítulo, é feita a análise da evolução do PIB (produto interno bruto) sergipano e o peso do Estado na sua composição.

No terceiro e último capítulo é feita a análise das finanças públicas estaduais através da discussão de sua estrutura de receitas e despesas no período de 2000 a 2007, este capítulo está estruturado em três seções onde na primeira é feita a análise da evolução das receitas correntes e de capital; na segunda contempla-se a análise da evolução das despesas correntes e de capital, bem como a adequação das finanças públicas à Lei de Responsabilidade Fiscal e a participação do Estado no Programa de Ajustamento Fiscal do Governo Federal e na última seção é feita a análise da execução orçamentária por função.

E por fim são tecidas algumas considerações finais à guisa de conclusão.

CAPÍTULO 1

OS IMPACTOS PRODUTIVOS DOS INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA

A gênese do conceito moderno de finanças públicas está abalizada a partir de duas escolas do pensamento econômico: a **escola cameralística**, surgida na administração pública da Alemanha e da Áustria do século XVI ao XVIII e a **escola clássica**.

A Alemanha durante a Idade Moderna não passava de um conglomerado de pequenos Estados. Que sob a influência mercantilista de outros países, como a Inglaterra, tomou a iniciativa através da Prússia, naquela época um Estado germânico, de criar uma associação entre os Estados alemães para fortalecer a economia e o tesouro real, talvez esse tenha sido um dos primeiros blocos econômicos existentes na história, mas é evidente que tal conceito só seria criado séculos após.

O cameralismo¹, que de fato teve sua origem no seio do mercantilismo, concentrava sua análise no campo sólido da atividade financeira, a qual dependia do desenvolvimento da economia nacional. A contribuição cameralística se deu fundamentalmente ao estudo dos meios pelos quais se poderia criar e gerir, através do patrimônio social, o patrimônio público. O orçamento público, que resume o plano de receitas e despesas públicas, não era considerado algo estranho ao setor privado, mas sim uma peça, fundamental para a manutenção do Estado e para sua ação dinamizadora da economia do país (FREITAS, 2003).

De acordo com Kasper Klock, Johann Joachim Becher e Josep von Sonnenfels, autores de maior expressão da escola cameralista, a ação forte do Estado na economia era plenamente justificável pelo fato do Estado assumir as funções necessárias ao desenvolvimento nacional, funções estas que o setor privado não poderia ou não teria atrativo a atender. Os altos impostos dessa forma eram justificados em função do princípio da produtividade com que consideravam a economia do Estado. E a dívida pública encontrava sua razão de ser na mútua confiança entre governo e a sociedade e na mobilização de forças produtivas da economia nacional (FREITAS, 2003).

¹ O termo cameralismo vem de "Kammer", o nome do tesouro real à época.

A discussão levantada por esses autores do século XVIII, por mais que pareça algo distante, na verdade é algo muito próximo da sociedade contemporânea à preocupação com os resultados dos gastos públicos na economia é recorrente, especialmente com os impactos deles sobre o crescimento econômico.

A sociedade sempre almeja uma melhor alocação desses recursos, pois a lei da escassez impõe limites para a expansão das receitas que financiam o aumento dos gastos *per capita*. Nos países em processo de estabilização econômica essa discussão percorre inevitavelmente pelo tema do ajuste fiscal, o qual é um instrumento fundamental da política macroeconômica, o que acaba reforçando a necessidade de aumento da produtividade dos gastos públicos (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

O economista Adolph Heinrich Gotthelf Wagner (1835 – 1917) foi um dos primeiros a postular essa relação entre gastos públicos e crescimento econômico. A hipótese de Wagner, amparada na Lei dos Dispêndios Públicos Crescentes, defende que o crescimento ou desenvolvimento econômico em termos gerais, demanda uma contribuição cada vez maior do Estado na oferta de bens públicos (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

Vários estudos examinaram a proposição de Wagner a partir de dois métodos distintos: o primeiro adotado para um grupo de países e o outro para países individuais respectivamente. Ram (1987) *apud* Cândido Júnior (2001), em uma análise *cross-section* para 115 países, rejeita a legitimidade da hipótese de Wagner, embora em uma análise de séries temporais para essa mesma amostra aceite a hipótese em 60% dos casos. Outros autores como Hinrichs (1965), Musgrave (1969) e Gandhi (1971) *apud* Cândido Júnior (2001) encontram evidências em favor da lei de Wagner para um grupo de países desenvolvidos e subdesenvolvidos. Por outro lado segundo Barro (1989) *apud* Cândido Júnior (2001) há evidências de que a lei de Wagner somente se aplica para as transferências, jamais para outros tipos de gasto público.

No entanto, é com a teoria do crescimento endógeno que se dá a mais recente discussão da função das despesas públicas no crescimento econômico. Nos modelos neoclássicos tradicionais de crescimento, como no modelo de Solow, por exemplo, a política fiscal, as mudanças tecnológicas e o crescimento populacional são aventados exogenamente, enquanto nas recentes teorias essas variáveis são inseridas no modelo e podem incorporar um

diferencial de crescimento que estenda o período de convergência entre as rendas *per capita* dos países (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

Para Lopreato (2006), está claro que a atual visão do *mainstream* enfatiza as inter-relações das variáveis econômicas com os embasamentos fiscais e com a defesa da tese de que os problemas só serão suplantados com o retorno da confiança dos agentes no rumo sustentável das finanças públicas. Nesse aspecto, o papel da política econômica “responsável” seria o de garantir a credibilidade da política fiscal, como condição fundamental ao restabelecimento da confiança dos investidores.

Contudo, o propósito deste trabalho não é em nenhum momento fazer apologia ao aumento dos gastos públicos improdutivos ou pregar que o Estado deva intervir na economia de forma austera, nem tão pouco defender sua total ausência em detrimento de um “mercado auto-suficiente”, muito pelo contrário, a linha que este trabalho adotará compactua com a idéia de que os gastos públicos podem elevar o crescimento econômico por meio do aumento da produtividade do setor privado.

O grande exemplo disso são os investimentos em FBKF (Formação Bruta de Capital Fixo), como redes de transporte, redes de abastecimento de energia, sistemas de comunicações, redes de água e esgoto toda essa infra-estrutura combinada a um sistema legal onde as instituições funcionem e que preservem os direitos de propriedade servem de insumos para o setor privado fomentar a economia nacional (LOPREATO, 2006).

Segundo Biehl (1988) *apud* Benitez (2003), o investimento em FBKF é um complemento ao capital privado, influenciando suas taxas de retorno já que não se pode sustentar uma trajetória de desenvolvimento equilibrada sem um adequado aprovisionamento de capital público.

Além disso, a recente teoria do crescimento endógeno endossa a tese de que as externalidades positivas dos bens públicos e semi-públicos elevam os retornos privados, a taxa de poupança e acumulação de capital, uma vez que se não fosse pelo governo, esses bens seriam subofertados, por outro lado, uma expansão dos gastos públicos financiados por impostos distorcivos e a ineficiência na alocação dos recursos podem sobrepujar o efeito positivo dessas externalidades (BENITEZ, 2003).

Porém, na ótica do *mainstream* os gastos públicos não podem ser produtivos já que esses são frutos de *rent-seeking*² e por isso não geram nenhum produto adicional. No entanto esse não é um pensamento unânime no Brasil, autores como Ferreira e Malliagros (1998) defendem através de estudos os efeitos positivos do capital público sobre o crescimento econômico e a produtividade. Segundo esses estudos, a elasticidade-renda de longo prazo desses investimentos varia de 0,55 a 0,70.

1.1 Eficiência dos gastos públicos e o crescimento econômico

Conforme o pensamento keynesiano, o Estado tem como principal objetivo impedir os dois grandes problemas dos ciclos econômicos: o desemprego e a inflação. De acordo com a teoria de Keynes, ao lado da política monetária, atribui-se à política fiscal um papel de fundamental importância no alcance da estabilidade econômica.

Para o keynesianismo, o Estado, enquanto agente fiscal, deve administrar receitas e despesas. Neste sentido um orçamento apto a atender à renda e ao gasto do país como um todo e não somente às finanças públicas é o principal instrumento dessa política. O Governo deve também programar os dispêndios em função das necessidades da sociedade, em vez de fazê-lo unicamente para atender aos recursos financeiros.

Um princípio intrínseco à teoria keynesiana é o do gasto anticíclico, ou seja, o governo durante períodos de recessão deveria praticar um orçamento deficitário, e durante a fase de prosperidade o governo teria que buscar um orçamento superavitário. A prática desse princípio representa, em períodos de crise econômica, a diminuição dos impostos, de modo que a população disponha de mais recursos para consumir, além do aumento das despesas públicas com subsídios para o desemprego e subvenções para os produtos agrícolas, além do aumento dos investimentos públicos (KEYNES, 1992).

Espera-se, com esse método, estimular a demanda agregada, com o intuito de suplantar a etapa depressiva e voltar a uma fase de expansão. Nesse caso (expansão

² Expressão em inglês que designa agentes econômicos e políticos que, em busca de vantagens pessoais, submetem as políticas públicas a seus interesses (SANDRONI, 1999).

econômica), a atuação fiscal seria inversa, ou seja, elevação de impostos, redução do gasto público e amortização da dívida pública emitida durante a depressão (KEYNES, 1992).

Durante muito tempo esse foi o pensamento hegemonic no meio acadêmico e entre os gestores de política econômica, que buscavam através do uso das despesas e receitas (política fiscal) do governo influenciar, positivamente, o nível do produto e do emprego em economias de mercado. Hoje, nas mais recentes teorias do crescimento econômico, a política fiscal ainda ocupa posição de destaque como um dos fatores que pode explicar as diferenças de renda per capita e as taxas de crescimento entre as nações. A estrutura tributária e a provisão eficiente de bens públicos influenciam a produtividade do setor privado e a taxa de acumulação do capital (HERMANN, 2006).

A importância dos dispêndios públicos pode ser mensurada através de um modelo desenvolvido por Barro (1990) *apud* Cândido Júnior (2001). O qual defende que o tamanho do governo surte impacto sobre a taxa de crescimento econômico, ou seja, os gastos públicos geram externalidades positivas até um determinado nível acima do qual o aumento dos gastos tem repercussão negativa sobre as taxas de crescimento do produto e da poupança. O modelo considera que a quantidade de bens e serviços públicos *per capita* (*g*) entram como insumo da função de produção (*y*). Sem a presença de (*g*), a função de produção apresenta retornos decrescentes de escala. Com (*g*), tal função exibe retornos constantes de escala.

$y = f(k; g)$ - exibe retornos constantes de escala;

$y = f(k)$ - exibe retornos decrescentes de escala;

onde:

y: é o produto *per capita*;

g: são os gastos públicos *per capita* e

k: é o estoque de capital *per capita*.

Portanto, os insumos privados não são substitutos próximos dos gastos públicos, e não o são principalmente daqueles relacionados com os bens públicos puros. Nesse caso, os gastos públicos são complementares aos investimentos privados, e um baixo nível de (*g*) reduz o retorno do capital físico. Logo ser necessário guardar determinada proporção na combinação dos insumos privados e públicos:

$$y = f(k; g) = k \varphi (g/k) \varphi' > 0 \text{ e } \varphi'' < 0 \quad (1.1)$$

A produtividade marginal do capital dependerá da relação (g/k) e da elasticidade produto-gasto público (\mathcal{E}_{yg}). Quanto maior for \mathcal{E}_{yg} menor será o valor da produtividade do capital para uma dada relação (g/k):

$$\partial y / \partial k = \varphi * (g/k) * (1 - \varphi' * g/y) = \varphi * (g/k) * (1 - \mathcal{E}_{yg}) \quad (1.2)$$

Por outro lado, supõe-se que os gastos sejam financiados por meio de uma tributação proporcional à renda, e que a cada período o orçamento público seja equilibrado, isto é, que não haja endividamento público.

$$g = T = \tau * k * \Phi(g/k) \quad (1.3)$$

onde:

T : são as receitas públicas *per capita*;

τ : é a alíquota tributária incidente sobre a renda

O processo de maximização da utilidade conduz, em termos de taxa de crescimento no Estado estacionário, à seguinte escolha da trajetória do consumo:

$$\gamma = c/c = 1/\sigma [(1-\tau) * \Phi(g/k) * (1 - \mathcal{E}_{y,g}) - \rho] \quad (1.4)$$

A taxa de crescimento do consumo *per capita* (g) é a mesma para o produto *per capita* (y) e o estoque de capital *per capita* (k). O impacto da política fiscal sobre (g) se dá por meio de dois canais de transmissão. O primeiro refere-se ao efeito positivo dos gastos públicos sobre o produto; e o segundo diz respeito ao efeito negativo dos impostos que reduzem os recursos disponíveis para o setor privado. O efeito líquido depende do tamanho do setor público em termos da relação (g/y) e da correspondente alíquota de tributação necessária para financiar o orçamento público. Assim, para uma relação (g/y) relativamente pequena o efeito da participação do setor público sobre o crescimento econômico é positivo; para um nível muito elevado de gastos públicos, porém, a situação inverte-se e um setor público grande reduz a taxa de crescimento estacionária do produto, consumo e capital, que é igual a (g).

Portanto pode-se concluir que existe um tamanho ótimo para a participação do Estado, o qual é encontrado derivando-se a equação (1.4) em relação a (g/y):

$$\partial \gamma / \partial (g/y) = 1/\sigma * \Phi(g/k) * (\Phi' - 1) \quad (1.5)$$

Em função de produção do tipo Cobb-Douglas, o tamanho ótimo é encontrado quando ($\Phi = 1$) e a relação (g/y) que maximiza a taxa de crescimento g é exatamente igual ao seu

produto marginal em condições competitivas. Essa é uma condição de eficiência, ou seja, o tamanho ótimo do Estado é dado pela condição em que se obtém desse bem em termos de produto marginal.

1.2 O papel dos gastos públicos na dinâmica econômica.

Antes de mais nada é preciso deixar claro que não é qualquer tipo de gasto público que irá dinamizar a economia de forma saudável, para isso é necessário tipificar o gasto público em duas categorias, são elas: a dos gastos produtivos e os improdutivos. Os gastos produtivos são aqueles utilizados de forma que atendam aos objetivos a que se propõem, com o menor custo possível, ou seja, os benefícios marginais sociais dos bens produzidos por esses gastos são iguais aos custos marginais para obtê-los. Já conceito dos gastos improdutivos se da pela diferença do gasto efetivado e o gasto que minimiza o custo na obtenção do mesmo objetivo, ou seja, se R\$ 1,8 milhão foi efetivamente gasto para a construção de um hospital público, e esse bem poderia ser produzido a um custo mínimo de R\$ 1 milhão, o Estado nessa operação gerou um gasto improdutivo de R\$ 800 mil (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

Esse gasto improdutivo provocado pelo Estado gera um desperdício para a sociedade que tem um alto custo de oportunidade, na medida em que esse recurso desperdiçado poderia ter sido aplicado na produção de outro bem e/ou serviço. Esses gastos improdutivos são geralmente alimentados pela falta de preparo técnico do pessoal, pelas incertezas, pelas deficiências técnico-operacional e política do processo orçamentário, desde sua elaboração até sua execução e pela corrupção. Além disso, há uma tendência natural de que a sociedade demande em uma velocidade maior bens e serviços do que a capacidade do governo de arrecadar.

No entanto, existem sérias dificuldades de se mensurar adequadamente a produtividade dos gastos públicos. Para isso é imprescindível a avaliação dos custos de oportunidade e todos os possíveis benefícios gerados pelos programas. O problema se dá justamente na impossibilidade do economista em obter informações de mercado que lhe digam, por exemplo, quantos indivíduos estariam dispostos a pagar para a construção de uma praça pública. Na falta de dados que lhe possibilitem avaliar o benefício para futuras gerações, de uma árvore a mais plantada. Enfim a única ferramenta que resta de avaliação de

projetos públicos que tenta captar todos os prós e contras dos gastos é a analise benefício-custo (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

Contudo, é possível alcançar um melhor controle da produtividade dos gastos públicos, para isso é necessário identificar os objetivos primários de cada programa de gasto, eliminando-se superposições, esforços e recursos para objetivos secundários. A pesquisa militar exemplifica bem esse caso, tendo em vista que o objetivo primário da pesquisa militar é aprimorar a segurança nacional em vez de descobrir novas tecnologias para uso industrial. Ainda que os objetivos secundários possam ser importantes, os recursos e esforços devem ser canalizados para os objetivos primários, evitando-se assim, dispersão e desperdício (CÂNDIDO JÚNIOR, 2001).

A metodologia a ser adotada pelos governos para alcançar esse melhor controle dos gastos passa essencialmente pela escolha de um *mix* apropriado de insumos e a construção de indicadores de resultados. Além de tomar algumas medidas que afetam a produtividade dos diversos tipos de gastos públicos, como:

- I. Reduzir o excesso de funcionários inaptos e cargos comissionados, substituindo por uma política de valorização salarial dos funcionários efetivos mais qualificados e aptos à gestão da máquina pública. Tal medida se justifica ao partirmos da premissa de que baixos salários levam em geral à deterioração da qualidade na provisão dos serviços públicos, causando a perda de pessoal qualificado e o aumento dos índices de corrupção;
- II. Incentivar a instalação de indústrias em uma região, a fim de garantir a renda de um determinado setor produtivo e reduzir a pobreza. Essa ação pode ser realizada através da aplicação de uma política de caráter redistributivo de subsídios e transferências. no entanto, o gestor da política pública deve ter cautela com esse tipo de ação, pois muitos programas de subsídios e transferências podem não ser bem alocados e acabar beneficiando famílias que estão acima da linha de pobreza. A mesma atenção o gestor deve ter com os subsídios à produção, pois isso gera distorções de preços, o que beneficia alguns setores em detrimento de outros, implicando em ineficiência alocativa;
- III. Para se alcançar a eficiência dos investimentos públicos, a alocação desses deve ser feita em setores que gerem externalidades positivas, e devem ser complementados pelos investimentos privados em vez de competir com eles.

A FBKF e os gastos em P&D são exemplos clássicos de investimentos públicos que complementam os investimentos privados. As despesas em educação básica também podem ser consideradas investimentos públicos na formação de capital humano;

- IV. Um aumento de eficiência também poderia ser conseguido se aumentados os investimentos em saúde preventiva e primária cujo retorno é elevado, e cujos custos por habitantes são baixos. Essa política poderia poupar recursos que poderiam ser alocados em outras áreas como educação, por exemplo;
- V. Outra ineficiência a ser combatida são aquelas decorrentes da grande proporção de gastos nas atividades-meio, como gastos elevados com pessoal e com atividades administrativas que acabam tomando recursos destinados a executar as atividades-fins, esses casos ocorrem com maior reincidência nos programas sociais.

Por esta ótica a intervenção do Estado na economia é algo indispensável para dar sustentação à base político-econômica do sistema liberal. Porém, a interferência do Estado deveria atuar apenas no lado da demanda, e assim mesmo estimulando os gastos públicos ou reduzindo os impostos, se e quando houvesse insuficiência de demanda efetiva e crise de desemprego.

Sob essa perspectiva histórica, a linha que separa a questão do investimento público no Brasil com a identificação das funções do Estado na economia brasileira é bastante tênue. Durante décadas, a expectativa entre os vários grupos políticos por um Estado presente e forte, na condução do processo de desenvolvimento econômico, resultou no surgimento de instituições de natureza estatal no campo da produção de bens e serviços, embora elas estivessem organizadas sob o direito privado (AFONSO E BIASOTO, 2007).

1.3 Os gastos em infra-estrutura e o crescimento econômico

Empiricamente, a discussão sobre infra-estrutura, produtividade e crescimento econômico foi provocada por Aschauer (1989). O objetivo era avaliar a relação entre os gastos e a produtividade da economia. Os resultados demonstraram que os investimentos públicos com infra-estrutura têm um papel expressivo em estimular a produtividade. Resumidamente, a literatura empírica relata que as elasticidades do produto em relação aos gastos com infra-estrutura são muito variáveis (Tabela 1). Pode-se verificar que os

coeficientes refletem diferentes níveis de agregação dos dados e as diversidades na estrutura econômica dos países. Os defensores dos impactos produtivos desses gastos acreditam que as diferenças nos coeficientes podem ser explicadas, entre outras coisas, por diferenças nos estoques e nos fluxos de gastos em infra-estrutura (FERREIRA E MILLIAGROS, 1998).

Tabela 1 - Elasticidade Produto-Investimento na Infra-estrutura estimada para alguns países

| País | Elasticidade do Produto |
|-----------|-------------------------|
| EUA | 0,29-0,64 |
| Holanda | 0,48 |
| Japão | 0,15-0,39 |
| Alemanha | 0,53-0,68 |
| Canadá | 0,63-0,77 |
| Bélgica | 0,54-0,57 |
| Austrália | 0,34-0,70 |

Fonte: European Conference of Ministers of Transport (2004) *apud* Silva e Fortunato (2007).

Ainda sob a perspectiva de que os gastos públicos produtivos devem ter um caráter de complementaridade dos investimentos privados e não de rivalidade à medida que esses possuem a capacidade de aumentar a capacidade produtiva do setor privado. Fica evidente o destaque dado às externalidades positivas dos dispêndios em infra-estrutura sobre o crescimento das economias, em todos os níveis da atividade produtiva. O que torna presumível acreditar que esses gastos tenham uma capacidade completa importante, na medida em que estimulam os investimentos privados. Em suma, essa capacidade se refere ao poder que determinado investimento tem em induzir outros investimentos (SILVA; FORTUNATO, 2007).

Segundo Ferreira e Milliagros (1998), a duplicação do estoque de infra-estrutura, ação a qual só pode ocorrer no longo prazo, pode produzir de 10 a 15 pontos percentuais de aumento no PIB. Já no curto prazo, o acréscimo de 1% ao estoque provocaria uma expansão de 0,5% no PIB e de outro 0,5% na produtividade do setor privado. Nesse mesmo estudo Ferreira e Milliagros comprovam a relação direta entre a infra-estrutura e o desempenho da economia, bem como demonstra que alguns setores da economia possuem um maior impacto sobre o produto interno bruto conforme se pode verificar na **tabela 2**.

Tabela 2 - Elasticidade Produto x Investimento na Infra-estrutura para alguns setores da economia

| Setor | Investimento (%) | PIB (%) |
|------------------|------------------|---------|
| Energia Elétrica | 1 | 0,68 |
| Telecomunicações | 1 | 0,57 |
| Transportes | 1 | 0,42 |

Fonte: Elaboração própria.

Através dos dados apresentados podemos perceber que um aumento de 1% na capacidade de geração de energia significa uma expansão de 0,68% no PIB, enquanto o mesmo 1% de acréscimo ao estoque de telecomunicações e transportes resulta em ampliações de 0,57% e 0,42% no produto, respectivamente.

A disparidade na taxa de investimentos em FBKF apresenta algumas explicações para o crescimento dos países asiáticos. Estudos demonstram que um terço da diferença de performance econômica entre a América Latina e os Tigres Asiáticos entre 1980 e 1997 deve-se exatamente ao grau de investimento em infra-estrutura. Enquanto a maioria dos latino-americanos reduzia os investimentos nesse setor, os asiáticos aplicavam 7% a 8% do PIB, nível parecido ao do Brasil no alto do milagre econômico. No estudo *“The output cost of Latin America’s infrastructure gap”*, os economistas César Calderón, do banco Central Chileno e Luís Servén, do Banco Mundial, mostram um espantoso hiato entre crescimento percentual do estoque de infra-estrutura da América Latina e o de Hong-Kong, Coréia do Sul, Malásia, Taiwan, Tailândia e Cingapura. A diferença chega a 101% em capacidade de geração de energia, 64% em linhas telefônicas e 44% em estradas.

Nos países desenvolvidos, a discussão sobre esse assunto já toma um outro foco muito mais centrado na qualidade da infra-estrutura do que no montante destes investimentos. A exemplo temos, o setor de saneamento na Inglaterra que ao ser privatizado, uma das contrapartidas estabelecidas pelos investidores foi o avanço no desenvolvimento de tecnologias de preservação do meio ambiente.

Na Europa a iniciativa tomada, para o crescimento, lançada no final de 2003 pela União Européia, prevê investimentos superiores a 50 bilhões de euros até 2010 na implementação de dezenas de projetos para interconectar transportes, energia e telecomunicações por meio de redes transeuropéias. Os países do NAFTA (Estados Unidos, México e Canadá) também estudam a interconexão de seus sistemas de energia. E tanto a

América do Norte quanto a Europa aumentam os incentivos ao uso de fontes renováveis de energia e à redução da emissão de poluentes.

Contudo, para terem chegado a esse nível de discussão acerca dos investimentos em FBKF, a Europa e os Estados Unidos iniciaram seus processos de investimento em infra-estrutura na seqüência da Revolução Industrial. O *boom* das ferrovias nos territórios europeu e americano, alavancados principalmente por capitais privados, foi uma decorrência dos investimentos públicos em infra-estrutura nos anos 30 do século XIX. Em 1916, os EUA concluíram o *Federal Aid Road Act*, seu primeiro marco regulatório para o setor rodoviário, abrindo caminho para a febre de construção de estradas que, nos anos 30 do século XX, recuperou o país da Grande Depressão provocada pelo *crack* da Bolsa de Nova Iorque.

Já na recente história econômica brasileira, a primeira grande revolução em infra-estrutura surgiu somente na década de 50 do século XX e foi fundamentalmente financiada pelo setor público, mais precisamente nos governos do Presidente Getúlio Vargas, onde foram criadas a Companhia Hidrelétrica do São Francisco, a Companhia Vale do Rio Doce, a Fábrica Nacional de Motores, a Petrobras e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a exceção fica por conta da criação da Companhia Siderúrgica Nacional que foi criada em 1942. E no governo do Presidente Juscelino Kubitschek através do Plano de Metas, lançado em 1956.

Com o lema “50 anos em 5”, o Plano de Metas estimava investimentos em áreas entendidas como estratégicas para o desenvolvimento econômico do país como energia, transporte, alimentação, indústrias de base e educação. Porém, ao final do plano os setores de energia e transportes ficaram com mais de 70% dos recursos programados para investimentos, o que leva a crer que os condutores da política de desenvolvimento do governo acreditavam sim, que alguns setores da economia possuíam um maior impacto sobre o produto interno bruto conforme afirmara Milliagros ao defender que no curto prazo, o acréscimo de 1% ao estoque de FBKF provocaria uma expansão de 0,5% no PIB e de outro 0,5% na produtividade do setor privado.

O segundo ciclo de investimentos em FBKF no Brasil foi oriundo do I PND e II PND do regime militar, investimentos esse que tiveram um alto preço a ser pago pela sociedade, já que esse segundo ciclo foi financiado, principalmente por emissão inflacionária de moeda e

empréstimos externos, os quais deram origem ao que hoje na literatura econômica, conhecemos como o milagre econômico dos anos 70. Milagre esse que nos deixou uma herança de décadas de inflação e estagnação econômica.

Neste sentido observa-se que os gastos com infra-estrutura ao longo da história dos países vêm sendo custeados pelo Estado ou por agentes que sofram regulação do mesmo, na medida em que esse tipo de investimento é propulsor do desenvolvimento da atividade produtiva, daí a importância desses gastos na estratégia de desenvolvimento. Segundo Hirschman *apud* Silva e Fortunato (2007) o custo de prover tais serviços é bastante reduzido, uma vez que este pode ser total ou parcialmente coberto, por meio de cobranças de impostos ou taxas de utilização.

Na percepção de Hirschman, a estratégia liderada pela expansão da infra-estrutura, apesar de gerar externalidades para toda a atividade produtiva, possui um caráter estritamente permissivo, uma vez que apenas proporciona condições favoráveis para a realização de novos investimentos sem, no entanto, garantir a execução destes. Nos países em desenvolvimento o argumento defendido por Hirschman torna-se quase que irrefutável na medida em que esses países possuem uma inabilidade para executar os investimentos em formação bruta de capital. (SILVA; FORTUNATO, 2007).

Por outro lado, a estratégia liderada pelas Atividades Diretamente Produtivas (ADP's), teria uma característica indutora relativamente mais forte. A explicação para isso estaria no fato de que, uma vez realizados os novos empreendimentos, estes sinalizariam as deficiências na área de infra-estrutura, provocando pressões do setor produtivo sobre o setor público, que induziriam a uma reação desta no sentido de atender essas demandas. No entanto, a iniciativa privada só teria condições de liderar tal estratégia se o país possuísse um determinado nível de infra-estrutura capaz de alavancar os investimentos privados (SILVA; FORTUNATO, 2007).

Nesse sentido, a prática de um orçamento fiscal equilibrado tornar-se-ia um agravante à recessão, pois a retração da renda geraria uma queda na receita de impostos, que por sua vez força ao governo realizar cortes nos gastos e investimentos públicos, exponenciando assim a recessão. Segundo Keynes (1992) a austeridade orçamentária tão perseguida pelos governos "responsáveis" deveria ser encarada, na verdade, como um fator exarcebador das flutuações cíclicas. Onde, um governo responsável e consciente deveria preocupar-se com o desemprego,

e não com o equilíbrio fiscal, considerando que um déficit, desde que proveniente de uma expansão dos gastos públicos, seria recomendável para retirar a economia da recessão.

A crise da economia brasileira na década de 1980 expôs dois eventos de grande impacto com relação ao modo de funcionamento da economia brasileira em décadas anteriores. Em primeiro, o colapso da estrutura de financiamento do setor público desordenou a capacidade do Estado de ser um elemento ativo na dinâmica do processo econômico, fazendo com que os setores com maior concentração de empresas estatais passassem a confrontar-se com problemas de suprimento corrente de bens e serviços. Em segundo houve o processo de abertura comercial das décadas de 1980 e 1990 que geraram a necessidade de espaços para investimentos que, em comparação com o mercado interno anteriormente organizado esses estavam completamente fragmentados, representando oportunidades para diversos agentes econômicos. (AFONSO; BIASOTO, 2007).

1.4 Efeitos Keynesianos *versus* Efeitos não-Keynesianos da política orçamentária

A literatura recente vem destacando de forma especial o mote dos resultados macroeconômicos da política orçamentária. A doutrina keynesiana convencional, que defende o efeito expansionista e contracionista persistente causado pelos aumentos e reduções da despesa pública e/ou pela redução/aumento das taxas de imposto, tem sido posta em cheque pelos economistas provenientes da nova escola clássica (VENES, 2003).

A teoria novo-clássica surge no cenário do debate macroeconômico na década de 70, na busca pela racionalização teórica do fenômeno, que data dessa mesma época, da coexistência de inflação e estagnação em algumas economias; representantes da ortodoxia econômica, defendem a não intervenção do Estado na economia. Com a defesa da tese que o crescimento sustentado de qualquer economia só é possível ser alcançado através de um controle austero da inflação, por meio de políticas fiscais e monetárias contracionistas, onde o governo desacelera a demanda global através da redução dos gastos públicos (MORETTI; LÉLLIS, 2007).

Ainda segundo os novos-clássicos, a teoria de formação de expectativas do monetarismo de Milton Friedman (1968) não se sustentaria, devendo ser rejeitada em detrimento da hipótese das expectativas racionais (HER), a qual possui duas versões a fraca,

na qual defende-se que os agentes econômicos racionais farão o melhor uso possível de toda informação disponível sobre os fatores que, em seu entendimento, a originam, de maneira que o valor esperado de uma variável não fundamentalmente seja função constante de seus valores passados, como admite a teoria das expectativas adaptativas. Já a versão forte da HER, além de acolher a proposição anterior (a versão fraca), assevera que as expectativas subjetivas das variáveis econômicas coincidirão com suas expectativas condicionais objetivas. Contudo, em qualquer das duas versões, se encontra a definição acerca do que são os sujeitos econômicos: agentes maximizadores de funções-objetivo, que respondem, de forma ótima, às informações extraídas do mundo (MORETTI; LÉLLIS, 2007).

Duas hipóteses caracterizam ainda a teoria novo-clássica: a primeira consiste em que a economia está em permanente *market clearing*, o que constitui os preços se ajustarem instantaneamente, garantindo o equilíbrio continuado do mercado, resultado, por sua vez, da conduta dos agentes, mais precisamente, do retorno ótimo às suas percepções dos preços; a segunda hipótese corresponde às decisões racionais tomadas pelos empresários e pelos trabalhadores que elucubra o comportamento otimizador de sua parte, podendo ainda levar em conta o fato de que a oferta de trabalho pelos trabalhadores é concretizada com base em preços relativos (MORETTI; LÉLLIS, 2007).

Em constante desacordo com a ortodoxia existem os pós-keynesianos representantes da heterodoxia econômica que destacam o papel do Estado como agente regulador e capaz de promover o crescimento econômico. A idéia principal desta teoria é que o sistema não tende de forma automática ao pleno emprego dos recursos, isto é, o pleno emprego é uma possibilidade. O Estado deve assim, preocupar-se em fazer crescer a economia e, por conseguinte, controlar a inflação. O controle inflacionário dá-se por meio de medidas como a regulação de preços, salários, contratos e câmbio. O governo pode estimular o crescimento econômico através do aumento dos gastos públicos (não financiados pelo aumento dos impostos) (MORETTI; LÉLLIS, 2007).

Os pós-keynesianos consideram ainda a possibilidade de várias taxas de desemprego vinculadas a diversos Estados de expectativas e de preferência pela liquidez. Por outro lado, as políticas de demanda buscam induzir esses Estados de expectativa, com possibilidade (ou não) de êxito. Não há qualquer determinismo, já que a incerteza do futuro deriva da objetivação das ações humanas (MORETTI; LÉLLIS, 2007).

Para Venes (2003) a polêmica acerca desses efeitos sempre existiu, ainda que ela tenha alcançado maior destaque a partir do momento em que autores como Giavazzi e Pagano (1990), através de um trabalho precursor, identificaram que a prática de uma política orçamentária contracionista implementada através de uma redução da despesa pública, poderia ocasionar efeitos macroeconômicos expansionistas, é o que se convencionou chamar na literatura como efeitos não keynesianos da política orçamentária.

A questão dos efeitos macroeconômicos da política orçamentária tem gerado uma controvérsia sem fim entre as escolas de pensamento econômico. Se por um lado, os keynesianos defendem a ocorrência de efeitos positivos e persistentes resultantes de políticas de caráter mais expansionista, os autores da chamada *perspectiva alemã*³ defendem precisamente o contrário. De acordo com a visão não-keynesiana, uma política de consolidação gera efeitos expansionistas, assim como uma política dita expansionista provoca, em geral, contrações no PIB e na despesa privada (VENES, 2003).

Os resultados teóricos dos processos de solidificação orçamentária tomam escopos diferentes a depender da escola econômica em que se adote a análise. Do ponto de vista da teoria keynesiana tradicional, a diminuição da despesa pública, bem como a ampliação dos impostos, causa contrações do produto. Já sob a égide dos modelos da nova escola clássica o aumento da despesa pública, diminui o consumo privado (VENES, 2003).

E neste debate sobre o papel da política fiscal como fiadora do ambiente de valorização do capital, marcada pela abertura da conta de capital e pelo aumento significativo da volatilidade da circulação financeira. As correntes que evocavam uma atenção especial por parte dos países emergentes na tarefa de condução da política fiscal, devido ao retorno desses países ao mercado financeiro internacional, após a crise da dívida dos anos 80, ganharam espaço na condução da política econômica desses países o que elevou a exigência do controle das contas públicas (LOPREATO, 2006).

³Surgiu no início dos anos 80, quando o Conselho Alemão de Peritos Econômicos expressou, em 1981, a sua perspectiva, segundo a qual o impacto dos déficits orçamentários na demanda agregada seria negativo. Desta forma, os cortes orçamentais seriam vistos como uma via para a expansão econômica.

Para Mihaljek e Tissot (2003) *apud* Lopreato (2006), o novo desenho na estrutura de inserção externa obrigava a condução de mudanças na área fiscal diante do relaxamento dos controles de capital, das mudanças de comportamento quanto à aversão ao risco dos investidores e da rolagem da dívida pública a elevação da taxa de juros, que se caracterizou a partir do fim do sistema de juros seletivos estabelecidos pela desregulamentação dos mercados financeiros nacionais.

Diante de tal conjuntura os investidores teriam que dispor de um instrumento que lhes permitisse não só avaliar a trajetória das finanças públicas como também os prováveis cenários macroeconômicos, esse instrumento passaria necessariamente pela construção de um indicador da saúde financeira do setor público. No entanto, o clássico NFSP (Necessidade de Financiamento do Setor Público), não mais cumpre esse papel visto que o mesmo não revela a trajetória fiscal possível no futuro, à medida que ele só reflete os movimentos fiscais já realizados (LOPREATO, 2006).

Já o indicador do comportamento esperado da relação dívida/PIB, esse sim sinaliza o percurso da situação fiscal servindo assim de alerta ao mercado a qualquer movimento brusco nos índices de endividamento público. Movimento esse que poderia projetar dois cenários possíveis: um que apontasse riscos devido ao elevado crescimento da dívida e com isso, a política fiscal teria de sofrer alterações, buscando, de um lado, obter o superávit primário requerido para a estabilização do indicador dívida/PIB e, de outro, um cenário de estabilidade que propiciasse a manutenção da política necessária à sustentação do equilíbrio fiscal (LOPREATO, 2006).

Contudo, o risco interno não era a única variável a ser monitorada, o risco de crises externas, perante alterações repentinas das condições de sustentabilidade da dívida, fez com que se aumentasse a investigação da trajetória das finanças públicas. A análise estrutural da dívida pública no que tange à qualidade da receita e da despesa pública e as obrigações potenciais do setor público – como as eventuais crises do sistema financeiro, as operações fiscais não lançadas em balanço, o apoio às corporações e as futuras obrigações previdenciárias - passaram a incorporar o conjunto de informações cruciais sobre a situação fiscal (LOPREATO, 2006).

A consolidação das finanças públicas tornou-se ponto vital da agenda econômica na década de 90, intensificando-se à exigência por superávits estruturais aptos a suprir as

expectativas dos investidores, independentemente dos valores tomados pelas variáveis que exercem influência sobre a evolução da dívida pública. O compromisso das autoridades econômicas de regularem as suas ações levando em conta as expectativas sobre a dinâmica das contas públicas determinou o modo passivo da política fiscal, apesar da centralidade que ocupa no seio da política macroeconômica (LOPREATO, 2006).

O fervoroso debate sobre a forma de implementação da política fiscal dimensionou o escopo de apreensão quanto às questões teóricas na agenda da visão convencional, baseada nos modelos tradicionais de origem keynesiana, onde a política de rigidez fiscal tinha efeitos contracionistas inevitáveis no curto prazo e os resultados favoráveis só seriam atingidos no longo prazo, com a diminuição da taxa de juros, a expansão dos investimentos e a recuperação do crescimento, o que levou a discussão dos efeitos não keynesianos da acomodação fiscal a conquistar um maior espaço se diferenciando assim da idéia até então hegemônica do momento anterior. (LOPREATO, 2006).

Com a difusão da idéia da contração fiscal expansionista tal concepção foi, em grande parte, descartada. Uma vez que o efeito keynesiano tradicional apreende o impacto direto do corte nas despesas e do aumento dos impostos na renda do setor produtivo, enquanto os efeitos não-keynesianos derivam do choque da política fiscal vigente e trazem no bojo de sua análise a expectativa e a confiança dos atores privados nas alternâncias das políticas futuras. (LOPREATO, 2006).

Nesse sentido se a estabilização fiscal ganha credibilidade e alcança a magnitude necessária, as supostas perdas de curto prazo do ajuste fiscal acabam sendo amenizadas ou, até mesmo, eliminadas pelo aumento dos gastos privados, imperando os efeitos expansionistas.

Atrás deste desempenho macroeconômico, que acontece na série de políticas orçamentárias contracionistas, é fundamental destacar o importante papel das expectativas dos agentes econômicos envolvidos no processo. Uma vez que o efeito de longo prazo é expansionista, e os agentes incorporam a expectativa de que no futuro, a carga fiscal será inferior dada à redução presente do déficit e que o seu rendimento permanente irá se alterar permitindo-lhes assim aumentar os níveis de despesa (VENES, 2003).

Esta forma de análise da conduta microeconômica dos agentes tem sido recriminada pelos keynesianos, quando esta é adotada como uma hipótese incondicional. Por exemplo, Blanchard (1990) *apud* Venes (2003), aceita sob determinadas condições, a possibilidade de que haja efeitos de caráter não keynesianos da política orçamentária.

Sendo assim, um ajuste orçamentário obtido via aumento dos impostos poderia gerar efeitos não keynesianos. No entanto, o efeito keynesiano provoca redução nos níveis de consumo presente dos indivíduos, ao ponto em que a redistribuição intertemporal dos impostos do futuro para o presente eleva a sua carga fiscal atual. Segundo ainda Blanchard (1990) *apud* Venes (2003), a intensidade deste efeito depende do grau em que economia parte de uma condição de equivalência ricardiana. Por outro lado, o aumento de impostos no presente gera a perspectiva de menores impostos no futuro, permitindo uma elevação dos níveis de consumo presente (VENES, 2003).

Contudo, a própria gênese desse crescimento é passível de controvérsia. Há na literatura quem defenda o lado da demanda e explique os efeitos não-keynesianos como fruto tanto do maior consumo oriundo do aumento da renda disponível esperada, como do aumento dos investimentos em função da expectativa de juros mais baixos e da redução da recompensa pelo risco após o programa de estabilização fiscal. E há quem defenda o lado da oferta e confere aos efeitos não-keynesianos, basicamente, ao choque do ajuste fiscal sobre o mercado de trabalho (LOPREATO, 2006).

Para Venes (2003), os efeitos não-keynesianos da política fiscal são ilustrados pelo papel da política vigente em acomodar as expectativas de mudanças nas políticas a serem executadas no futuro. Essa percepção induz os atores a reverem as suas ações de gastos e a compensarem o efeito negativo do ajuste fiscal, assegurando a retomada do crescimento.

Historicamente o êxito das políticas de ajuste fiscal está condicionado aos cortes de gastos de governo com salários, já que estes tendem a frear o aumento dos impostos sobre o trabalho, diminuindo assim o seu custo e gerando melhores condições de oferta. Contudo, esse resultado dependeria essencialmente do tipo de programa implantado e das características de cada país no trato da política fiscal (LOPREATO, 2006).

No entanto o que se vem observando dentro da literatura econômica mais ortodoxa é o consenso em que o programa de consolidação fiscal deve concentrar-se no corte das despesas, especificamente no que se refere ao corte dos salários do setor público e das transferências.

Esta composição do ajuste fiscal é a que alguns economistas enxergam como a mais prudente, pois preenche os seguintes requisitos:

- I. o corte dos salários do setor público diminui os custos e provoca efeitos positivos no lado da oferta;
- II. é maior a probabilidade de segurar o valor da dívida pública quando o ajuste fiscal incide via cortes das despesas correntes;
- III. a certeza dos atores de que os cortes nas despesas durarão mais do que a redução dos investimentos públicos, aumenta a confiabilidade da proposta de ajuste;
- IV. o fato do governo não se negar a promover cortes de alta suscetibilidade como empregos, segurança e gastos sociais, favorece a avaliação das autoridades e ajuda no êxito da consolidação fiscal.

O formato do programa, entretanto, não é o único fator a explicar o sucesso do ajuste fiscal, os elos em meio ao arranjo institucional e a performance das contas públicas corroboram também como fator explicativo ao bom desempenho do programa. Assim, as condições de execução dos programas de ajuste são mais apropriadas quando se faz intervenção no plano institucional, isso se dá normalmente, com a aplicação de regras fiscais. A admissão de regras no processo orçamentário, coerentes com as propostas de controle do déficit, é vista como uma eficaz ferramenta para se alcançar um bom desempenho das contas públicas (LOPREATO, 2006).

As idéias expostas nesta última seção do capítulo divergem até certo ponto com os argumentos anteriormente apresentados neste trabalho, ao ponto em que foi colocado de maneira incisiva argumentos em defesa do risco fiscal, evitando sempre que o tratamento pouco cuidadoso das contas públicas possa vir a agravar a volatilidade das variáveis macroeconômicas e dificultar o crescimento.

CAPÍTULO 2

PANORAMA GERAL DA ECONOMIA SERGIPANA, ESTRUTURA E EVOLUÇÃO DO PIB

Antes da discussão acerca da economia sergipana propriamente dita, a ser feita neste capítulo, será apresentado um breve apanhado da trajetória do Estado brasileiro no sentido de minimizar as desigualdades, especialmente ao que se refere aos investimentos em infra-estrutura e que acabam se manifestando de forma intra e inter-regional.

2.1 Breve abordagem da implantação das políticas regionais no Brasil

A deficiência na FBKF acabou agravando as condições de continuísmo das desigualdades sociais e espaciais, que se revelaram de maneira intra e inter-regionais na economia brasileira. O perfil de concentração do crescimento brasileiro acomodou, historicamente, a constituição de uma sociedade com um dos maiores índices de desigualdade do mundo (DOMINGUES *et al*, 2007).

Desde as primeiras décadas do século XX já era possível perceber o dualismo regional enraizado na economia brasileira, conforme dados apresentados por Haddad (1996), relativos às estimativas do Censo Industrial para o ano de 1907, na tabela 3.

Tabela 3 - Participação no Produto Industrial do Brasil

| Região | PIB (%) |
|----------|---------|
| Sudeste | 58 |
| Nordeste | 16,7 |
| Norte | 4,3 |

Fonte:Haddad (1996).

Enquanto em 1900, a população estava distribuída entre as regiões Sudeste, Nordeste e Norte, na proporção de 44,5%, 39% e 4% respectivamente (HADDAD, 1996).

No entanto, em pleno século XXI, a problemática regional ainda continua sendo uma das principais barreiras ao desenvolvimento nacional. Para Neto (2002) *apud* Domingues *et al* (2007), o Brasil está dividido geográfica e economicamente em cinco regiões, entretanto, pela desigualdade inter-regional existente, poder-se-ia dividir o país em pelo menos dois “Brasis”

com realidades bastante distintas. Para que se tome como parâmetro em 2000 o município de Niterói (RJ) tinha uma renda *per capita* 33,7 vezes maior do que a do município de Guaribas (PI), o município mais pobre do país na época.

Além dessas grandes discrepâncias entre rendas *per capita* interestaduais ainda existentes no Brasil, subsistem outras de maior relevância ainda, pois dizem respeito aos níveis de educação da população, esperança de vida ao nascer, mortalidade infantil, intensidade da pobreza.

Diante deste quadro o Estado a partir do século XX passa a intervir atuando de forma incisiva na área de políticas regionais, *a priori* as ações estavam diretamente ligadas ao combate da seca no Nordeste e à produção da borracha na Amazônia. Pois até então, não havia a preocupação com as desigualdades regionais, que viriam a exigir do governo maior atenção no início da década de 50 (DOMINGUES *et al*, 2007).

Assim, o Estado é convocado a intervir decisivamente objetivando não mais somente a industrialização do país, mas, sobretudo minimizar a concentração econômica entre as regiões. O quadro de profundas desigualdades regionais levou a mobilização intensa dos atores políticos das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste em busca de estruturar um conjunto de instituições e instrumentos fiscais e financeiros junto ao Governo Central, objetivando a elaboração e à implementação de políticas compensatórias para as regiões periféricas (HADDAD, 1996).

No começo dos anos 60, a economia brasileira inicia um processo de integração regional, envolvendo a transferência inter-regional de capitais produtivos que completou o longo processo de desenvolvimento do mercado nacional iniciado com apoio nas trocas comerciais, a partir da segunda metade do século XIX.

Como ator preponderante dessa última fase, a chamada integração produtiva da evolução histórica da economia brasileira, destaca-se a atuação do Estado e das políticas regionais que colaboraram terminantemente para a citada transferência inter-regional de capitais produtivos (LIMA, 1994).

A criação do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) em 1952 deu início à política de desenvolvimento regional no país, o BNB surgiu com a missão de planejar e executar um programa de desenvolvimento comprometido com as especificidades da região onde se inseria. Nesse mesmo período destaca-se ainda a criação do Grupo de Trabalho de Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), que tinha como seu mentor o economista Celso Furtado (DOMINGUES *et al*, 2007).

Segundo Araújo (1998) *apud* Domingues *et al* (2007), o GTDN defendia a proposta de implantar um modelo de substituição de importações em escala regional, onde, as indústrias deveriam explorar os recursos locais, gerando assim a expectativa de criar uma forte classe empresarial da região. Contudo não era visível nesta iniciativa a clara preocupação com a FBKF.

Em função especialmente destas políticas, observou-se um movimento de inversão da "polarização" das atividades econômicas no Sudeste, com forte progresso no peso das demais regiões na constituição do PIB brasileiro, sobretudo aumentando a parcela do Norte e do Centro-Oeste, como também do Sul e do Nordeste (DINIZ; LEMOS, 1989; GUIMARÃES NETO, 1990 *apud* LIMA, 1994).

Ainda na década de 50, inicia-se a criação de órgãos de fomento, planejamento e coordenação regional, como a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) em 1959, cuja concepção teve origem no GTDN de Celso Furtado. Surge então um aparato estatal de âmbito regional, no qual tinham assento, voz e voto decisivos os governadores dos Estados da região Nordeste além do Estado de Minas Gerais, com a missão de minimizar as desigualdades existentes no Nordeste, aproximando-o assim do Sul e Sudeste do país (DOMINGUES *et al*, 2007).

Em seguida em 1966, com o mesmo propósito, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM). A SUDAM fazia parte de um plano estratégico desenhado pelo Regime Militar para promover a ocupação e o desenvolvimento da Amazônia, com a esperança de diminuir as desigualdades sociais e regionais e assim poder integrar a região ao restante do país. O plano estratégico fazia parte da política de segurança nacional que tinha como *slogan*: "integrar para não entregar" (DOMINGUES *et al*, 2007).

Um ano após a criação da SUDAM, com a Reforma Administrativa, todas as instituições regionais passaram a fazer parte do Ministério do Interior, um órgão do Governo Federal designado para realização das políticas regionais, compreendendo a Superintendência da Zona Franca de Manaus (SUFRAMA), constituída no mesmo ano com a finalidade de gerar uma importante zona de livre comércio no Amazonas (DOMINGUES *et al*, 2007).

Já na década de 1970 mudanças ocorreram no enfoque das políticas regionais. A SUDAM e SUDENE deixaram de ser formuladoras e passaram a ser executoras das estratégias de políticas regionais do governo federal. Com isso foi criado o Plano de Integração Nacional (PIN) que, na Amazônia e Centro-Oeste, foi o responsável pela construção das rodovias Transamazônica e Cuiabá- Santarém. E no Nordeste, foi implantado um Programa de Redistribution da Terra e incentivos a lavoura e criação de gado (PROTERRA). O primeiro programa tinha a pretensão de ligar física e economicamente a região Nordeste à região Amazônica e à região Centro-Oeste, facilitando assim as migrações e a ocupação dos territórios pelos nordestinos. Já o segundo Programa objetivava promover irrigação na região Nordeste (NETO 2002 *apud* DOMINGUES *et al*, 2007).

A partir da década de 80, o modelo de desenvolvimento regional começa a se exaurir devido à crise fiscal e financeira do Estado brasileiro, concomitantes a um processo inflacionário crônico, diante desse quadro nos anos 80 a questão do desenvolvimento regional acaba ficando em segundo plano. Somente com a Constituição Federal de 1988, é que as políticas de desenvolvimento regional voltam a ter um papel relevante com a criação dos Fundos Constitucionais de Desenvolvimento.

A partir destes Fundos, o Governo Central criou um arcabouço burocrático de políticas de desenvolvimento regional. Atualmente, representado pelo Ministério da Integração Nacional, que supervisiona os Fundos de Desenvolvimento do Nordeste e da Amazônia (FINOR e FINAN), o Departamento de Obras Contra a Seca (DNOCS) e a Companhia do Desenvolvimento do Vale do São Francisco (CODEVASF). Por conseguinte, os Bancos do Nordeste, do Brasil e da Amazônia, ambos atrelados ao Ministério da Fazenda, gerem outros três fundos constitucionais referentes às suas áreas: o Fundo Constitucional do Nordeste (FNE), o Fundo Constitucional do Centro-Oeste (FCO) e o Fundo Constitucional do Norte (FNO).

Os Fundos Constitucionais de Financiamento foram criados com o objetivo de fomentar o financiamento da infra-estrutura econômica dos Estados - tais como energia, telecomunicações, transporte, abastecimento de água, produção de gás, instalação de gasodutos e esgotamento sanitário - nos quais está implantado o programa.

Em 2001 o modelo SUDENE/SUDAM foi substituído pelas Agências de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE) e da Amazônia (ADA) respectivamente. Porém, logo em 2003 o Ministério da Integração Nacional com a finalidade de ampliar as condições ao combate das desigualdades regionais restaurou as extintas Superintendências de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE) e da Amazônia (SUDAM), que passariam a exercer a função de coordenar todos os esforços dos setores públicos federal, estadual e municipal para o desenvolvimento das regiões Nordeste e Norte.

No caso específico do Nordeste, no período que foi de meados da década de 1980 ao início dos anos 2000, seu PIB manteve uma tendência positiva, entretanto declinante, no que tange a sua participação na economia brasileira, decrescendo de 14,1% em 1985 para 13,5% em 2002. Porém, nesse mesmo ano, o crescimento real da economia nordestina foi muito superior ao da economia brasileira, apesar das oscilações da economia nordestina sejam mais significativas que as apresentadas pela economia nacional (DOMINGUES *et al*, 2007).

Entre 1960 e 1989 o Nordeste cresceu a uma taxa média anual de 6,4%, enquanto a economia brasileira avançava em 6,0% ao ano. Ao mesmo tempo, o produto *per capita* do nordestino passa de 43,5% em 1960 para 61,4% do produto *per capita* do Brasil em 1988. Esses números, ainda que pouco satisfatórios, opõem-se com a ocasião vivida nas décadas anteriores a 1960, quando o Nordeste crescia sistematicamente numa cadência inferior ao observado para o Centro/Sul do País (LIMA, 1994).

Conforme Maia Gomes (1991) *apud* Policarpo Lima (1994), no Nordeste essa desconcentração pode ser mensurada a partir da evolução de outros indicadores de forma associada como, por exemplo, a renda *per capita*.

Certas características gerais desse crescimento merecem ênfase. Em primeiro lugar, deve ser salientado que, em nível setorial, o setor terciário foi o que mais cresceu ao longo dessas três décadas o que, entre outros fatores, reflete o desempenho importante do setor

público e do sistema financeiro, que entre os 80 e primeira metade dos anos 90 ganhou participação em nível nacional e regional com o crescimento da inflação a partir do final dos anos 70 e, finalmente, do chamado setor informal (LIMA, 1994). É evidente que desde a implantação do Real tem havido alguma reversão nesse cenário por conta da estabilização monetária.

Segundo Ferreira (2006) *apud* Domingues *et al* (2007), embora o desempenho do crescimento notado na economia nordestina ao longo desse período, na média, ter se comportado acima do seu potencial esperado, no entanto apresentou muitas oscilações, sendo que o mesmo efeito pode ser deduzido para a economia brasileira. Essa tendência positiva do PIB da região Nordeste está em grande medida associada aos gastos públicos estaduais diretamente em infra-estrutura e indiretamente pelos incentivos fiscais locais buscando atrair o capital privado.

Percebe-se então que a evolução do PIB nordestino está condicionado, em primeira instância, ao aumento dos gastos públicos na FBKF na região, até mesmo na forma de incentivos fiscais induzindo o investimento privado em setores que proporcionam vantagens comparativas e competitivas.

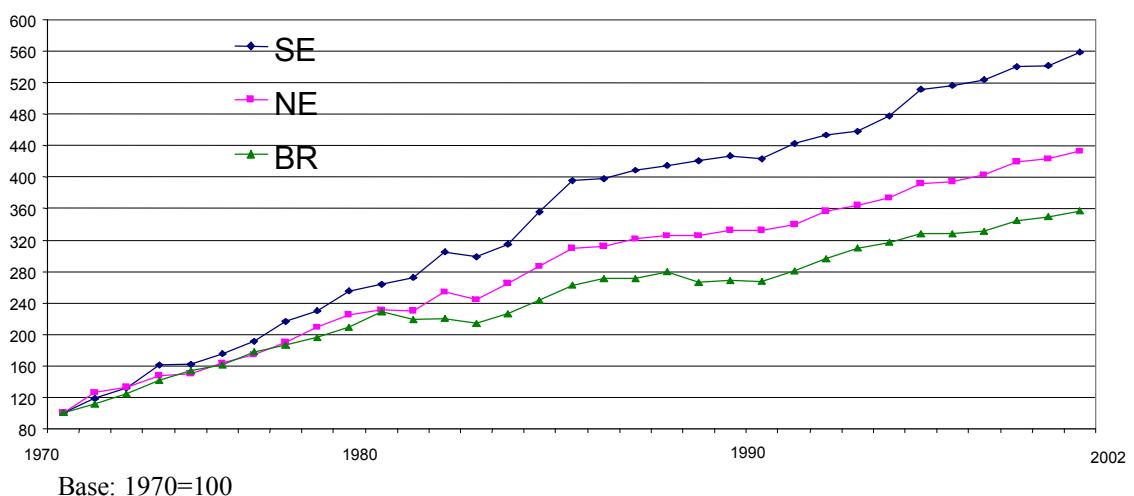


Gráfico 1 - Brasil, Nordeste e Sergipe: Evolução do Produto Interno Bruto (1970-2002)
Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005.

No início de 2007, surge então a mais recente tentativa do governo federal em minimizar as desigualdades regionais através do investimento pesado em FBKF, através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O PAC ambiciona investir, em quatro anos,

R\$ 503,9 bilhões, sendo esses recursos oriundos basicamente, das estatais federais e do setor privado. A mobilização de recursos privados pelo PAC foi prevista através de uma concepção de ambiente econômico mais favorável (DOMINGUES *et al*, 2007).

Caso típico de atuação do PAC são os setores de transportes, energia e telecomunicações, onde o primeiro contará com 58,3 bilhões de reais, em quatro anos, para serem alocados na malha rodoviária, ferroviária, portuária, aeroportuária, hidroviária, além da marinha mercante. O segundo que terá a maior parte dos investimentos alocados em geração de energia e na continuação da construção de usinas hidroelétricas. No total, o PAC prevê investir 274,8 bilhões de reais em energia até 2010, quase 30% reservados a geração e transmissão de energia elétrica. E o setor de telecomunicações em que a situação não é tão preocupante em virtude do advento das privatizações ocorridas na década de 90 que promoveu uma reestruturação do setor (DOMINGUES *et al*, 2007).

No entanto para Domingues *et al* (2007) não parece existir, a princípio, uma estratégia de minimizar as desigualdades regionais nos investimentos listados no PAC. Além do que o Programa mostra-se pouco articulado às políticas regionais praticadas pelos bancos de desenvolvimento regional e instituições financeiras que executam os recursos dos Fundos Constitucionais.

Porém, a necessidade de investimentos em infra-estrutura no Nordeste é algo quase de consenso dentro de nossa literatura econômica, o que torna de extrema relevância às inversões que estão sugeridas no PAC para a região. Ainda que o Programa venha suprir apenas parcialmente a escassez de infra-estrutura do Nordeste, o PAC poderá proporcionar resultados positivos em termos do crescimento e consequente desenvolvimento da região.

Contudo a ausência de um planejamento mais sistematizado e uma formalização documental sobre os investimentos do PAC representa tanto uma dificuldade para sua análise como possivelmente para sua execução. Isto se torna evidente quando são notadas diversas ações de investimento em diversas áreas de governo e do setor privado que foram elencadas no conjunto de iniciativas do PAC, embora não haja uma organização sistematizada e planejada da articulação destas ações. O mérito do programa fica então no sentido de mesmo ter trazido a baila as necessidades de investimentos em FBKF para o foco primordial de atuação das políticas públicas, conforme demonstra a **tabela 4**.

Tabela 4 - Projeção de investimentos anuais em Infra-estrutura no Nordeste de 2008 a 2011 (participação % no PIB estadual, ano base 2003)

| Agrupamento | MA | PI | CE | RN | PB | PE | AL | SE | BA | NE |
|-------------------|-------|-------|-------|------|------|------|------|------|------|------|
| Eletricidade | 3,61 | 1,81 | 0,17 | 0,46 | 0,14 | 1,47 | 0,95 | 0,16 | 0,36 | 0,83 |
| Luz para Todos | 2,18 | 2,49 | 0,76 | 0,29 | 0,35 | 0,21 | 0,68 | 0,31 | 0,85 | 0,75 |
| Logistica | 0,59 | 0,10 | 2,07 | 0,15 | 0,05 | 0,68 | - | - | 0,22 | 0,54 |
| Recursos Hidricos | 0,18 | 2,21 | 0,72 | 0,27 | 0,38 | 0,64 | 1,45 | 1,27 | 0,79 | 0,76 |
| Rodovias | - | - | - | 1,11 | 1,27 | 0,35 | 1,43 | 1,29 | 0,50 | 0,53 |
| Telecomunicações | 1,03 | 1,31 | 1,15 | 1,06 | 1,05 | 0,94 | 1,21 | 0,78 | 0,76 | 0,95 |
| Transp. Urbano | - | - | 0,47 | - | - | 0,18 | - | - | 0,17 | 0,16 |
| Saneamento | 3,47 | 3,26 | 2,04 | 1,50 | 1,65 | 1,22 | 1,59 | 0,80 | 1,19 | 1,57 |
| Habitação | 1,52 | 3,48 | 3,66 | 0,10 | 1,89 | 1,49 | 1,09 | 0,30 | 1,06 | 1,56 |
| Total | 12,58 | 14,65 | 11,03 | 4,95 | 6,79 | 7,19 | 8,42 | 4,91 | 5,90 | 7,63 |

Fonte: DOMINGUES (2007)

A figura 1, logo em seguida também fornece uma visão do impacto no longo prazo dos investimentos em infra-estrutura na Região Nordeste, mostrando que em grande parte do Estado de Sergipe esses investimentos representaram uma variação no PIB em torno de 2,13 a 3,75%. Porém em uma pequena faixa litorânea onde se encontra a capital Aracaju o impacto desses investimentos representa um delta no PIB estadual entre 3,83 a 5,38%.

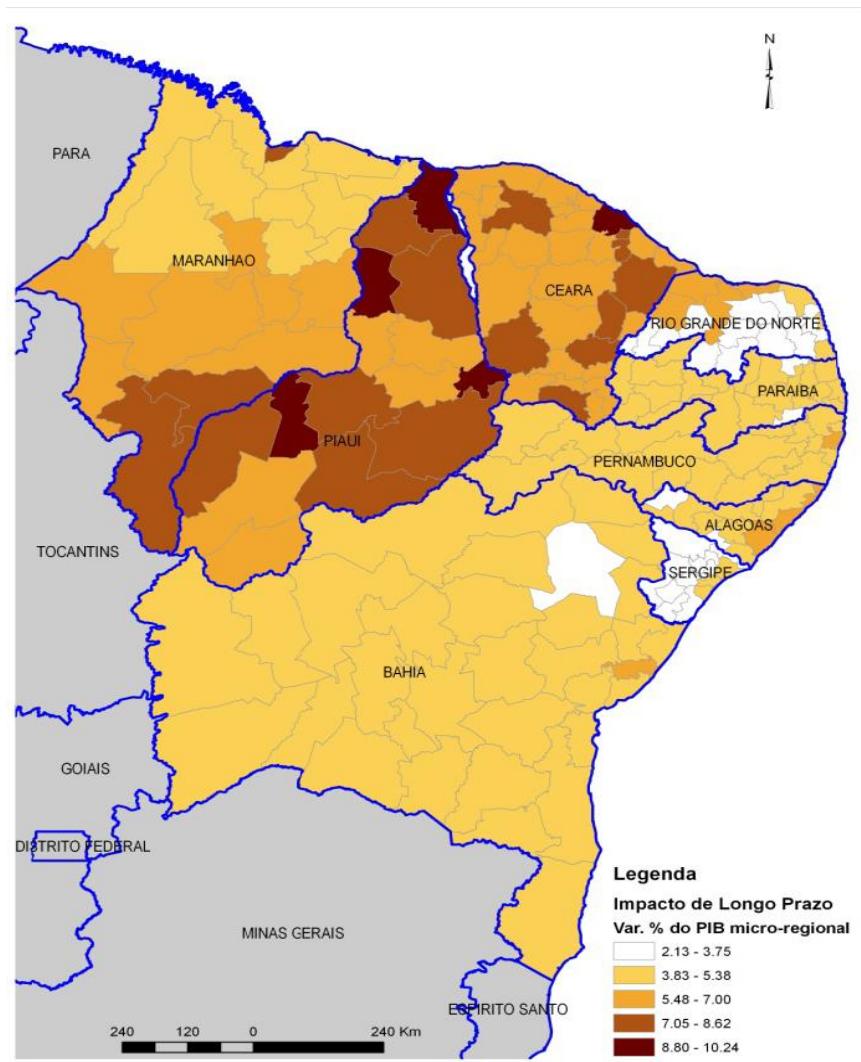


Figura 1 - Impacto microrregional dos investimentos no longo prazo (variação % PIB)
Fonte: Extraído de DOMINGUES (2007)

2.2 Conjuntura recente da economia sergipana.

Já no que concerne a análise conjuntural da economia de Sergipe *a priori* podemos observar duas características interdependentes para apontarmos a conjuntura do passado recente da economia sergipana. A primeira está ligada às alterações da economia brasileira, sob influência das mudanças na economia internacional e a segunda relacionada à importância que tiveram, até meados da década de oitenta, os investimentos em Formação Bruta de Capital Fixo (FBKF) das empresas estatais que serviram para fomentar direta e indiretamente o crescimento, a renda e o emprego no Nordeste e, em especial, nas economias estaduais mais frágeis como o caso da economia sergipana. (CEPLAN, 2005).

Quanto à primeira característica, dois pontos merecem destaque. O primeiro refere-se ao crescimento sustentado do PIB que até o final dos anos setenta foi favorecido pela forte proteção ao mercado da economia brasileira e o fácil acesso à poupança externa, era o “Milagre Econômico”. O segundo, porém de igual importância para compreensão do panorama econômico da época, está intrinsecamente ligado à crise mundial do petróleo e ao processo inflacionário desencadeado nas economias centrais que permitiram, nos anos setenta, que economias periféricas adotassem políticas de reestruturação industrial, alterando assim suas políticas comerciais e gerando uma forte onda protecionista (CEPLAN, 2005).

A partir da década de oitenta a aplicação de políticas corretivas pelas principais economias desenvolvidas, como o violento aumento da taxa básica de juros da economia norte-americana, ecoou nas economias latino-americanas e, em especial na economia brasileira que, com alto grau de insolvência, mergulhou, na primeira metade da década de oitenta, num processo de crise cambial e financeira, cessando um curso de crescimento sustentado que se observa até o final dos anos setenta (CEPLAN, 2005).

Ao longo dos anos noventa a economia brasileira passou por mudanças substanciais, como a abertura comercial, a redução do papel do Estado e das políticas intervencionistas, a estabilização de preços e a gradativa hegemonia de uma política monetária voltada às metas inflacionárias. Do ponto de vista regional, alguns aspectos também roubaram a cena como a extinção dos órgãos de desenvolvimento regional como a SUDENE e a guerra fiscal de incentivos estaduais também contribuiu para a formação do cenário das economias nordestinas, na tentativa de atrair novos empreendimentos industriais (LIMA, 2005).

Contudo, paulatinamente, essas economias adaptaram-se à crise da dívida, a partir do início dos anos noventa, adotando medidas sob forma de redução das barreiras protecionistas, de desregulamentação de seu mercado de capitais, da implementação de programas de privatização de empresas públicas, na esfera federal o Governo de Fernando Collor de Melo traduz bem esse momento de abertura do mercado brasileiro e do início do processo de privatizações com o setor das telecomunicações; em Sergipe podemos ver no Governo de Albano do Prado Franco a privatização da Empresa de Energia de Sergipe – ENERGIPE, todas essas ações são reforçadas por medidas austeras de controle dos gastos públicos e de combate de seus crônicos processos inflacionários (LIMA, 2005).

Esse período tem como característica mais evidente a persistência de uma lenta fase de crescimento econômico, iniciada na década de oitenta, marcada por graves problemas na economia brasileira, com repercussões importantes nas economias estaduais. Na origem dos problemas da economia brasileira, a crise cambial de início dos anos oitenta e a interrupção dos fluxos de financiamento com base em poupança externa, foi uma das fontes mais importantes de desequilíbrio macroeconômico. Outro não menos importante foi à aceleração do processo inflacionário (CEPLAN, 2005).

No Nordeste, a tendência observada foi de redução do investimento, com uma desaceleração do seu ritmo de crescimento real para 1,6% ao ano na década de oitenta, reduzindo-se ainda, entre 1990 a 1993, em termos absolutos em 4,4% ao ano. O investimento público contribuiu para essa queda com – 9,9% ao ano. Chamam ainda à atenção a tendência de perda de dinamismo na indústria de transformação e a maior importância do segmento de construção e do setor terciário como fontes de crescimento. Tais tendências são observadas na maioria dos Estados nordestinos, embora em alguns deles a indústria de transformação ainda mostre algum destaque, exatamente no Ceará e no Rio Grande do Norte, que vem apresentando maiores taxas de crescimento no conjunto da Região (LIMA, 2005).

Segundo Lima (1994), observa-se a partir de então o desdobramento de uma trajetória de tendência homogênea do processo de reprodução do capital, o que, levando em consideração a existência ou não de especificidades nesta reprodução, tem gerado a redução contínua e crescente das peculiaridades dessa reprodução em nível de cada região geográfica.

Nessa conjuntura, forja-se um ambiente econômico integrado onde a região hegemônica, o Sudeste, comanda o processo de acumulação, definindo-se ainda uma divisão inter-regional do trabalho que aos poucos estreita as fronteiras das possibilidades de diversificação das atividades produtivas nas demais regiões (LIMA, 1994).

Para Lima (1994), ainda que diminutas estas oportunidades de diversificação, devemos ter em mente que elas têm se efetivado em alguns episódios quando verifica-se a ação conjunta dos fatores locacionais já citados, que vêm condicionando o movimento de "despolarização".

Como pode ser facilmente percebido, ao longo de três décadas a taxa de crescimento da economia nordestina experimenta forte desaceleração, fato bastante conhecido e associado às mudanças mais gerais da economia brasileira. Setorialmente, o setor primário sofreu a maior mudança, saindo de uma taxa de crescimento de 5,4% ao ano entre 1970 e 1980 para - 1,6% ao ano nos anos 90. No setor secundário, houve um crescimento de 9,1% ao ano nos anos 70, tendo na década seguinte uma queda significativa no seu patamar de crescimento atingindo somente 1,0% ao ano, só recuperando seu vigor na década de 90 com um crescimento de 4,0% ao ano. Já no setor terciário a queda a pós a década de 70 se dá de forma menos agressiva saindo de 10,2% ao ano nos anos 70 para 3,5% ao ano nos anos 90 (LIMA, 2005).

O **gráfico 2** demonstra que Sergipe acompanha essa trajetória de crescimento da Região, ao verificarmos ao longo da década de oitenta, mais precisamente a segunda metade desta década o setor primário tem um crescimento de 1,0% ao ano, na década seguinte percebe-se uma queda deste setor em 1,0% ao ano e nos anos 2000 há uma tendência à estabilidade ficando o PIB deste setor em torno de 9,0% ao ano, até 2002. Já quanto ao setor secundário pode-se observar que na segunda metade da década de oitenta apresenta uma queda de aproximadamente 20% ao ano, retomando o crescimento na década posterior em 10% ao ano, mantendo essa tendência de crescimento nos anos 2000 com um crescimento de aproximadamente 21% até 2002. No setor terciário a segunda metade da década de 80 é marcada por um crescimento de 20% ao ano do setor, que sofre um desaquecimento na década seguinte crescendo em torno de 10%, nos anos 2000 essa trajetória da década anterior se acentua com um crescimento negativo de 17% do setor.

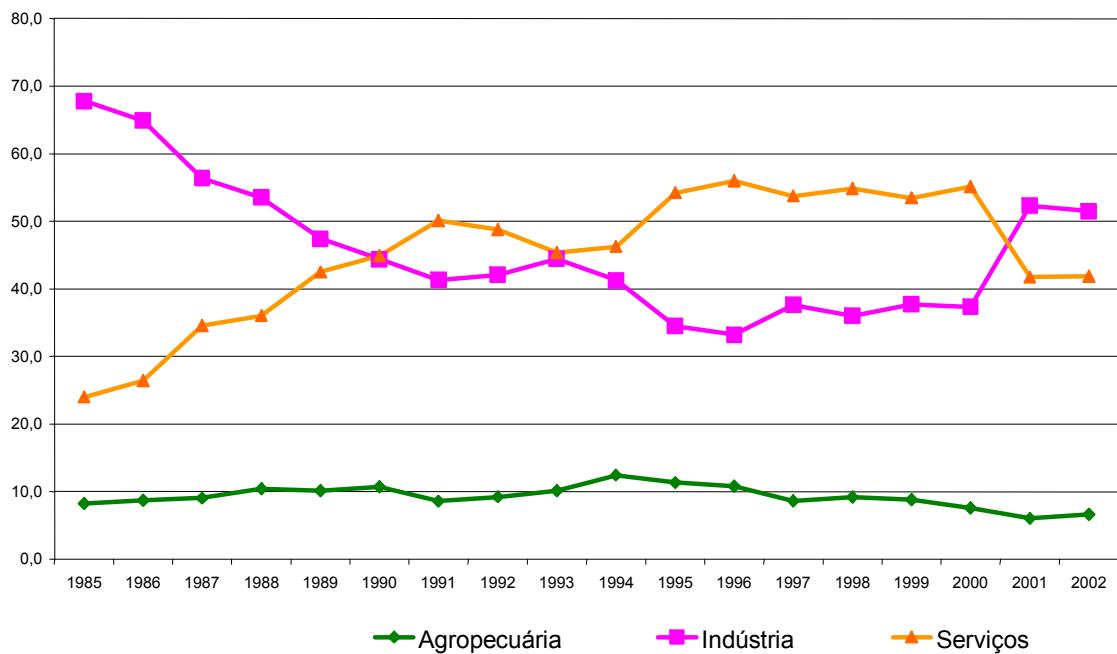


Gráfico 2 - Sergipe Evolução da Participação dos setores no PIB Estadual 1985-2002 (%)
Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005.

A partir de 2002 que foi o ano de escolha para a nova base de cálculo do PIB, por ter sido um ano conjunturalmente equilibrado com todos os Estados possuindo uma base de dados homogênea e completa para o cálculo na nova base, até 2006 que foi o ano da última série das Contas Regionais divulgadas pelo IBGE, pode-se ver através da **tabela 5 e do gráfico 3**, que entre os setores da economia a maior participação se dá no setor de serviços, com 63,7% de toda riqueza gerada na economia sergipana seguido pela indústria 31,4% e agropecuária 4,9%.

Tabela 5 - SERGIPE Valor adicionado bruto e estrutura de participação dos grandes setores da economia 2006

| Setores Econômicos | R\$ milhão | Estrutura de participação (%) |
|--------------------|------------|-------------------------------|
| Agropecuária | 658 | 4,9 |
| Indústria | 4.234 | 31,4 |
| Serviços | 8.599 | 63,7 |
| Total | 13.492 | 100,0 |

Fonte: SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008).

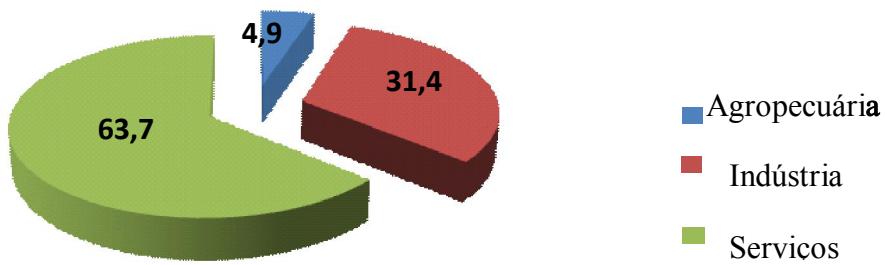


Gráfico 3 - Participação dos Setores na Economia de Sergipe em 2006

Fonte: SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008).

Na **tabela 6**, abaixo, os dados acima apresentados podem ser confirmados e melhor analisados, pois estão apresentados de forma desagregada por atividade econômica. Desta forma fica fácil identificar que o setor público foi o principal responsável pelo aumento do setor terciário na participação do PIB sergipano. Tendo o setor público participado com 35,9%, 36,7%, 34,5%, 36,0% e 38,5% do total apurado do setor de serviços nos anos de 2002, 2003, 2004, 2005 e 2006 respectivamente.

Tabela 6 - SERGIPE Participação (%) das atividades econômicas no valor adicionado bruto a preços básicos. 2002-2006

| Atividade Econômica | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
|---|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| Agricultura, silvicultura e exploração florestal | 2,4 | 3,9 | 2,4 | 1,9 | 2,4 |
| Pecuária e pesca | 2,2 | 2,6 | 2,3 | 2,6 | 2,5 |
| Agropecuária | 4,5 | 6,5 | 4,7 | 4,4 | 4,9 |
| Indústria extractiva mineral | 3,7 | 4,1 | 4,4 | 6,0 | 7,4 |
| Indústria de transformação | 11,7 | 12,6 | 11,1 | 10,7 | 9,7 |
| Construção Civil | 6,2 | 6,0 | 7,1 | 6,8 | 6,0 |
| Produção e distribuição de eletricidade, gás, água, esgoto e limpeza urbana | 10,5 | 11,6 | 12,0 | 9,8 | 8,2 |
| Indústria | 32,0 | 34,3 | 34,5 | 33,3 | 31,4 |
| Comércio e serviços de manutenção e reparação | 10,9 | 9,0 | 10,1 | 11,3 | 10,7 |
| Serviços de alojamento e alimentação | 1,3 | 1,3 | 1,5 | 1,4 | 1,8 |
| Transportes, armazenagem e correio | 3,4 | 3,8 | 4,8 | 4,0 | 4,7 |
| Serviços de informação | 2,7 | 2,6 | 2,6 | 2,6 | 2,3 |
| Intermediação financeira, seguros e previdência complementar | 4,9 | 4,0 | 3,3 | 4,0 | 3,8 |
| Serviços para Estados às famílias e associativos | 1,6 | 1,7 | 1,7 | 1,7 | 1,6 |
| Serviços para Estados às empresas | 2,4 | 2,6 | 3,4 | 2,4 | 3,0 |
| Atividades imobiliárias e aluguel | 9,9 | 9,7 | 9,4 | 9,3 | 8,6 |
| Administração, saúde e educação públicas | 22,8 | 21,7 | 21,0 | 22,4 | 24,5 |
| Saúde e educação mercantis | 2,5 | 1,8 | 1,9 | 2,1 | 1,7 |
| Serviços domésticos | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 1,1 | 1,1 |
| Serviços | 63,5 | 59,2 | 60,8 | 62,3 | 63,7 |
| Valor Adicionado | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 | 100,0 |

Fonte: SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008).

Segundo a Superintendência de Estudos e Pesquisas Econômicas – SUPES da Secretaria de Estado do Planejamento - SEPLAN o PIB sergipano, é da ordem de R\$15,126 bilhões. E como pode-se verificar no **gráfico 4**, desde 2003 que o PIB sergipano vem em uma tendência ascendente.

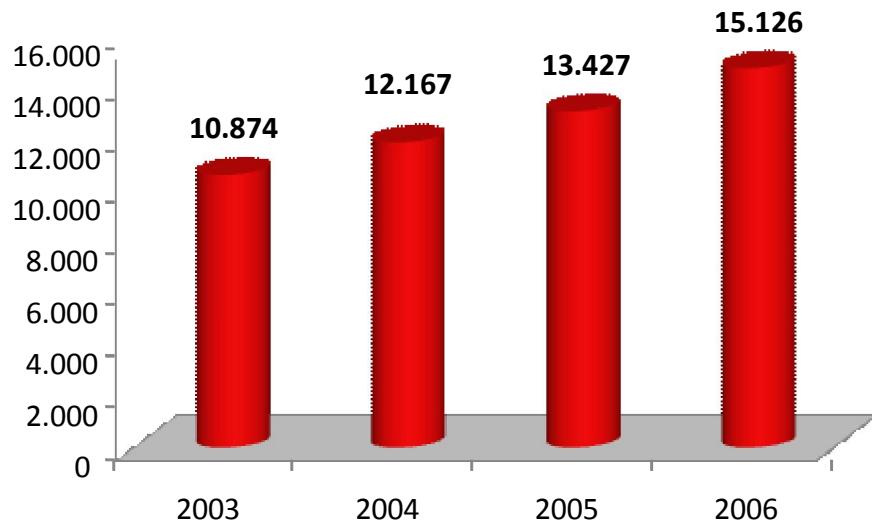


Gráfico 4 - Produto Interno Bruto de Sergipe 2003 - 2006

Fonte: SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008).

Porém, com uma taxa de crescimento de 4,1 % em relação a 2005 o crescimento da economia sergipana foi semelhante ao apresentado no Brasil (4,0%), mas um pouco abaixo do Nordeste (4,8%). Conforme demonstra a **tabela 7**, logo abaixo.

Tabela 7 - Produto Interno Bruto, a preço de mercado, do Brasil, Nordeste e Sergipe. 2002-2006

| Ano | Moeda | Produto Interno Bruto (valores correntes) | | | Participação % | | Variação Real Anual | | |
|------|------------|--|----------|---------|----------------|-------|---------------------|-----|-----|
| | | Brasil | Nordeste | Sergipe | SE/BR | SE/NE | BR | NE | SE |
| 2002 | R\$ Milhão | 1.477.822 | 191.592 | 9.454 | 0,64 | 4,93 | - | - | - |
| 2003 | R\$ Milhão | 1.699.948 | 217.037 | 10.874 | 0,64 | 5,01 | 1,1 | 1,9 | 2,6 |
| 2004 | R\$ Milhão | 1.941.498 | 247.043 | 12.167 | 0,63 | 4,93 | 5,7 | 6,3 | 6,6 |
| 2005 | R\$ Milhão | 2.147.239 | 280.504 | 13.427 | 0,63 | 4,79 | 3,2 | 4,6 | 5,5 |
| 2006 | R\$ Milhão | 2.369.797 | 311.175 | 15.126 | 0,64 | 4,86 | 4,0 | 4,8 | 4,1 |

Fonte:SEPLAN/ SUPES/GEPEA (2008)

Ano referência: 2002

Ainda sobre a **tabela 7**, é possível verificar que a produção do Nordeste representa 13% do PIB nacional, enquanto a produção sergipana representa 0,6% do PIB nacional. e 5% do PIB nordestino.

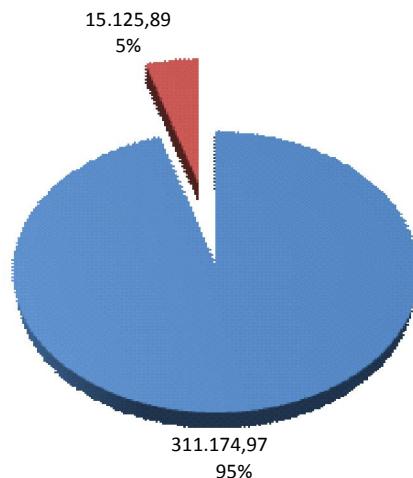


Gráfico 5 - Participação do PIB Sergipano no Nordeste – R\$ milhões Período: 2006
Fonte:SEPLAN/ SUPES/GEPEA (2008)

Esse 0,6 % de representação no PIB nacional coloca Sergipe na 21º colocação no ranking nacional de participação dos PIB's estaduais do Brasil. À frente somente do Piauí e dos Estados da região norte, com exceção do Amazonas e Para, mais o Tocantins, conforme demonstra a **tabela 8**.

Tabela 8 - Participação (%) dos PIB's estaduais e regiões no PIB do Brasil (Ranking) 2002-2006

| Estados | Participação (%) | | | | | Ranking | | | | |
|-------------------|------------------|------|------|------|------|---------|------|------|------|------|
| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
| São Paulo | 33,6 | 34,1 | 33,1 | 33,9 | 33,9 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Rio de Janeiro | 11,7 | 11,1 | 11,5 | 11,5 | 11,6 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Minas Gerais | 8,7 | 8,8 | 9,1 | 9,0 | 9,1 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Rio Grande do Sul | 7,2 | 7,3 | 7,1 | 6,7 | 6,6 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Paraná | 6,1 | 6,4 | 6,3 | 5,9 | 5,8 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |
| Bahia | 4,2 | 4,0 | 4,1 | 4,2 | 4,1 | 6 | 6 | 6 | 6 | 6 |
| Santa Catarina | 3,8 | 3,9 | 4,0 | 4,0 | 3,9 | 7 | 7 | 7 | 7 | 7 |
| Distrito Federal | 3,9 | 3,7 | 3,6 | 3,8 | 3,8 | 8 | 8 | 8 | 8 | 8 |
| Goiás | 2,6 | 2,5 | 2,5 | 2,4 | 2,4 | 9 | 9 | 9 | 9 | 9 |
| Pernambuco | 2,4 | 2,3 | 2,3 | 2,3 | 2,3 | 10 | 10 | 10 | 10 | 10 |
| Espírito Santo | 1,7 | 1,8 | 2,1 | 2,2 | 2,2 | 13 | 13 | 12 | 11 | 11 |
| Ceará | 2,0 | 1,9 | 1,9 | 1,9 | 2,0 | 11 | 11 | 14 | 12 | 12 |
| Pará | 1,8 | 1,8 | 1,8 | 1,8 | 1,9 | 12 | 12 | 13 | 13 | 13 |
| Amazonas | 1,4 | 1,5 | 1,6 | 1,6 | 1,7 | 15 | 15 | 15 | 15 | 14 |

Tabela 8 (continuação). - Participação (%) dos PIB's estaduais e regiões no PIB do Brasil (Ranking) 2002-2006

| Estados | Participação (%) | | | | | Ranking | | | | |
|---------------------|------------------|------------|------------|------------|------------|---------|------|------|------|------|
| | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 |
| Mato Grosso | 1,5 | 1,6 | 1,9 | 1,7 | 1,5 | 14 | 14 | 11 | 14 | 15 |
| Maranhão | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 1,2 | 1,2 | 16 | 16 | 16 | 16 | 16 |
| Mato Grosso do Sul | 1,1 | 1,1 | 1,1 | 1,0 | 1,0 | 17 | 17 | 17 | 17 | 17 |
| Rio Grande do Norte | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 0,9 | 19 | 19 | 18 | 18 | 18 |
| Paraíba | 0,9 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 0,8 | 18 | 18 | 19 | 19 | 19 |
| Alagoas | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 0,7 | 20 | 20 | 20 | 20 | 20 |
| Sergipe | 0,7 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 21 | 21 | 21 | 21 | 21 |
| Rondônia | 0,5 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 0,6 | 22 | 22 | 22 | 22 | 22 |
| Piauí | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 0,5 | 23 | 23 | 23 | 23 | 23 |
| Tocantins | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 0,4 | 24 | 24 | 24 | 24 | 24 |
| Amapá | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 25 | 25 | 25 | 25 | 25 |
| Acre | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 0,2 | 26 | 26 | 26 | 26 | 26 |
| Roraima | 0,2 | 0,2 | 0,1 | 0,1 | 0,2 | 27 | 27 | 27 | 27 | 27 |
| Sudeste | 55,7 | 55,8 | 55,8 | 56,5 | 56,8 | 1 | 1 | 1 | 1 | 1 |
| Sul | 17,1 | 17,7 | 17,4 | 16,6 | 16,3 | 2 | 2 | 2 | 2 | 2 |
| Nordeste | 13,3 | 12,8 | 12,7 | 13,1 | 13,1 | 3 | 3 | 3 | 3 | 3 |
| Centro-Oeste | 9,1 | 9,0 | 9,1 | 8,9 | 8,7 | 4 | 4 | 4 | 4 | 4 |
| Norte | 4,8 | 4,8 | 4,9 | 5,0 | 5,1 | 5 | 5 | 5 | 5 | 5 |

Fonte: IBGE; SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008)

Contudo, Sergipe apresenta o maior PIB *per capita* do nordeste, superando em 25,4% o PIB *per capita* da Região, além de representar 60% do PIB *per capita* nacional, conforme demonstra o **gráfico 6** logo abaixo.

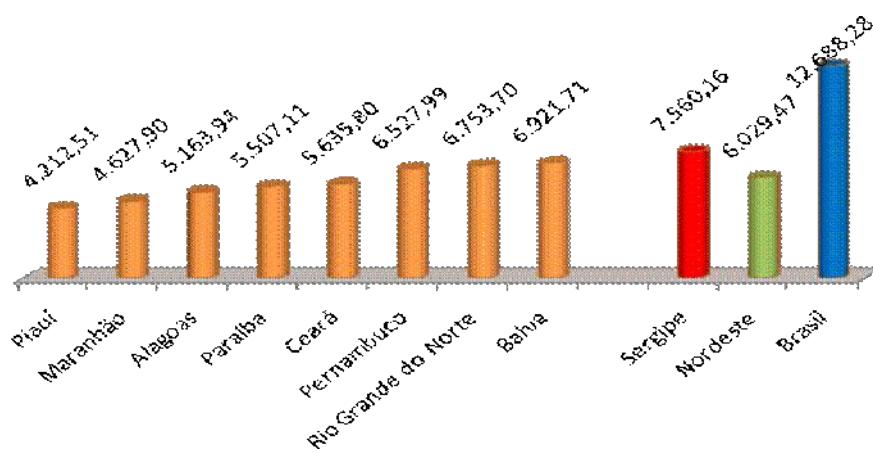


Gráfico 6 - Produto Interno Bruto per capita, do Brasil, Nordeste e Sergipe (2006)
Fonte: SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008).

2.3 A evolução do PIB sergipano e o peso do estado na sua composição

A evolução do Produto Interno Bruto – PIB sergipano segue a trajetória dos demais Estados da região sempre fortemente correlacionada ao comportamento da economia brasileira como um todo, conforme demonstram as médias móveis quinqüenais do **gráfico 7**. Essa afirmação, embora possa parecer óbvia, subentende a influência de fatores exógenos; da gestão da política de curto prazo; e dos choques que, ao afetarem a economia brasileira, acabam, por sua vez, repercutindo nas economias locais.

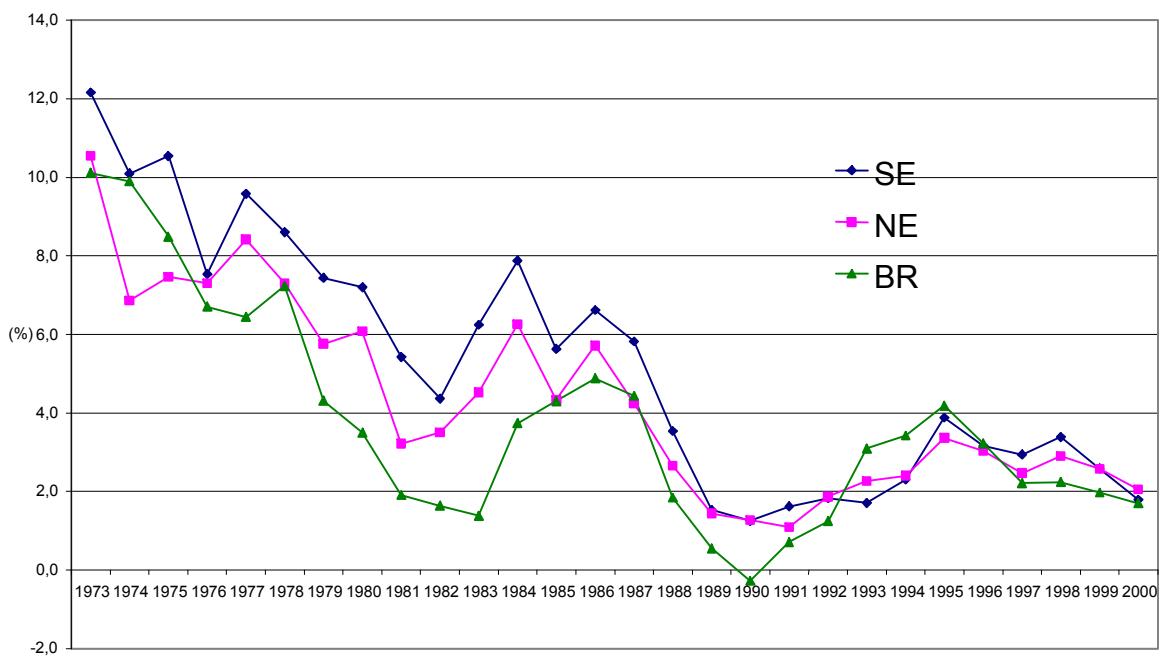


Gráfico 7 - Brasil, Nordeste e Sergipe: Evolução das Taxas de Crescimento do PIB 1970 – 2002
Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005.

Nesse sentido é possível identificar dois pontos que retratam a influência da economia brasileira na trajetória da economia sergipana. O primeiro, nos anos setenta e primeira metade dos anos oitenta, quando um conjunto de investimentos em FBKF realizados por empresas públicas e privadas impulsionou o seu crescimento e incrementou as atividades urbanas. A partir daí, o setor público passaria a influenciar terminantemente o comportamento da economia sergipana, com isso o desempenho da economia estadual passaria a ser intensamente dependente das finanças públicas do governo federal e das estratégias traçadas pelas empresas estatais, inclusive as que depois foram privatizadas, cujas dinâmicas independem da esfera estadual. O segundo ponto de inflexão se deu a partir da segunda metade dos anos oitenta, quando atividades do setor terciário tornaram-se mais dinâmicas, em

virtude da perda de vigor da economia nacional e o abandono das políticas regionais iniciadas nos anos sessenta. Essa segunda mudança se configurou, não por acaso, a partir dos anos oitenta, no marco da falência de um longo período de aproximadamente três décadas de forte crescimento da economia brasileira (NOBREGA, 2003).

Contudo, os investimentos do setor público na indústria sergipana tinham como principal fomentador a indústria extractiva mineral e a de transformação, onde na segunda metade dos anos oitenta ambas representavam 58,7% do PIB, sendo que a primeira contava com cerca de 22%, o que demonstra o alto grau de concentração da atividade econômica sergipana na indústria extractiva mineral, na exploração de petróleo, e em menor medida gás natural, sob controle de uma empresa estatal, no caso a Petrobrás. É certa a importância que detêm essas indústrias na economia do Estado de Sergipe. Em meio à década de oitenta, as duas contribuíam com quase três quintos do PIB sergipano. No caso da indústria extractiva mineral, o grande impulso para seu crescimento foram então os investimentos públicos oriundos do governo federal por intermédio da Petrobrás, e no caso da indústria de transformação não foi diferente visto que os investimentos foram incentivados pela Sudene (CEPLAN, 2005).

Os setores de petróleo e gás natural são as principais atividades da economia sergipana fazendo da extração mineral o mais importante segmento industrial no que se refere à geração de riqueza no Estado, ultrapassando qualquer setor da indústria de transformação, chegando a configurar em alguns anos a maior parcela da composição do PIB industrial. O que levou em 2002, o setor secundário responder por 51,6% do PIB sergipano, por 40% do PIB brasileiro e 36,8% da soma do PIB dos Estados nordestinos. Nesse ano, a indústria extractiva mineral participava com 17,1% do PIB e 33,1% do PIB do setor secundário de Sergipe, contra 3,9% e 9,8% na economia brasileira e 3,1% e 8,4% na economia nordestina (CEPLAN, 2005).

O **gráfico 8** ratifica a força da extração mineral na composição e evolução do PIB sergipano, ao demonstrar que desde a segunda metade da década de noventa até a primeira metade dos anos 2000, mais precisamente no ano de 2005, Sergipe teve sua taxa média anual de crescimento do setor industrial superior a do Nordeste e a do Brasil.

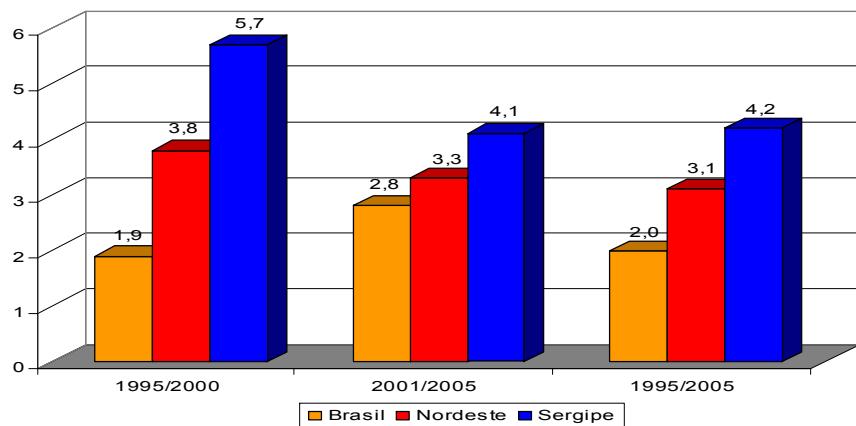


Gráfico 8 - Brasil, Nordeste e Sergipe Taxa média anual de crescimento do Setor Industrial
Fonte: SEPLAN/SUPES; elaboração CEPLAN.

Porém, desde meados dos anos oitenta, a extração de petróleo, a mais expressiva em meio às atividades mineradoras do Estado, não tem apresentado crescimento sustentado. Em 1978, a produção de petróleo alcançou 2 milhões e 734 mil m³. Em 1984 alcançou seu ponto máximo, 2 milhões e 946 mil m³. Daí em diante, deu início a uma trajetória descendente. Em 1996, a produção de petróleo foi 2 milhões e 42 mil m³, registrando até 2003 índice de produção física nunca superior a 80, quando comparado ao ano de 1978, conforme **tabela 9** (Idem).

**Tabela 9 - Sergipe: Produção de Petróleo
1978 - 2008 (em 1.000 m3)**

| Ano | Produção | Índice |
|-------|----------|--------|
| 1978 | 2.734 | 100 |
| 1981 | 2.599 | 95 |
| 1984 | 2.946 | 108 |
| 1987 | 2.850 | 104 |
| 1990 | 2.603 | 95 |
| 1996 | 2.042 | 75 |
| 1997 | 1.921 | 70 |
| 1998 | 2.042 | 75 |
| 1999 | 2.197 | 80 |
| 2000 | 2.141 | 78 |
| 2001 | 2.078 | 76 |
| 2002 | 2.056 | 75 |
| 2003 | 2.145 | 78 |
| 2004 | 2.220 | 81 |
| 2005 | 2.260 | 82 |
| 2006 | 2.280 | 83 |
| 2007 | 2.484 | 91 |
| 2008* | 895 | 33 |

Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005 e atualizado pelo autor.

* Valor referente até abril

Embora a produção de petróleo em Sergipe venha assumindo esse movimento descendente, a Petrobrás tem demonstrado otimismo com as mais recentes prospecções que sinalizam para um aumento expressivo na produção de petróleo do estado, com a exploração do campo de Piranema, em águas profundas, com estimativa de elevar em 40% a produção estadual de petróleo, o que ocasionaria resultados de grande relevância sobre a evolução do PIB sergipano. Apesar de uma série anual mais curta apresentada na **tabela 10** para análise, observa-se que a produção de gás vem registrando um aumento significativo até o ano de 2000. Embora o volume de produção oscile de um ano para outro, é possível constatar o seu acanhado desempenho, alcançando o maior índice em 2000, somente 21,6% acima do apontado em 1994. Nos últimos anos, quedas contínuas fizeram com que a produção sergipana de gás retroagisse aos patamares de 1994, de forma que a produção de 2003 é apenas 1% superior à daquele ano.

**Tabela 10 - Sergipe: Produção de Gás Natural
1994 - 2008 (em 1.000 m³)**

| Ano | Localização | | |
|---------------------------------------|-------------|-------|-------|
| | Terra | Mar | Total |
| Produção de gás | | | |
| 1994 | 66,7 | 652,0 | 718,7 |
| 1995 | 63,9 | 628,5 | 692,4 |
| 1996 | 63,9 | 666,2 | 730,1 |
| 1997 | 70,0 | 670,8 | 740,8 |
| 1998 | 64,7 | 742,4 | 807,1 |
| 1999 | 59,7 | 806,4 | 866,1 |
| 2000 | 58,6 | 815,0 | 873,6 |
| 2001 | 59,3 | 752,5 | 811,8 |
| 2002 | 59,6 | 741,9 | 801,5 |
| 2003 | 66,3 | 666,3 | 732,6 |
| 2004 | 76,2 | 601,1 | 677,3 |
| 2005 | 79,0 | 538,7 | 617,7 |
| 2006 | 84,2 | 525,1 | 609,3 |
| 2007 | 93,1 | 453,8 | 546,9 |
| 2008* | 30,2 | 193,9 | 224,1 |
| Índice da evolução da produção | | | |
| 1994 | 100 | 100 | 100 |
| 1995 | 96 | 96 | 96 |
| 1996 | 96 | 102 | 102 |
| 1997 | 105 | 103 | 103 |
| 1998 | 97 | 114 | 112 |
| 1999 | 90 | 124 | 121 |
| 2000 | 88 | 125 | 122 |

**Índice da evolução da produção
(continuação)**

| | | | |
|--------------|------------|-----------|-----------|
| 2001 | 89 | 115 | 113 |
| 2002 | 89 | 114 | 112 |
| 2003 | 99 | 102 | 102 |
| 2004 | 114 | 92 | 94 |
| 2005 | 118 | 82 | 86 |
| 2006 | 126 | 80 | 85 |
| 2007 | 126 | 80 | 85 |
| 2008* | 139 | 70 | 76 |

Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005 e atualizado pelo autor.

* Valor referente até abril

O desempenho do PIB sergipano acompanhou as tendências regional e brasileira a partir do final da década de 60, como demonstra o gráfico 7, mostrando-se, assim, também atrelado aos movimentos cíclicos da economia regional e brasileira, pois não resultou da integração dependente e complementar, que passou a ter uma nova estrutura produtiva com relação ao setor privado do Centro-Sul. Em 1969 a produção de petróleo em Sergipe já ultrapassava 1.600.000 toneladas por ano, em apenas seis anos de instalação da Petrobrás em Carmópolis e um ano após iniciar-se a exploração de petróleo na área litorânea próxima a Aracaju. Segundo Cerqueira (1990) *apud* Nóbrega (2003), a produção de petróleo em Sergipe apresentou taxas anuais de crescimento de 13,75% em 1973 e de 35,69% em 1974, taxas estas as mais altas, se desconsideradas as dos anos de instalação da Petrobrás (NOBREGA, 2003).

Essa explosão de investimentos da Petrobrás cessa a partir de 1985 em uma tendência de redução na FBKF na indústria extractiva mineral, conforme demonstra o gráfico 9. Esses investimentos representavam 63% de toda a FBKF pública realizada em 1985, caíram para 18%, em 2004. Nesse mesmo período a extração de petróleo teve uma queda de 27,3%. O que demonstra que a partir de 1985, houve uma redução drástica e continua do investimento público, exaurindo uma das fontes mais importantes da economia sergipana (CEPLAN, 2005).

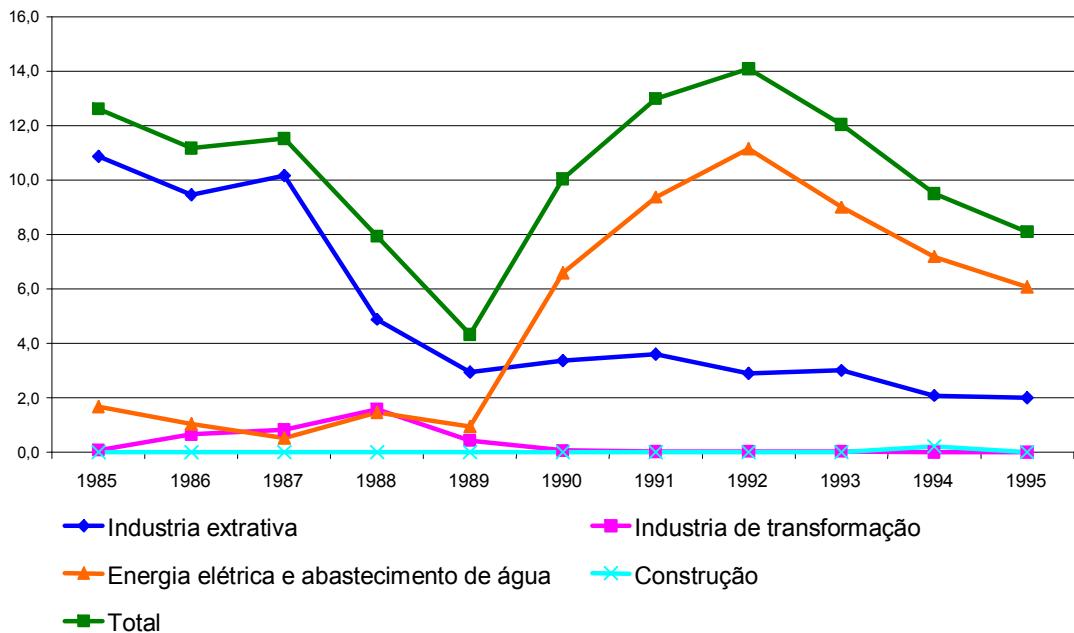


Gráfico 9 - Sergipe: Participação relativa da FBKF setorial do setor público (indústria) no PIB total: 1985 – 1995

Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005

O impressionante desempenho da indústria extrativa mineral, apesar de ter implicações fundamentais para o desempenho do PIB sergipano da década de 80, não pode contudo ofuscar outras determinações, que inclusive denotam ao setor público um outro papel fundamental no desempenho do PIB sergipano. Como os investimentos nos setores de energia elétrica e abastecimento de água. Atividades estas que não desvinculam o investimento da dependência econômica do Estado já que os investimentos continuam concentrados em outras empresas estatais. A exemplo disso temos em 1989 as obras na barragem de Xingó realizadas pela CHESF, a Companhia Hidroelétrica de São Francisco (NOBREGA, 2003).

Contradizendo a tendência de um ritmo maior de crescimento de sua economia até meados da década de oitenta, especialmente após o final da década de noventa, Sergipe enveredou numa trajetória de menor dinamismo comparativamente ao Nordeste e ao Brasil, um fato que pode se atribuir à dificuldade do Estado de explorar novas oportunidades de investimentos relacionadas ao crescimento das exportações nacionais. O início da década de noventa foi o período mais árduo para a produção nacional, devido à nociva combinação da precipitada abertura comercial com a recessão das atividades no mercado interno, o que fez com que a economia brasileira se deparasse com a enorme entrada de produtos importados em um mercado estagnado (CEPLAN, 2005).

A conjuntura torna-se um pouco mais favorável a partir da instauração do Plano Real, visto que a expansão dos mercados consumidores estimulada pelo retorno do crédito e a volta dos investimentos diretos externos proporcionaram um crescimento da demanda agregada, o que possibilitou a absorção interna do aumento de produção, mesmo com a intensificação do crescimento das importações e da baixa competitividade da produção nacional nos mercados externos. Com isso, a ampliação da demanda agregada refletiu em todas as regiões. Esse movimento da economia nacional, mais do que qualquer outro fator, ilustrou o desempenho um pouco superior do PIB da economia sergipana na segunda metade da década de noventa, em comparação à primeira. A partir de 1999, as exportações brasileiras ganharam novo fôlego gerando importantes efeitos sobre a demanda agregada, criando mini-ciclos na economia brasileira como o iniciado com a desvalorização do real entre o segundo semestre de 2002 e no primeiro de 2003 e o resultado é o que se pode ver através do **gráfico 10** onde o PIB sergipano apresenta uma evolução superior a do PIB brasileiro, com exceção do ano de 2001 (CEPLAN, 2005).

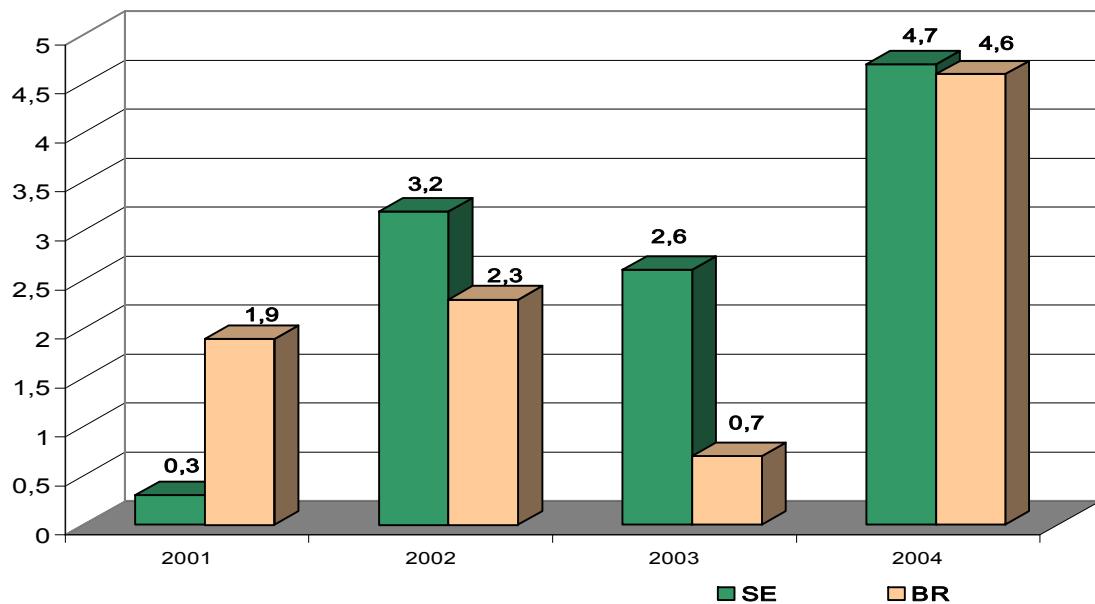


Gráfico 10 - Sergipe e Brasil: Evolução % das Taxas de Crescimento do PIB a Preço Básico 2001-2004
Fontes: IBGE;SEPLANTEC/SUPES elaborado pela CEPLAN

No momento mais nevrágico da evolução da economia brasileira, a partir da abertura econômica do início dos anos 90, mais precisamente no período 1990-1993, o PIB de Sergipe cresceu somente 1,7% ao ano, contra 1,1% da Região Nordeste e 0,0 % da economia brasileira. Ver **Tabela 11**.

A economia nacional só vem se recuperar em meados de 1994 e 1998, estimulada pelo choque da estabilização dos preços causada pelo Plano Real. O que não evitou que a taxa de crescimento do PIB brasileiro no período fosse acanhada e decrescente, perante a perda de competitividade da economia em virtude da contínua e persistente valorização cambial e do colapso financeiro que atingiu todos os países em desenvolvimento endividados a época. O curso tomado pela economia brasileira é de redução das taxas de crescimento do PIB que, depois de alcançar 5,9% em 1994, cai para 4,2% em 1995, 2,7% em 1996, 3,3% em 1997 e 0,1% em plena crise financeira e cambial de 1998. Ver **Tabela 11**.

Em 1999 o momento foi de assimilar os impactos da crise, o que acarretou em um acentuado aumento das taxas internas de juro, com o retorno do crescimento do PIB brasileiro, ocorrendo somente no ano de 2000, porém voltando a apresentar taxas reduzidas de crescimento em 2001 e 2002, o que demonstra falta de sustentabilidade no crescimento da economia. No período 2000-2002, o crescimento médio anual foi de 2,1%. Em 2003 houve uma estagnação do PIB em, 0,6% de aumento. A intensa desvalorização cambial que se processou no período, combinada com a evolução positiva da economia mundial, possibilitou uma retomada de certo fôlego da economia brasileira, em 2004, 6,6% de crescimento (CEPLAN, 2005).

A década de noventa marcada pela estagnação da economia nacional atingiu profundamente a economia sergipana fazendo com que a taxa média de crescimento do PIB estadual estabelecida em 5,7%, nos anos de 1985 a 1989, despencasse para 1,7% no período de 1990 a 1993. Com o aumento inicial da demanda propiciada pelo Plano Real a partir de 1995, a economia sergipana elevou a sua taxa de crescimento, comparativamente à primeira metade da década de 1990. No entanto a média anual de 3,1%, no período 1994-1998, é expressivamente menor do que os 5,7% anuais entre 1984 e 1989, e ainda menos significativa quando confrontada com as taxas dos anos 70 do século passado (CEPLAN, 2005).

No período 2000-2002, a economia sergipana tem apresentado, em média, taxas de crescimento um pouco inferiores às alcançadas pelas demais economias do Nordeste, com exceção de 2002. Ver **Tabela 11**. Tal indicador é inquietante, pois sinaliza que a economia do estado não vem se favorecendo das janelas de oportunidades que a mudança do regime cambial, desde 1999, tem propiciado à economia brasileira. O que reflete nas baixas taxas de crescimento após 1999 onde a sua trajetória tem se situado inclusive abaixo da média nacional, o que contrasta com os períodos anteriores, conforme demonstra a **tabela 11**, mesmo perante relativamente baixa de dinamicidade da economia brasileira (CEPLAN, 2005).

Tabela 11 - Brasil, Nordeste e Sergipe Taxas Anuais de Crescimento do Produto Interno Bruto- PIB (%) aa

| Anos/ períodos | Brasil | Nordeste | Sergipe |
|----------------|--------|----------|---------|
| 1970-1973 | 12,4 | 13,9 | 17,2 |
| 1974-1980 | 7,0 | 6,6 | 7,4 |
| 1981-1984 | -0,3 | 3,5 | 4,4 |
| 1985-1989 | 4,4 | 4,2 | 5,7 |
| 1990-1993 | 0 | 1,1 | 1,7 |
| 1994-1998 | 3,2 | 3,0 | 3,1 |
| 1999 | 0,8 | 2,2 | 1,3 |
| 2000 | 4,4 | 4,2 | 3,3 |
| 2001 | 1,3 | 1,0 | 0,3 |
| 2002 | 1,9 | 2,2 | 3,2 |
| 1999-2002 | 2,1 | 2,4 | 2,0 |
| 2003 | 1,1 | 1,9 | 2,6 |
| 2004 | 5,7 | 6,3 | 6,6 |
| 2005 | 3,2 | 4,6 | 5,5 |
| 2006 | 4,0 | 4,8 | 4,1 |

Fonte: Extraído do relatório da CEPLAN – 2005 e do IBGE SEPLAN/SUPES/GEPEA (2008).

A trajetória da economia sergipana por tudo que foi exposto até o momento pode ser resumida da seguinte forma:

- i) O primeiro momento ressalta a disposição e o sentido do ritmo de crescimento que a economia sergipana compartilha com a economia brasileira e a nordestina, com a

qualificação de que a magnitude do ritmo foi superior para a economia estadual desde o início dos anos 70 até a primeira metade dos anos 90;

- ii) O segundo enfatiza a importância e a dependência da economia do Estado de Sergipe com relação aos investimentos de empresas estatais na indústria extrativa mineral, em particular da Petrobrás, até a primeira metade dos anos 80;
- iii) E o terceiro associa o curso de crescimento da economia estadual, de acordo com os diferentes subperíodos, reunidos de acordo com a tendência que se notou da evolução do crescimento da economia nacional, com a preocupação de destacar a grande redução das taxas de crescimento comparativamente ao longo período de crescimento acelerado que se esgotou em finais da década de 70.

CAPÍTULO 3

FINANÇAS PÚBLICAS ESTADUAIS ESTRUTURA DE RECEITA E DESPESA DE 2000 A 2007.

Neste capítulo é apresentado inicialmente a classificação das despesas públicas em suas categorias de acordo com a legislação vigente, bem como são apresentados os conceitos de investimentos e dos níveis de despesa orçamentária sob a perspectiva da Lei nº 4.320. Após os conceitos gerais iniciam-se as análises das receitas e despesas, passando pela adequação das finanças estaduais à Lei de Responsabilidade Fiscal e ao Programa de Ajustamento Fiscal do Governo Federal e por fim é apresentada a análise da execução orçamentária estadual por função.

A legislação do orçamento público brasileiro classifica as despesas públicas em três categorias distintas são elas: institucional, econômica e funcional – programática. A categoria institucional acompanha a estrutura administrativa da esfera de governo para o qual o orçamento é elaborado desdobrando-se por órgãos e unidades orçamentárias.

A categoria econômica é disciplinada pela Lei nº 4.320/64, nos artigos 12 a 21. Desagrega as despesas em correntes e de capital. As despesas correntes estão subdivididas em despesas de custeio e transferências correntes e estas últimas ainda se desmembram em pessoal e corrente. Já as despesas de capital estão subdivididas em investimentos, inversões financeiras e transferências.

Para orientar melhor a compreensão da análise deste capítulo, toda referência feita aqui a investimentos em infra-estrutura ou a investimentos em FBKF, estará fundamentada na definição de investimentos contida na Lei nº4.320/64 em seu art.12, §4º onde:

Investimentos são despesas com o planejamento e a execução de obras, inclusive as destinadas à aquisição de imóveis considerados necessários à realização destas últimas, bem como para programas especiais de trabalho, aquisição de instalações, equipamentos e material permanente e constituição ou aumento de capital de empresas que não sejam de caráter comercial ou financeiro.

A categoria funcional - programática foi estabelecida pela portaria Ministerial nº 09, de 28 de janeiro de 1974, da Secretaria de Planejamento da Presidência da República, atualizada pelas portarias nº 04, de 12 de março de 1975 e nº 25, de 14 de julho de 1976.

Nesta classificação a despesa orçamentária está detalhada em sete níveis são eles: função, subfunção, programa, projeto, atividade, operações especiais, encargos especiais.

Quadro 1 - Detalhamento dos Níveis da Despesa Orçamentária

| Nível | Conceito |
|---------------------|--|
| Função | Maior nível de agregação, onde se encontra a ação do governo definida por convenção. |
| Subfunção | Partição da função |
| Programa | Instrumento de organização da ação governamental que visa à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores estabelecidos no Plano Plurianual (PPA). |
| Projeto | Instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de ações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão da ação do governo. |
| Atividade | Um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação do governo. |
| Operações Especiais | Despesas que não contribuem para a manutenção das ações do governo e nem resultam em um produto, logo não geram contraprestação direta sob forma de bens ou serviços. |
| Encargos Especiais | Englobam as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo. |

Fonte: Cruz *et al*(2006).

Para a análise das finanças públicas estaduais de Sergipe do período de 2000 a 2007, foram utilizados dois procedimentos básicos:

1. Deflacionamento dos dados em reais de janeiro de 2007, referentes aos anos de 2001, 2002, 2003, 2004, 2005, 2006 e 2007. Para tanto, foi utilizado o IGP - M (índice Geral Preços de Mercado) da Fundação Getulio Vargas;
2. Para a composição da própria execução orçamentária foi utilizada a estrutura de itens do quadro a seguir.

Quadro 2 - Detalhamento dos componentes de Receita e Despesa

| | |
|---------------------|---|
| | Tributaria: -ICMS -IPVA -Outras |
| Receitas Correntes | Contribuições Patrimonial Serviços Transferências Correntes: -FPE -Outras |
| Receitas de Capital | Operações de Crédito Alienações de Bens Amortização de Empréstimos Transferências de Capital Outras Receitas de Capital |
| Despesas Correntes | Pessoal e Encargos Sociais Juros e Encargos da Dívida Interna Juros e Encargos da Dívida Externa Outras despesas Correntes |
| Despesas de Capital | Investimentos Inversões Financeiras Amortização Dívida Interna Amortização Dívida Externa Outras Despesas de Capital |

Fonte: SEFAZ

A análise da execução orçamentária é feita em duas etapas: a primeira aborda exclusivamente a representatividade de cada item de receita e despesa da série 2000 a 2007. A segunda examina o grau de comprometimento das receitas próprias líquidas com determinadas despesas, em especial as que se referem a pessoal, juros da dívida e investimentos, enfatizando-se as variações ocorridas ao longo do período, buscando explicar os resultados obtidos.

Cabe destacar que após um período de elevados déficits orçamentários e financeiros na economia sergipana, a administração estadual passou a por em prática, em 2000, um programa de adequação nas finanças públicas. Esse programa proporcionou até 2003 superávits primários e até 2004 cumpriu, integralmente, com todos os limites definidos na Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF). No entanto, dificuldades e problemas existem no processo de ajuste. Isso ficará claro a partir de uma análise da evolução da receita e da despesa; da dívida consolidada; dos balanços nominal, corrente e de capital; da estrutura dos gastos referenciados a Receita Corrente Líquida; da adesão de Sergipe aos limites da LRF e as metas

do Programa de Ajuste Fiscal acertado com o Tesouro Nacional dentro do Programa de Reestruturação e Refinanciamento da Dívida Pública dos Estados efetivado sob a égide da Lei 9.496/97.

3.1 Evolução das receitas

Neste tópico será apresentada a evolução do conjunto das receitas estaduais nos distintos ciclos políticos, pelos quais passou o estado no período observado. Bem como a demonstração do peso de cada componente da receita e sua representatividade no orçamento público estadual.

Período 2000-2003

A tabela 12 resume por categoria econômica, a representatividade da receita corrente e de capital do período de 2000 a 2003. Esse corte temporal é justificado no sentido em que se possa avaliar o período de transição importante na economia nacional dos dois últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso para os dois primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva visto que a economia sergipana possui um forte grau de dependência das transferências do governo federal.

Em Sergipe esse corte também representa uma mudança no ciclo político do estado, onde se encerra o governo do então governador Albano Pimentel do Prado Franco em 2002 e em 2003 inicia o governo de João Alves Filho que tem seu término em 2006. Em 2007 iniciou-se um novo ciclo político com a gestão do governador Marcelo Déda Chagas e a reeleição do presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

Verificou-se nesse período uma ascensão do conjunto da receita estadual até 2002. Em 2003 percebe-se um decréscimo real de 14,0%, na receita corrente, tendo o ICMS apresentando uma queda de 9,3% e o FPE, uma queda de 25,1%. Já as receitas de capital apresentaram um período de ascensão mais curto do que o da receita corrente tendo seu declínio já em 2001 com uma queda real de 26,3% decorrente principalmente da queda nas rubricas “alienação de bens” de 57,2% e “operações de crédito” de 82,4%. Em termos de receita total, o recuo real foi de 17,6%.

Tabela 12 - Demonstrativo de representatividade de receita
(R\$ 1,00 de dezembro/07)

| Categoria Econômica | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|-------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Receitas Correntes | 2.734.749.656 | 2.851.432.614 | 2.965.377.640 | 2.560.236.737 |
| Receitas de capital | 248.214.506 | 164.017.128 | 180.540.795 | 31.771.296 |
| Total da Receita | 2.982.964.162 | 3.015.449.741 | 3.145.918.435 | 2.592.008.033 |

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE

A queda real apresentada nas receitas de capital ajudou a puxar para baixo o crescimento da receita real total em 2003, marcando este ano como o pior desempenho do período em função do ano recessivo na economia nacional com reflexos sobre a economia sergipana. É importante sublinhar os percalços da economia brasileira naquele ano em que verificou-se uma forte redução no consumo das famílias de -1,5% e na formação bruta de capital fixo de -5,1%, quando comparados com o ano de 2002. Ver tabela 13 abaixo.

Tabela 13 - Brasil: variação percentual dos componentes do PIB pela ótica da demanda
2002/2003

| Componentes do PIB | Variação Real Anual (%) |
|--------------------------------|---------------------------|
| | 2002/2003 |
| PIB | 0,5 |
| Consumo das Famílias | -1,5 |
| Consumo do Governo | 1,3 |
| Formação Bruta de Capital Fixo | -5,1 |
| Exportações | 9,0 |
| Importações | -1,7 |

Fonte: SEPLAN/SUPES/CEPLAN (2005)

O declínio da receita corrente em termos reais em 2003 não foi puxado exclusivamente pelo decréscimo na arrecadação do ICMS (-9,3%), mas, sobretudo pela acentuada queda nas transferências correntes (-25,1%) onde se destaca a variação negativa principalmente da cota do Fundo de Participação dos Estados (FPE). A queda do FPE a preços de 2003 atingiu 16,5% naquele ano passando de R\$ 1,13 bilhões em 2002 para R\$ 946 milhões. A preços de 2007 as transferências correntes caíram de R\$ 1,51 bilhões em 2002, para R\$ 1,16 bilhões em 2003.

As transferências voluntárias também sofreram uma queda acentuadamente em termos nominais e reais em 2003 esboçando uma recuperação substancial no ano seguinte. As outras receitas correntes também apresentaram acentuado declínio, em termos reais, em 2003 (-

53,0%) e mesmo em 2004. Em termos nominais, essas receitas crescem até 2002 e depois caem de forma acentuada nos dois anos seguintes.

As receitas de capital, em 2003, declinaram 82,1% arrastadas pela brusca variação nas transferências de capital (89,5%), quase toda originada de convênios com a União. A recuperação na receita de capital, em 2004, deve-se especialmente às operações de crédito, sobretudo as internas, e a elevação das transferências de capital. Fica claro que, ao longo do período como um todo, as variações nas receitas de capital são determinadas pelas operações de crédito e pelas transferências de capital da União. Uma vez que receitas de capital são vinculadas às despesas de capital, especialmente investimentos, o poder de investir do Estado depende, de um lado, da União e, de outro, dos organismos nacionais e internacionais de financiamento. Por essa razão é crucial atender a LRF e o PAF (Programa de Ajuste Fiscal) do governo federal para que se possa acessar esses recursos.

As receitas de capital, em geral, oscilam freqüentemente porque dependem não somente das transferências da União, mas da capacidade do Estado de obter recursos via operações de crédito e/ou alienação de ativos. Ambas não têm caráter contínuo porque dependem de negociações, regulações do mercado e do atendimento aos preceitos legais.

Apesar da queda do PIB nacional em 2003, a economia sergipana teve um crescimento real de 2,6% no ano de 2003, contudo o crescimento do PIB estadual não impediu que em 2003 a receita total de Sergipe declinasse 17,6%, em termos reais em relação ao ano anterior. O setor agropecuário cresceu 10,7% em 2003, enquanto a indústria e os serviços respectivamente aumentaram 2,0% e 2,1%. Ver tabela 14.

Tabela 14 - Sergipe - Taxa de Crescimento do PIB Real a Preço Básico

| PIB – Segundo os Setores | Taxa de Crescimento do PIB (%) | |
|--------------------------|--------------------------------|-----------|
| | 2002/2003 | 2003/2004 |
| PIB TOTAL | 2,6 | 4,7 |
| Agropecuária | 10,7 | 8,3 |
| Indústria | 2,0 | 5,4 |
| Serviços | 2,1 | 2,8 |

Fontes: SEPLAN/SUPES;CEPLAN (2005).

Contudo, a taxa de crescimento do PIB sergipano em 2003 (2,6%), apresentou-se ainda pouco inferior à registrada em 2002 (3,2%), por causa, basicamente, da melhor

performance, em 2002, do setor industrial (3,9%) influenciado pelas atividades de serviços industriais de utilidade pública (10,9%) e construção civil (4,5%) (SERGIPE, 2003).

Período 2004 - 2007

Com a recuperação da economia nacional em 2004 houve uma importante elevação na receita total de Sergipe, mas que não foi suficiente para retomar o nível verificado em 2002. O incremento da receita total foi determinado essencialmente pelas variações nas receitas correntes, cujo peso oscilou entre 91% e 98,8% do total ao longo do período 2000 – 2007, conforme demonstra a tabela 15 a seguir.

Tabela 15 - Demonstrativo de representatividade de receita
(R\$1,00 de dezembro/07)

| Categoria Econômica | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|-------------------------|
| Receitas Correntes | 2.706.963.520 | 3.160.651.841 | 3.538.234.852 | 3.627.774.399,35 |
| Receitas de capital | 170.371.669 | 48.552.877 | 61.769.723 | 58.270.924,00 |
| Total da Receita | 2.877.335.190 | 3.209.204.718 | 3.600.004.575 | 3.686.045.323,35 |

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE

Mesmo com o fraco desempenho em 2003 no último trimestre do ano o PIB aumentou 1,8%, em relação ao trimestre anterior. Esse resultado foi sinal de um maior dinamismo da economia brasileira nesse período, conforme comprovado pelo comportamento das variáveis setoriais e dos componentes da demanda. Os setores que apresentaram crescimento e os segmentos da demanda agregada apontaram significante aquecimento como o consumo das famílias (1,6%), formação bruta de capital fixo (4,0%), exportação (5,5%) e importação (8,3%) (CEPLAN, 2005).

Somente em 2004, com o aumento de liquidez no mercado internacional, a elevação dos preços das *commodities* e um certo relaxamento da política monetária brasileira, de forma gradativa e temporária, a economia brasileira voltou a crescer.

O resultado desse ambiente favorável fez com que a receita corrente do Estado de Sergipe voltasse a crescer, impulsionada sobretudo pelo aumento da arrecadação tributária (7,8%) e da receita de contribuições (51,2%). O crescimento da receita corrente do governo estadual não foi maior por causa do acanhado crescimento das transferências correntes (2,4%), especialmente do FPE (0,8%). Todavia, as receitas de transferências voluntárias

diretas que vinham apresentando queda constante desde 2001, representaram, em 2004, recuperação expressiva, mas que adiciona pouco em função de seu pequeno peso nas receitas correntes (1,3%).

O ambiente nacional favorável fez com que a economia sergipana registrasse crescimento de 4,7% em 2004, um pouco acima do obtido pelo PIB do País (4,6%) (SERGIPE, 2004).

A expressiva taxa de crescimento alcançada pela economia sergipana em 2004 deve ser creditada, da mesma forma que a do País, à recuperação da demanda interna, e à recuperação das exportações que estimularam os investimentos fixos, a melhoria do crédito, e a ampliação da renda. O crescimento do PIB de Sergipe em 2004 foi alavancado de forma expressiva pela expansão do setor industrial (CEPLAN, 2005).

Ainda na tabela 15 percebe-se que no período entre 2004 a 2007 houve um crescimento real de R\$ 808,7 milhões da receita total do estado, um incremento de 28,1%. Esse desempenho foi proporcionado fundamentalmente pela elevação das receitas correntes com o aumento da arrecadação do ICMS em 35,4% e do repasse do FPE, com aumento real no período em análise de 40,9%. Porém, a receita de capital deste período apresentou um decréscimo significativo da ordem de (-65,7%).

O incremento da receita total do Estado de Sergipe no período 2004-2007 se deve a conjuntura nacional favorável. No primeiro trimestre de 2004 o crescimento do PIB de 4,0% e a condução da política monetária que já sinalizava uma diminuição da taxa anual de juros, que vinha decrescendo desde julho de 2003, de 26,5% para 26,0%, alcançando o patamar de 16,50% em janeiro de 2004 também contribuiu para o aumento das receitas de Sergipe (CEPLAN, 2005).

Apesar de ter ocorrido uma significativa flexibilização na política monetária, com uma diminuição gradual da Taxa SELIC de 16,5% em janeiro para 16,0% em setembro, sendo que a partir deste mês o viés de alta é retomado proporcionando o fechando do ano em 17,7% a.a, o governo manteve a rigidez da política fiscal. Em virtude dessa decisão governamental, o consumo do governo federal registrou crescimento de apenas 0,1%, em 2004, contra a

variação de 1,3% no ano anterior, fazendo com que sua participação, em relação ao PIB, caísse de 19,9% para 18,8% no ano de 2004 (CEPLAN, 2005).

A observação dos dados do período 2000 – 2007 evidencia que a variação na receita total em Sergipe é em grande parte determinada pelas oscilações nas transferências correntes advindas da União, principalmente, do FPE. As transferências correntes são muito mais significativas do que as receitas tributárias como fonte de receita e correspondem, em média, por cerca de 55% das receitas correntes. Por sua vez o FPE responde por cerca de 80%, em média, do montante de transferências correntes. Tal comportamento indica que a base econômica não é suficiente para tornar Sergipe imune aos altos e baixos macroeconômicos do país.

Essa dependência das finanças públicas de Sergipe às transferências compulsórias e voluntárias do Governo Federal inseriu uma componente exógena de instabilidade que é altamente indesejável do ponto de vista do planejamento, pois fragiliza o estado, o expondo às variações na situação fiscal e ao humor político da União, componente que modifica segundo a afinidade partidária, política e ideológica entre os mandatários do poder estadual e os do poder federal (CEPLAN, 2005).

O **gráfico 11** sintetiza o atrelamento dos investimentos públicos estaduais aos recursos da União. No Plano Plurianual (PPA) de 2008-2011, por fonte de receita, mais de 30% da estimativa de investimento está vinculada a recursos de convênios com o poder central.

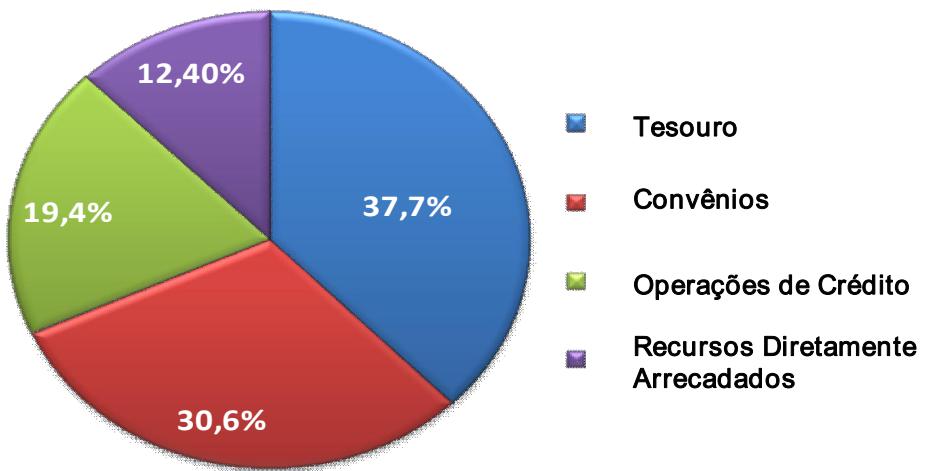


Gráfico 11 - Investimentos Públicos PPA 2008-2011 Investimento por fonte
Fonte: Secretaria de Estado do Planejamento de Sergipe

3.2 Evolução das despesas

Como na análise da evolução das receitas, o corte temporal no item das despesas segue o mesmo critério de análise, buscando sempre avaliar o período de transição na economia nacional nos dois últimos anos do governo de Fernando Henrique Cardoso para os dois primeiros anos do governo de Luiz Inácio Lula da Silva, bem como das alternâncias no comando do governo estadual.

3.2.1. Despesa Total

Período 2000 -2003

O ano de 2003 também foi o pior do período 2000 – 2007 para os investimentos públicos. No período 2000 a 2003 nota-se uma queda da despesa total logo a partir de 2002 e acentuando-se em 2003. O que levou a queda da despesa total em 2002 foi um forte decréscimo nas despesas de capital, enquanto as despesas correntes ainda mantêm o nível de crescimento do ano anterior. Em 2003, o que se verifica é que tanto a despesa de capital quanto a corrente sofreram quedas significativas. Ver tabela 16, logo abaixo.

Tabela 16 - Demonstrativo de representatividade despesa
(R\$ 1,00 de dezembro/07)

| Categoria Econômica | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Despesas Correntes | 2.272.589.765 | 2.562.465.543 | 2.598.748.074 | 2.326.138.595 |
| Despesas de Capital | 548.571.838 | 387.998.441 | 248.620.145 | 105.203.368 |
| Total da Despesa | 2.821.161.604 | 2.950.463.984 | 2.847.368.219 | 2.431.341.963 |

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE.

Essa queda significativa da despesa total em 2003 na verdade é um reflexo na economia sergipana da política macroeconômica do governo federal voltada para intensificação do ajuste fiscal em 2003, com o propósito de aumentar a receita tributária e o superávit primário, bem como a aplicação de uma política monetária demasiadamente restritiva que elevou a taxa SELIC anual de 22,0% em dezembro de 2002 para 25,0% em janeiro de 2003, chegando a atingir 26,5% em meados de junho, ocasionando expressivas quedas nas variações do consumo final (-0,8%) e do investimento fixo (-5,1%), tudo isso combinado a um ambiente de incertezas ocasionado pela transição política no governo central com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. O resultado disso foi a retração do coeficiente de investimento de 18,3% do PIB em 2002 para 17,8%, o que gerou o pior resultado obtido no período 1999-2003 (CEPLAN, 2005).

Período 2004 - 2007

Entre 2004 a 2006, tanto as despesas correntes quanto as de capital da administração estadual tiveram uma ascensão acentuada verificando-se, todavia uma redução em 2007. Em seu conjunto as despesas correntes e de capital cresceram no período 2000 - 2007 de R\$ 2,82 bilhões para R\$ 3,43 bilhões, uma variação real de 21,5%.

Tabela 17 - Demonstrativo de representatividade de despesa
(R\$ 1,00 de dezembro/07)

| Categoria Econômica | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|----------------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Despesas Correntes | 2.500.818.891 | 2.664.476.344 | 3.277.577.599 | 3.153.275.417 |
| Despesas de Capital | 376.486.936 | 405.140.447 | 486.629.148 | 276.796.903 |
| Total da Despesa | 2.877.305.827 | 3.069.616.790 | 3.764.206.747 | 3.430.072.320 |

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE.

Mais uma vez Sergipe respondeu ao desempenho da economia brasileira que em 2004 deu início a uma recuperação da demanda interna, em decorrência da evolução positiva dos fundamentos econômicos, que incentivou os investimentos fixos, alem de propiciar uma

melhoria do crédito, da ampliação da renda e da continuidade da performance do comércio exterior.

3.2.2 Despesas Correntes

As despesas correntes representam a maior parte da despesa total, variando essa participação de um mínimo de 80,6%, em 2000, para um máximo de 91,9%, em 2007. Em relação ao período 2000 – 2007 as despesas correntes apresentaram variações expressivas, seguindo a evolução da receita como demonstram o gráfico 12 em seguida.

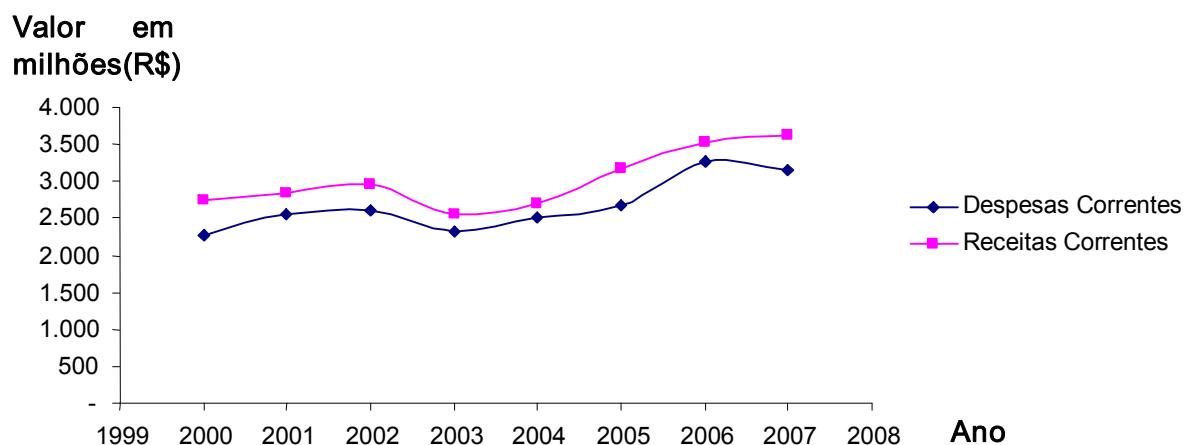


Gráfico 12 - Variações das Recitas e Despesas Correntes (2000-2007)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2000 a 2007.

Período 2000 - 2003

No ano de 2001 as receitas correntes cresceram 12,8%. Em 2003, o resultado foi negativo em (-9,2%). O crescimento entre os extremos da série (2000 a 2007), entretanto, foi de 44,2% em termos reais. Ver tabelas 16 e 17.

Dentro das despesas correntes o principal componente é o gasto com pessoal e encargos que responde à cerca da metade das despesas totais e por quase 57%, em média, das despesas correntes. O gasto com este item apresentou, inclusive, um crescimento significativo durante todo o período de 2000 a 2007, à exceção do ano recessivo de 2003, quando recuou (-8,6%) em termos reais (ver apêndice A.2).

Na ótica macroeconômica, os gastos com pessoal são mensurados em termos reais. Do ponto de vista das finanças públicas o acompanhamento exige a evolução das despesas, inclusive as de pessoal em termos nominais. Neste sentido pode-se observar na tabela 18 e no gráfico 13, que as despesas nominais com pessoal e encargos, de fato, cresceram ao longo de todo o período, inclusive entre 2002 e 2003.

Tabela 18 - Evolução nominal das despesas com pessoal (2000 a 2007)
(R\$ 1,00)

| Categoria Econômica | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
|----------------------------|---------------|---------------|---------------|---------------|
| | 664.431.227 | 810.714.774 | 1.689.186.248 | 1.884.172.262 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
| | 2.200.720.624 | 2.504.607.763 | 3.113.698.719 | 3.153.275.418 |

Fonte: Superintendência de Finanças Públícas / SEFAZ-SE.

Os juros e encargos da dívida em termos reais cresceram ao longo do período 2000 – 2007, com exceção de 2003, em que teve uma redução de 9,0% com relação ao ano anterior. Contudo, em termos nominais, os juros e encargos da dívida cresceram ao longo de todo o período sem nenhuma exceção.

O custeio governamental, líquido da cota-parte dos municípios, está alocado na rubrica “outras despesas correntes” que participa com 27,4%, em média no período, no montante das despesas correntes. Esse item apresentou variações, em termos reais, importantes entre 2000 e 2004. Onde se registrou um crescimento entre 2000 e 2001 de 18,4%, contudo entre 2002 e 2003 foi registrada uma forte queda de 56,2%.

Período 2004 - 2007

Entre o período de 2004 a 2007, há um aumento real expressivo desse tipo de despesa corrente. No que se refere ao balanço corrente, diferença entre receitas e despesas correntes, (tabelas 19 e 20), observe-se que, entre 2000 e 2007, sem exceção, contabilizou-se um superávit corrente, gerando uma poupança corrente. Cabe ressaltar que dentro da série existem dois anos que merecem destaque em especial: um é o ano de 2001, ano em que a crise na oferta de energia gerou estrangulamentos no setor produtivo e na arrecadação do ICMS, e o outro ano foi 2003, caracterizado pela crise motivada pelo ajuste fiscal e pela política monetária restritiva do primeiro ano do novo governo federal.

Tabela 19 - Sergipe: Evolução do Balanço Corrente (2000-2003)

| Balanço | Exercício Financeiro | | | |
|---------|----------------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| RC-DC | 462.159.891 | 288.967.071 | 366.629.566 | 234.098.142 |

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ mil estão inflacionados pelo IGPM a preços de 2007.

Tabela 20 - Sergipe: Evolução do Balanço Corrente (2004-2007)

| Balanço | Exercício Financeiro | | | |
|---------|----------------------|-------------|-------------|-------------|
| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
| RC-DC | 206.144.629 | 496.175.497 | 260.657.253 | 474.498.982 |

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ mil estão inflacionados pelo IGPM a preços de 2007.

3.2.3 Despesas de Capital

As despesas de capital que incluem as despesas de investimentos entre 2000 e 2007 passaram por fortes variações em termos reais. No computo total das despesas, no item investimentos é possível separar a análise em dois períodos distintos, 2000 a 2003, onde há um declínio significativo deste tipo de despesa e o período que vai de 2004 a 2007, onde se verifica a tomada do crescimento dos investimentos, com exceção de 2007 onde os investimentos sofrem um recuo considerável.

O primeiro período da série em análise (2000 -2003) é caracterizado pela queda real no nível de investimentos, observou-se uma variação de -69,1%, entre o primeiro ano e o ultimo ano do período.

O segundo período da série (2004-2007) é marcado pelo aumento do nível de investimentos. Observa-se uma variação de 114,6%, do ano de menor desempenho (2004) para o de maior (2006). A exceção desse período fica por conta de 2007 que houve um recuo de -52,8%, com relação ao ano anterior. Ainda assim, o melhor ano do segundo período da serie (2006), não foi capaz de superar o ano de 2000.

As transições de governos no âmbito estadual explicam de certa forma os períodos de perda da capacidade de investimento ao longo da série (2000-2007). Em 2000, o segundo ano do Governo de Albano Franco a capacidade de investimento respondia por 62,4% das

despesas de capital, o que correspondia a 12,1% do orçamento do Estado a preços de 2007, em 2003, o primeiro ano do Governo de João Alves Filho os investimentos respondiam por 35,4% das despesas de capital, o que correspondia a apenas 3,9% do orçamento estadual, em 2007, primeiro ano do Governo Marcelo Déda esse percentual correspondia a 48,8% das despesas de capital, o que correspondeu a iguais 3,9% do orçamento do Estado a exemplo de 2003. Ver gráfico 13.

Os dados apresentados demonstram que os primeiros anos dos governos são sempre mais acanhados que os anos subseqüentes da gestão. Basta observar que em 2000, o segundo ano do governo de Albano Franco e o primeiro da série (2000-2007), foi bastante superior aos primeiros anos dos governos de João Alves Filho e Marcelo Déda, (2003 e 2007), respectivamente, no que se refere às despesas com investimento.

Ainda assim o primeiro ano da administração de Marcelo Déda conseguiu um melhor desempenho na aplicação dos recursos orçamentários com investimentos em relação ao primeiro ano da gestão de João Alves Filho. Todavia esse bom desempenho do governo Marcelo Déda ainda não foi suficiente para superar o segundo ano do governo Albano Franco em investimentos.

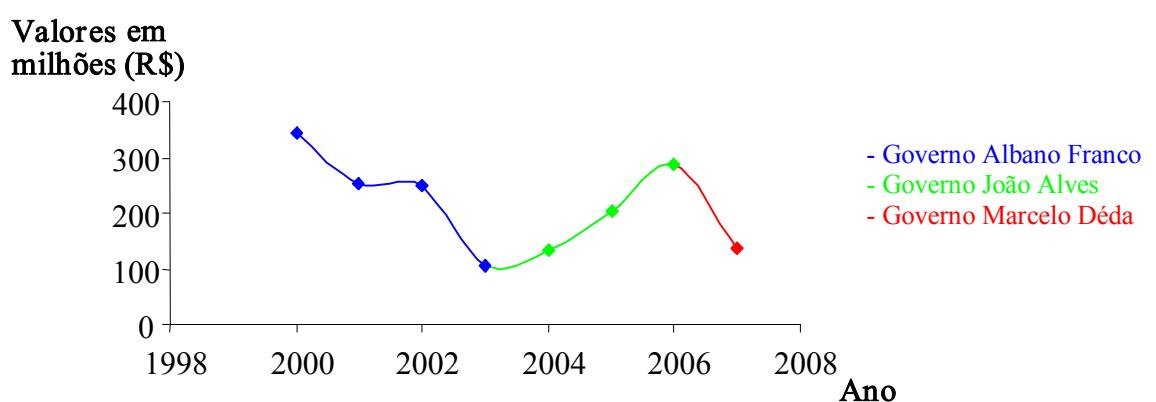


Gráfico 13 - Capacidade de Investimento ao Longo da Série (2000-2007)
Fonte: Balanço Geral do Estado 2000 a 2007

Apesar da análise da série encerrar-se em 2007 é oportuno salientar que em 2008 o nível de investimento do Estado volta a crescer chegando ao patamar de R\$ 241,9 milhões de reais, o que reforça a tendência do gráfico 13, demonstrando que os primeiros anos dos governos são sempre mais acanhados que os anos subseqüentes.

Ao longo do período 2003-2007 o balanço de capital foi sempre deficitário (**tabela 21**), sobretudo em 2003 quando o nível de transferências de capital da União representou somente 0,55% das receitas de capital e essas tendo representado somente 1,23% do total das receitas.

Tabela 21 - Sergipe: Evolução do Balanço de Capital (2000-2003)

| Balanço | Exercício Financeiro | | | |
|---------|----------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| RK-DK | (300.357.332) | (223.981.313) | (280.355.517) | (265.020.367) |

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ mil estão inflacionados pelo IGPM a preços de 2007.

O déficit no balanço de capital de forma geral foi, em parte, financiado, pela poupança corrente. Com exceção de 2003 e 2006, em que a poupança corrente não foi suficiente para financiar o déficit de capital. Ver tabela 22.

Tabela 22 - Sergipe: Evolução do Balanço de Capital (2004-2007)

| Balanço | Exercício Financeiro | | | |
|---------|----------------------|---------------|---------------|---------------|
| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
| RK-DK | (206.115.267) | (356.587.570) | (424.859.425) | (218.525.979) |

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ mil estão inflacionados pelo IGPM a preços de 2007.

Em 2004, os dois saldos, correntes e de capital, foram praticamente iguais, o que fez com que o balanço nominal (receitas menos despesas totais) tivesse nesse ano resultado quase zerado (**tabela 24**). Na maior parte da série, foram registrados superávits no balanço nominal, em parte isso somente foi possível devido os saldos positivos do balanço corrente durante toda a série de análise.

Tabela 23 - Sergipe: Evolução do Balanço Nominal (2000-2003)

| Balanço | Exercício Financeiro | | | |
|---------|----------------------|------------|------------|--------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 |
| RT-DT | 161.802.558 | 64.985.757 | 86.274.049 | (30.922.225) |

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ mil estão inflacionados pelo IGPM a preços de 2007.

A exceção dessa vez ficou por conta dos anos de 2003 e 2006 que foram deficitários e dessa vez a explicação vem do balanço de capital que teve nesses anos déficits superiores aos superávits do balanço corrente.

Tabela 24 - Sergipe: Evolução do Balanço Nominal (2004-2007)

| Balanço | Exercício Financeiro | | | |
|---------|----------------------|-------------|---------------|-------------|
| | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
| RT-DT | 29.363 | 139.587.928 | (164.202.172) | 255.973.003 |

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ mil estão inflacionados pelo IGPM a preços de 2007.

Apesar desses dois anos da série terem demonstrado déficits no balanço nominal, Sergipe não é um estado que encontra-se profundamente endividado. O estoque da sua dívida não é alto em comparação ao seu nível de receita, que fora os anos de exceções já comentados, tem tido uma evolução positiva em termos reais. No entanto, a posição financeira do Estado é mais bem ponderada ao se analisar o estoque da dívida em relação à RCL (Receita Corrente Líquida) assim como os outros parâmetros fiscais que estão constituídos na legislação brasileira (CEPLAN, 2005).

**Valor em
milhões (R\$)**

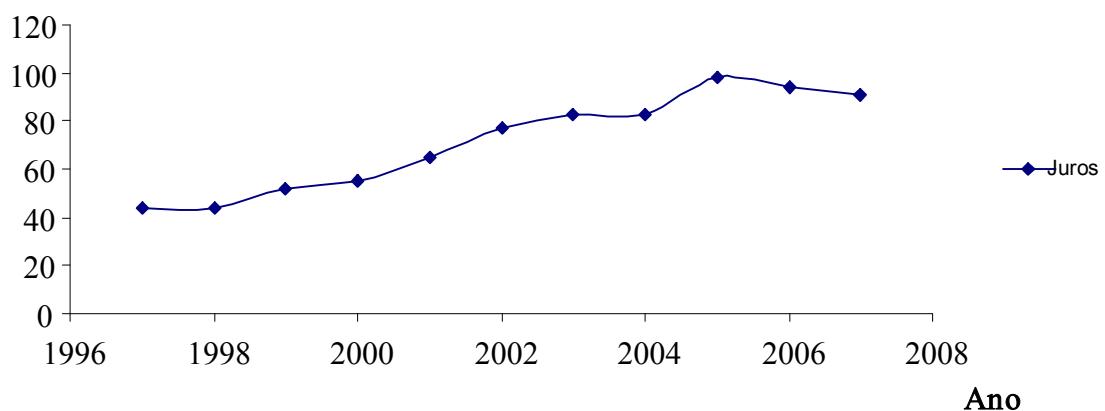


Gráfico 14 - Despesas com Juros e Encargos da Dívida

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997/2007

Com relação à composição da dívida pública o Governo de Sergipe, desde 2005, tem buscado mais o crédito doméstico o que demonstra que o Estado encontrou menos dificuldades em contratar financiamentos internos do que nas operações externas de crédito. Diante disso constata-se que 81,0% da dívida pública do Estado de Sergipe é interna e de

caráter contratual, ficando a dívida externa com aproximadamente 8,0% da dívida consolidada líquida (CEPLAN, 2005).

Em termos reais, a dívida consolidada bruta caiu ano a ano entre 2000 e 2004. Essa queda ocorreu tanto no que diz respeito à dívida interna quanto externa. A única exceção ficou por conta de 2002 onde a dívida externa teve um aumento de 12,0% em relação ao ano anterior.

3.2.4 Adequação das Finanças Públicas a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF)

Sergipe vem progressivamente se ajustando aos parâmetros determinados na legislação e com isso vem cumprindo os limites da LRF. No que se refere aos limites de despesa com pessoal, o Estado, representado por suas esferas de poder, tem se situado abaixo do limite máximo de 60% da Receita Corrente Líquida (RCL). De fato, ao longo da série em análise, o comprometimento da RCL em despesas com pessoal tem variado sucessivamente um pouco aquém do limite superior, conforme tabela 25.

Tabela 25 - Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000-2004)

| Rubricas | Limite Legal % RCL | Série Deflacionada | | | | | | | | | |
|-----------------------|--------------------|--------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|
| | | 2000 | | 2001 | | 2002 | | 2003 | | 2004 | |
| | | Valor | % RCL | Valor | % RCL | Valor | % RCL | Valor | % RCL | Valor | % RCL |
| Pessoal | ≤ 60 | 1.332 | 57,3 | 1.402 | 58,2 | 1.454 | 56,4 | 1.320 | 59,2 | 1.291 | 55,6 |
| Executivo | ≤ 49 | 1.063 | 45,7 | 1.141 | 47,4 | 1.187 | 46,1 | 1.059 | 47,5 | 997 | 42,9 |
| Legislativo | ≤ 3 | 107 | 4,6 | 106 | 4,4 | 111 | 4,3 | 109 | 4,9 | 127 | 5,5 |
| Judiciário | ≤ 6 | 122 | 5,2 | 115 | 4,8 | 116 | 4,5 | 110 | 4,9 | 116 | 5,0 |
| Minist. Pub | ≤ 2 | 41 | 1,7 | 40 | 1,7 | 40 | 1,5 | 42 | 1,9 | 50 | 2,2 |
| DCL | ≤ 200 | 2.732 | 117,5 | 2.478 | 103,0 | 2.369 | 91,9 | 1.925 | 86,3 | 1.861 | 80,2 |
| Garantias | ≤ 22 | 685 | 29,5 | 604 | 25,1 | 499 | 19,4 | 398 | 17,9 | 356 | 15,3 |
| ROC | ≤ 16 | 57 | 2,4 | 31 | 1,3 | 40 | 1,6 | 17 | 0,8 | 125 | 5,4 |
| Serv Dívida | ≤ 11,50 | 176 | 7,6 | 197 | 8,2 | 217 | 8,4 | 188 | 8,4 | 182 | 7,8 |
| RCL (montante) | | 2.326 | 100,0 | 2.407 | 100,0 | 2.576 | 100,0 | 2.229 | 100,0 | 2.322 | 100,0 |

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda de Sergipe.

Nota: valores a preços de 2007 em milhões de R\$.

Ainda sob a análise da (tabela 25), percebe-se que o Executivo, em toda a série, tem ficado abaixo do seu limite de 49%. Contudo, em 2001 e 2003, o Executivo sergipano se

colocou um pouco acima do limite prudencial de 46,5% (95% de 49%). Muito diferente do Legislativo que tem sistematicamente se mantido acima do seu limite máximo de 3% da RCL.

O grande exemplo fica por conta de 2004, onde as despesas do Legislativo sergipano com pessoal comprometeram 5,5% da RCL, aproximadamente o dobro do permitido pela LRF. Já o Judiciário, cujo limite é 6,0%, tem acatado o limite ditado pela LRF em todos os anos da série. Por fim, o caso do Ministério Público, que somente em 2004 extrapolou suas despesas com pessoal superando o limite de 2,0% da RCL. Como um todo, Sergipe tem comprovado habilidade para sustentar suas despesas com pessoal dentro dos limites da LRF. Porém, um poder vem se destoando do todo, é o caso do Legislativo, que vem descumprindo de forma sistemática a legislação.

A tabela 25 nos fornece ainda o dado de que a Dívida Consolidada Líquida vem cumprindo o limite estipulado pela LRF, ou seja, ela se mantém durante toda a série abaixo do dobro da RCL. Na verdade, a partir de 2002, o estoque da dívida tem sido inferior a RCL do exercício. Em 2004, a dívida sergipana consolidada e em termos líquidos representava apenas 80% da RCL. O que confirma a hipótese de que Sergipe tem uma dívida relativamente pequena em comparação com a sua receita.

Quanto às garantias, a LRF determina que as mesmas não possam exceder 22% da RCL, Sergipe só respeitou este limite a partir de 2002, não porque o valor nominal das garantias tenha diminuído substancialmente, mas sim porque a RCL cresceu, especialmente nos anos de 2001 e 2002 (**Tabela 25**).

Cabe observar também que o limite para os serviços da dívida é de 11,5% da RCL e que no período de 2000 a 2004 este quesito foi cumprido rigorosamente pelo Estado de Sergipe que teve seu comprometimento neste item entre 7,5% e 8,5% da RCL. Outro parâmetro que revela o baixo endividamento de Sergipe é o percentual das receitas de operação de crédito que ao longo do período este percentual variou entre um mínimo de 0,8%, em 2003, a um máximo de 5,37% em 2004. Respeitando assim durante todo o período analisado o limite da LRF que é 16% da RCL.

Constata-se, portanto, diante da análise que o Governo de Sergipe cumpriu fundamentalmente os principais limites estabelecidos pela LRF. Entretanto, cabe reiterar que

o Poder Legislativo tem extrapolado seus limites de despesa com pessoal. No entanto, esse descumprimento, não tem prejudicado o Estado no que diz respeito ao limite total de gastos com pessoal (**Gráfico 15**).

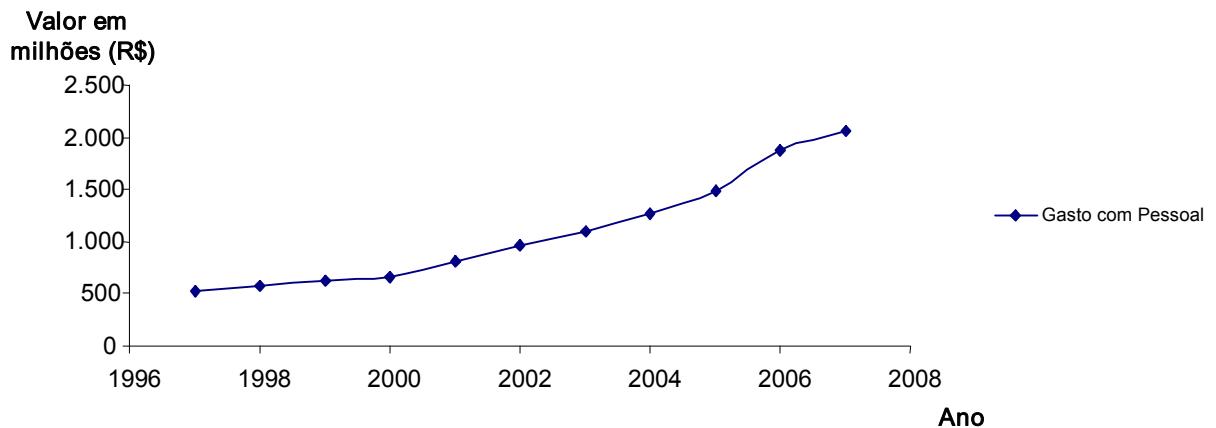


Gráfico 15 - Despesa com Pessoal e Encargos Sociais

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997/2007

Apesar do Estado de Sergipe como um todo vir cumprindo os principais limites estabelecidos pela LRF, cabe aqui fazer uma ressalva importante no que diz respeito ao limite prudencial que, por muitas vezes, esferas do estado o descumpriram durante o período de análise. Conforme demonstra a tabela 26, logo abaixo.

Tabela 26 - Limite Prudencial da Lei de Responsabilidade Fiscal

| Rubricas | Limite | Limite | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 |
|----------------------|------------------|---------------------|-------|-------|-------|-------|-------|
| | Legal (% RCL) | Prudencial (95%) | % RCL |
| Despesas com Pessoal | ≤ 60 | 57 | 57,3 | 59,2 | 56,4 | 59,2 | 55,6 |
| Executivo | ≤ 49 | 46,5 | 45,7 | 47,4 | 46,1 | 47,5 | 42,9 |
| Legislativo | ≤ 3 | 2,8 | 4,6 | 4,4 | 4,3 | 4,9 | 5,5 |
| Judiciário | ≤ 6 | 5,7 | 5,2 | 4,8 | 4,5 | 4,9 | 5,0 |
| Ministério Público | ≤ 2 | 1,9 | 1,7 | 1,7 | 1,5 | 1,9 | 2,2 |

Fonte: Elaboração própria.

Ultrapassar esse limite prudencial traz como consequência sanções institucionais. O Estado estará sujeito à interrupção das transferências voluntárias que contemplam os repasses feitos pela União, a título de cooperação, auxílio ou assistência financeira. Deve-se ressaltar que grande parte das receitas estaduais decorre dessas transferências.

A suspensão dessas receitas traria como consequência prejuízos a execução dos projetos e programas do governo estadual. Além disso, o Estado ficará proibido de contratar operações de crédito, que são os compromissos financeiros assumidos em virtude de empréstimos, financiamentos e antecipação das receitas, realizadas para suprir necessidades monetárias de caixa, podendo a vir comprometer o cronograma de pagamento do governo por falta de recursos financeiros.

3.2.5 O Programa de Ajuste Fiscal.

A situação fiscal de Sergipe nem sempre foi equilibrada. Somente a partir de 2000 por conta da LRF, que implantou no país uma nova cultura fiscal, é que o Governo procurou reverter os resultados deficitários de anos anteriores, chegando em 2001, a gerar um resultado primário de R\$ 131 milhões e uma suficiência financeira de R\$ 38 milhões, no entanto isso só foi possível depois da adesão ao Programa de Reestruturação e Ajuste Fiscal - PAF com o Governo Federal.

O PAF funciona como uma contrapartida do estado ao refinanciamento de sua dívida nos termos Lei 9.496/97. Neste sentido, o estado passa a ter que cumprir algumas metas no que se refere a: i) a relação Dívida Financeira / Receita Líquida Real; ii) Resultado Primário; iii) Despesa com Pessoal; iv) Receita Própria; v) a relação Investimentos / Receita Líquida Real, e: v) a realização da Reforma do Estado, Ajuste Patrimonial e Alienação de Ativos. Essa última meta é qualitativa, referindo-se ao alcance de compromissos assumidos pelo Governo de Sergipe junto ao Tesouro Nacional para modernizar o setor público estadual (CEPLAN, 2005).

No que diz respeito ao PAF do biênio 2001 - 2002, o Relatório da Secretaria de Estado da Fazenda descrito na **tabela 27** indica que todas as metas foram cumpridas.

Tabela 27 - Demonstrativo da Execução do Programa de Ajuste Fiscal com a União

| Indicadores | Unid | 2001 | | 2002 | |
|------------------------|-------------|---------|-----------|---------|-----------|
| | | Meta | Realizado | Meta | Realizado |
| Relação Dívida/RLR | Relação | ≤ 1,00 | 0,85 | ≤ 1,00 | 0,88 |
| Resultado Primário | R\$ milhões | ≥ 65,2 | 117,6 | ≥ 106,0 | 165,3 |
| Gasto com Pessoal/RCL | % | ≤ 60,0 | 55,61 | ≤ 60,0 | 54,68 |
| Receita Própria | R\$ milhões | ≥ 705,4 | 774,04 | ≥ 920,0 | 935,0 |
| Gasto Investimento/RLR | % | ≤ 15,7 | 11,54 | ≤ 13,8 | 10,81 |

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda - SUPERFIP

Já no biênio 2003 - 2004, o Relatório da Secretaria de Estado da Fazenda descrito na **tabela 28** indica que nem todas as metas do PAF foram cumpridas neste período, é o caso dos indicadores de Resultado Primário em que o realizado ficou abaixo da meta estabelecida e a Relação de Investimento com RLR onde o realizado ficou acima da meta estipulada.

Tabela 28 - Demonstrativo da Execução do Programa de Ajuste Fiscal com a União

| Indicadores | Unid | 2003 | | 2004 | |
|------------------------|-------------|----------|-----------|----------|-----------|
| | | Meta | Realizado | Meta | Realizado |
| Relação Dívida/RLR | Relação | ≤ 1,00 | 0,75 | ≤ 1,00 | 0,75 |
| Resultado Primário | R\$ milhoes | ≥ 125,0 | 84,0 | ≥ 60,0 | 30,7 |
| Gasto com Pessoal/RCL | % | ≤ 60,0 | 55,69 | ≤ 60,0 | 55,71 |
| Receita Própria | R\$ milhoes | ≥ 1091,0 | 1.134,4 | ≥ 1218,0 | 1.362,3 |
| Gasto Investimento/RLR | % | ≤ 8,10 | 9,14 | ≤ 11,9 | 13,08 |

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda - SUPERFIP

No biênio 2005 - 2006, o Relatório da Secretaria de Estado da Fazenda descrito na **tabela 29** indica que somente a meta de Resultado Primário de 2006 não foi atingida, ficando muito abaixo do estabelecido pelo PAF.

Tabela 29 - Demonstrativo da Execução do Programa de Ajuste Fiscal com a União

| Indicadores | Unid | 2005 | | 2006 | |
|------------------------|--------------|----------|-----------|----------|-----------|
| | | Meta | Realizado | Meta | Realizado |
| Relação Dívida/RLR | Relação | ≤ 1,00 | 0,74 | ≤ 1,00 | 0,66 |
| Resultado Primário | R\$ milhares | ≥ 87,0 | 269,6 | ≥ 89,0 | (1,4) |
| Gasto com Pessoal/RCL | % | ≤ 60,0 | 52,2 | ≤ 60,0 | 58,0 |
| Receita Própria | R\$ milhares | ≥ 1467,0 | 1.551,6 | ≥ 1562,0 | 1.794,9 |
| Gasto Investimento/RLR | % | ≤ 14,83 | 12,6 | ≤ 13,93 | 12,8 |

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda - SUPERFIP

Por fim o biênio 2007 - 2008, o Relatório da Secretaria de Estado da Fazenda descrito na **tabela 30** indica que uma única meta não foi alcançada nesse período, foi o caso da relação de gasto com pessoal e RCL que em 2007 ficou acima da meta fixada no PAF.

Tabela 30 - Demonstrativo da Execução do Programa de Ajuste Fiscal com a União

| Indicadores | Unid | 2007 | | 2008* | |
|------------------------|--------------|----------|-----------|-----------|-----------|
| | | Meta | Realizado | Meta | Realizado |
| Relação Dívida/RLR | Relação | ≤ 1,00 | 0,54 | ≤ 1,00 | 0,47 |
| Resultado Primário | R\$ milhares | ≥ 213,0 | 442,0 | ≥ 180,0 | 569,5 |
| Gasto com Pessoal/RCL | % | ≤ 60,0 | 62,4 | ≤ 60,0 | 58,9 |
| Receita Própria | R\$ milhares | ≥ 1769,0 | 1.879,0 | ≥ 2.070,0 | 2.074,1 |
| Gasto Investimento/RLR | % | ≤ 4,48 | 4,05 | ≤ 12,82 | 8,47 |

Fonte: Secretaria de Estado da Fazenda – SUPERFIP

(*) valores referentes a agosto de 2008.

Diante dos dados apresentados observe-se que há uma piora nas contas públicas a partir de 2003: o resultado primário cai a partir de 2003, queda essa proveniente do crescimento das despesas não-financeiras e da queda nas transferências da União e, no caso do atraso/deficiência de 2003, o aumento nos serviços e na amortização da dívida que não foram compensados quer por alienação de ativos ou por receitas derivadas de operações de crédito.

Há ainda o declínio no investimento público estadual, decorrentes do aumento nos gastos correntes que acabou comprometendo a formação bruta de capital fixo de Sergipe um dos determinantes do crescimento de sua economia (**Gráfico 16**).

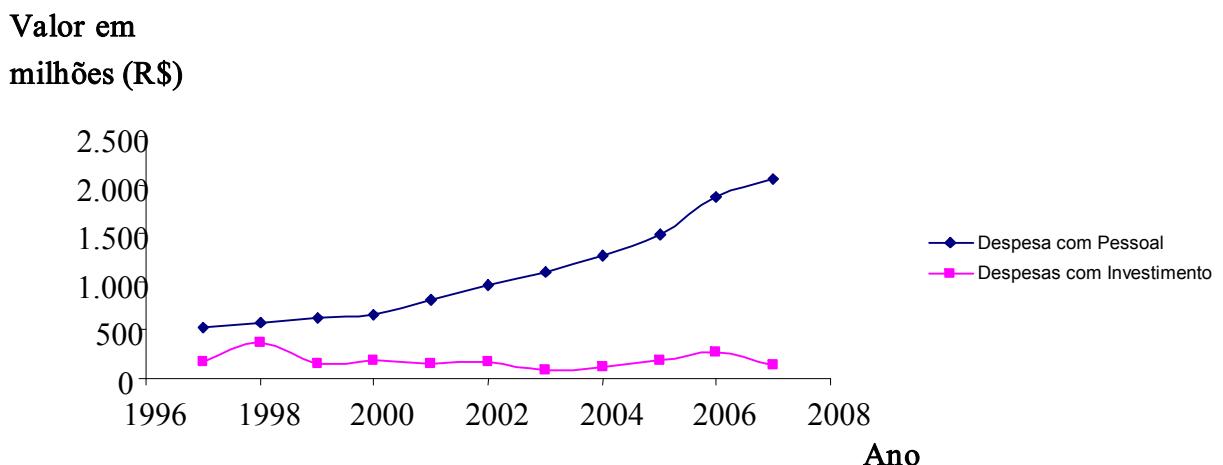


Gráfico 16 - Despesas Correntes X Despesas de Capital

Fonte: Balanço Geral do Estado 1997/2007

3.3 Execução orçamentária por função.

Neste tópico será apresentado inicialmente um breve histórico quanto à evolução de alguns indicadores de acesso a infra-estrutura no Brasil, Nordeste e Sergipe, para em seguida abrir a discussão sobre os investimentos estaduais em infra-estrutura, através de uma análise da execução orçamentária por função. A metodologia adotada será a de comparar o nível de despesas da função infra-estrutura, com funções clássicas do Estado como segurança pública, educação e saúde.

Em Sergipe a cobertura no fornecimento de água pela rede geral atingiu o nível de 82,2% em 2003. Superior ao do Brasil onde, essa cobertura era de 79,7% e a do Nordeste onde a cobertura era de 65,3%, no mesmo período.

Quanto aos investimentos em energia elétrica, o percentual de acesso alcançou 94,9% dos domicílios com energia elétrica, índice bem próximo da universalização. Apesar do percentual de domicílios atendidos por energia elétrica em Sergipe ter sido superior a média nordestina, o mesmo não conseguiu atingir o percentual nacional em 2003. (**Tabela 31**).

Tabela 31 - Brasil Nordeste e Sergipe: Percentual dos domicílios particulares permanentes (em %) que tem acesso à infra-estrutura (1992, 1999, 2001, 2002, 2003)

| Regiões | Total | | | | |
|--|-------|------|------|------|------|
| | 1992 | 1999 | 2001 | 2002 | 2003 |
| Abastecimento de água pela rede geral (1) | | | | | |
| Brasil | 68,3 | 76,1 | 77,8 | 79,1 | 79,7 |
| Nordeste | 47,4 | 58,7 | 62,0 | 64,0 | 65,3 |
| Sergipe | 60,9 | 74,3 | 81,3 | 82,9 | 82,2 |
| Esgotamento sanitário pela rede coletora | | | | | |
| Brasil | 38,9 | 43,6 | 45,4 | 46,4 | 48,0 |
| Nordeste | 13 | 19,4 | 22,0 | 24,2 | 25,7 |
| Sergipe | 19,5 | 15,6 | 32,3 | 31,4 | 38,5 |
| Lixo coletado diretamente | | | | | |
| Brasil | 61,9 | 72,1 | 75,6 | 76,5 | 78,1 |
| Nordeste | 37,3 | 48,7 | 56,2 | 57,0 | 59,0 |
| Sergipe | 51,2 | 65,4 | 70,7 | 72,2 | 73,5 |
| Energia elétrica | | | | | |
| Brasil | 88,8 | 94,8 | 96,0 | 96,7 | 97,0 |
| Nordeste | 73,2 | 85,5 | 89,4 | 90,9 | 91,7 |
| Sergipe | 84,0 | 95,8 | 94,7 | 95,2 | 94,9 |

Fonte: IBGE - PNAD 1992, 1999, 2001, 2002 e 2003

Notas: 1- Abastecimento de água pela rede geral com canalização interna

A pesar da evolução satisfatória de alguns indicadores de acesso à infra-estrutura e saneamento básico, há uma acentuada disparidade entre domicílios urbanos e rurais, principalmente no que se refere ao esgotamento sanitário e à coleta do lixo.

Vale também destacar a perspectiva de solidificação da cadeia produtiva do turismo, impulsionada pelas obras de infra-estrutura e por diversos investimentos do empreendimento privado bem como a implementação de um conjunto de investimentos públicos em infra-estrutura ressaltando-se a conclusão das obras de modernização da rede rodoviária (ex. da duplicação da BR 101); da construção da ponte Joel Silveira e da execução das diversas obras hídricas.

Diante do cenário desenhado, é possível perceber que o Estado de Sergipe vem dando uma atenção especial aos investimentos em infra-estrutura, principalmente a partir de 2004, chegando ao seu pico em 2006. É fácil também perceber que na maior parte da série em análise toda a despesa autorizada pelo orçamento com infra-estrutura foi realizada em quase 100%, com exceção nos anos de 2006 e principalmente 2007, onde o percentual de despesa realizada fica muito abaixo do que foi autorizado em orçamento (ver gráfico 17).

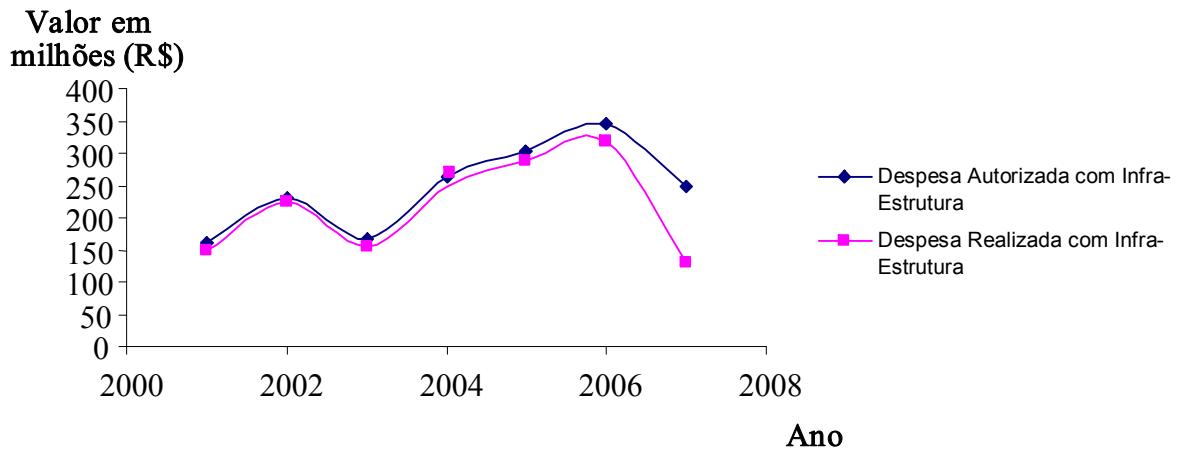


Gráfico 17 - Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada

Fonte: Balanço Geral do Estado 2000/2007

Comparando as despesas com infra-estrutura com as funções típicas de bens públicos e semipúblicos como segurança, justiça, saúde e educação, percebe-se que a alocação de recursos para a FBKF, bem como a execução desses recursos por vezes se iguala e até ultrapassa em determinados momentos as despesas que classicamente seriam de obrigação do Estado estar ofertando como segurança pública, por exemplo.

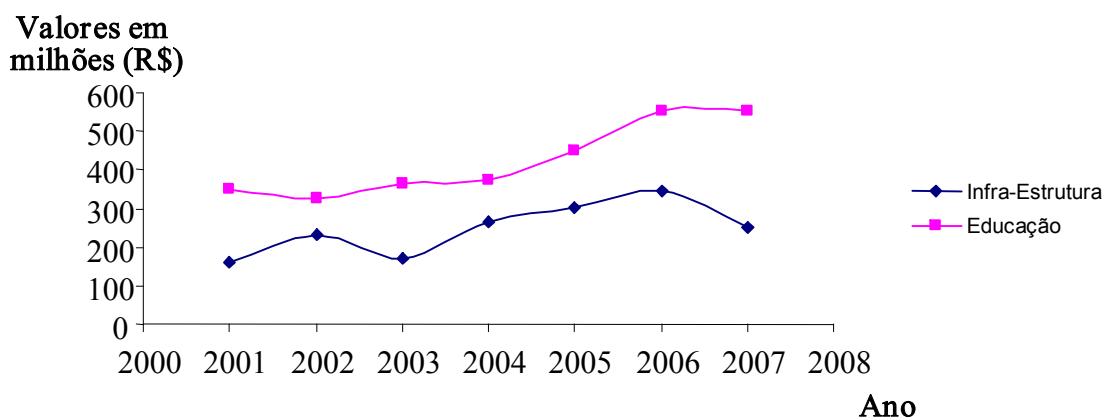


Gráfico 18 - Despesas Infra-Estrutura X Educação (Autorizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

Outro exemplo emblemático é o da função educação. As despesas autorizadas com infra-estrutura durante toda a série (2001 a 2007) nunca ultrapassam o montante de recursos alocados para a educação. Isso é facilmente explicável devido às transferências

constitucionais. Entretanto, fica claro no **gráfico 18** que as despesas autorizadas com infra-estrutura não se distanciam tanto da curva da educação.

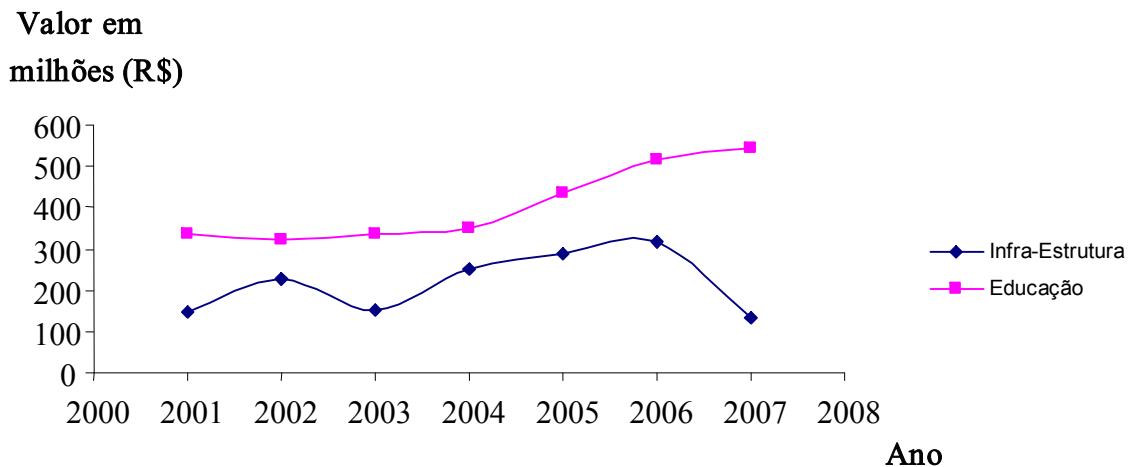


Gráfico 19 - Despesas Infra-Estrutura X Educação (Realizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

O mesmo acontece com relação às despesas realizadas destas duas funções, ficando a exceção por conta da execução orçamentária em infra-estrutura que do período de 2006 a 2007 se distancia de forma brusca da curva da educação (**Gráfico 19**).

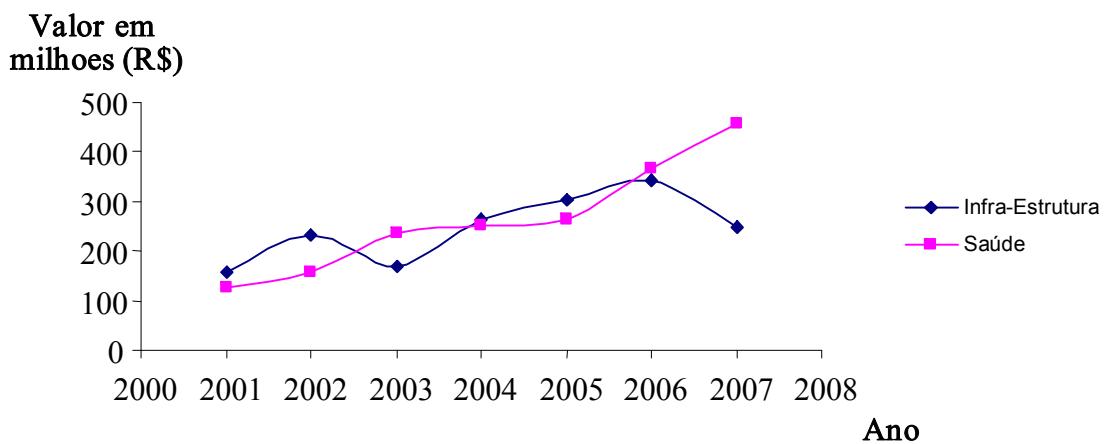


Gráfico 20 - Infra-Estrutura X Saúde (Autorizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

A relação entre a função responsável pela FBKF e a função saúde apresenta-se menos desigual, alternando bastante suas posições no decorrer da série. No gráfico 20 pode-se perceber a seguinte situação: no início da série no biênio (2001-2002) as despesas autorizadas pelo orçamento para infra-estrutura são superiores às despesas autorizadas com saúde, em

2003 essa posição se inverte, no ano seguinte a locação de recursos em infra-estrutura volta a crescer, porém não o suficiente para ultrapassar a alocação orçamentária da função saúde, o que só vem ocorrer no ano de 2005 com um pequeno descolamento da curva de infra-estrutura da curva da saúde, mas uma vez as posições se invertem e as despesas autorizadas com saúde ultrapassam as de infra-estrutura, por fim em 2007, ano marcado o pior orçamentariamente para os investimentos em FBKF observa-se mais uma vez o forte declínio nas despesas autorizadas com infra-estrutura.

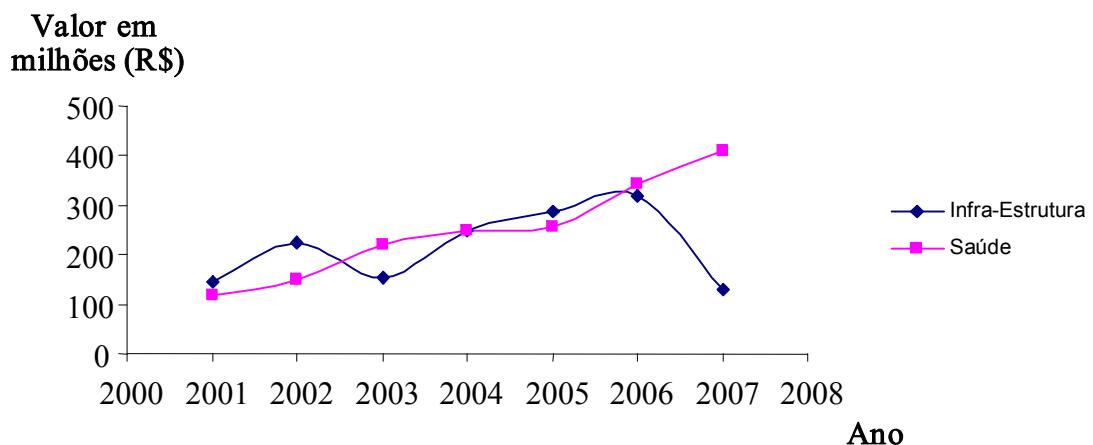


Gráfico 21 - Despesa Infra-Estrutura X Saúde (Realizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

No que se refere às despesas realizadas das funções saúde e infra-estrutura a análise segue a mesma das despesas autorizadas, a diferença fica por conta mais uma vez do ano de 2007 que se comparado com o mesmo ano das despesas autorizadas a queda foi ainda maior ficando abaixo dos R\$ 100 milhões executados (Gráfico 21).

Quando a função a ser comparada com a de infra-estrutura passa a ser a de segurança pública o que se vê é as despesas autorizadas para essas funções começarem a série praticamente no mesmo nível de alocação orçamentária em torno de R\$ 150 milhões no ano de 2001, elas vão se distanciando ao longo da série até que em 2006 a alocação orçamentária com infra-estrutura atinge seu ponto de máximo, vindo a declinar no ano seguinte (Gráfico 22).

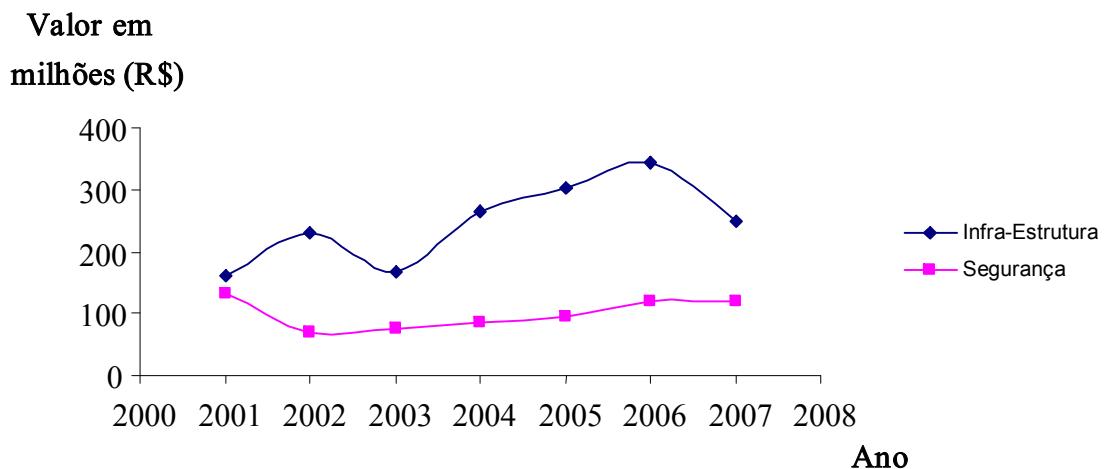


Gráfico 22 - Despesa Infra-Estrutura X Segurança (Autorizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

A mesma análise pode ser transferida para as despesas realizadas com essas duas funções sendo que no ano de queda da função de infra-estrutura neste caso é muito mais acentuada chegando a se igualar com nível de despesas realizadas com segurança pública (Gráfico 23).

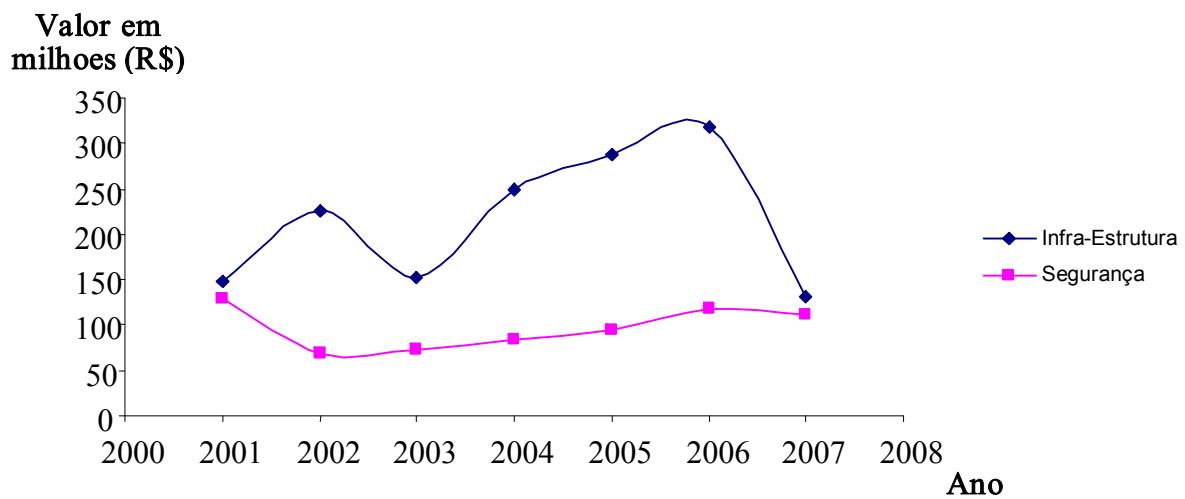


Gráfico 23 - Despesa Infra-Estrutura X Segurança (Realizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

Cabe destacar que as despesas com segurança pública, demonstradas nos gráficos 22 e 23 referem-se às despesas autorizadas e realizadas do orçamento da Secretaria de Estado da Segurança Pública que até 2001 agregava as despesas da Policia Militar e Corpo de

Bombeiros, a partir de 2002 estes órgãos passam a ser unidades orçamentárias tendo assim orçamento próprio.

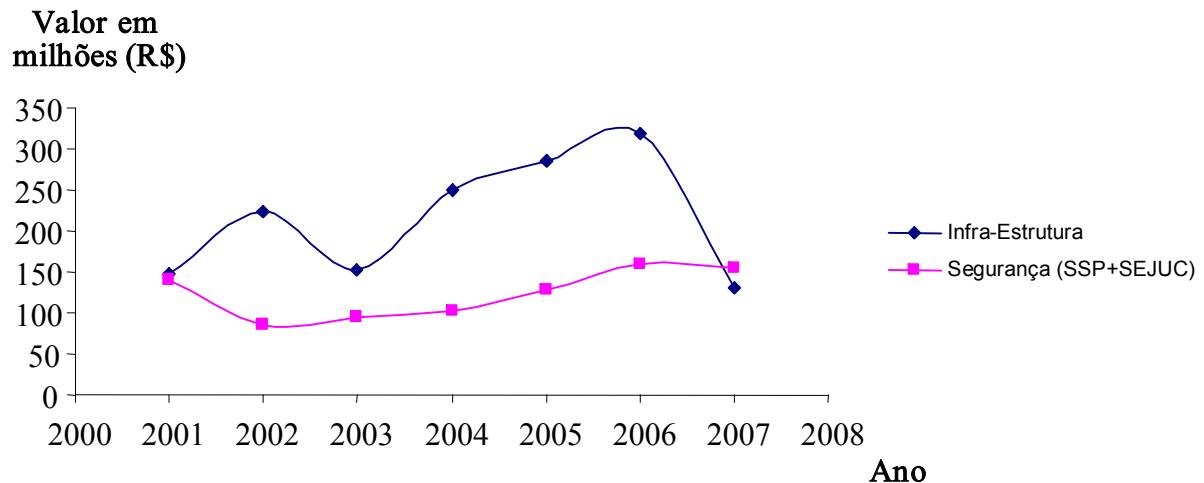


Gráfico 24 - Despesa Infra-Estrutura X Segurança (Realizada)

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001/2007

Uma outra análise possível é que se apresenta no gráfico 24, onde as despesas com segurança passam a ter no seu cômputo geral as despesas das Secretarias de Estado da Segurança Pública e da Justiça e Cidadania, onde estão contempladas as despesas com sistema prisional. Quando essa metodologia é utilizada a comparação entre as despesas realizadas com infra-estrutura e segurança pública tomam um formato diferente no último ano da série, quando não se tinha as despesas com justiça verificou-se que as despesas realizadas com infra-estrutura se igualaram às realizadas da segurança, entretanto nesta nova forma de computar as despesas de segurança pública com a inclusão das despesas de justiça e cidadania, verifica-se que o nível de execução das despesas com infra-estrutura foram inferiores aos realizados com segurança pública.

Em geral o que se percebe é que as despesas com infra-estrutura oscilam mais do que as despesas com saúde e educação, por estarem mais vulneráveis aos ciclos administrativos, além disso há as garantias constitucionais de repasse orçamentário que garantem uma maior homogeneidade na evolução das despesas com saúde e educação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento da economia sergipana foi determinado, a exemplo do que ocorreu com o conjunto da economia brasileira, pelo aumento do setor de serviços e da contração das atividades industriais na composição do PIB, gerando a desaceleração dos investimentos industriais e o aumento acima da média das atividades terciárias. O nascimento de novos serviços e a terceirização de atividades antes internalizadas nas grandes empresas também colaborou para o aumento do peso do setor terciário no processo de desenvolvimento do Estado.

Dois destaques devem ser ressaltados, pois caracterizam o passado recente da economia de Sergipe. O primeiro se deve ao fato das transformações da economia brasileira e à austeridade da política macroeconômica sobre a condução da política de desenvolvimento local; o segundo, refere-se à diminuição dos investimentos das empresas estatais os quais possuem um grande peso na formação da renda e do emprego em Sergipe.

Se os determinantes locais de investimento e renda são cruciais para responder as diferenças das taxas de crescimento do PIB sergipano, por outro lado verificou-se que o crescimento econômico de Sergipe está profundamente correlacionado à evolução da economia brasileira, dado o grau de dependência das dinâmicas de crescimento do PIB sergipano ao nacional.

Entretanto, o retorno dos investimentos de empresas no setor extrativo mineral e químico, ao lado da implantação de novos empreendimentos do setor industrial, permitiu o reinício de um novo ciclo de expansão da economia sergipana, alavancado pelas atividades industriais.

Diante disto foi possível identificar a seguinte evolução histórica do PIB sergipano, onde no início da série, no ano de 2001, a economia cresceu somente 0,3% com relação ao ano anterior, em 2002 o crescimento passa a ser de 3,2% com relação a 2001, em 2003 o PIB volta a cair em comparação ao ano anterior crescendo somente 2,6%, em 2004 vem a maior alta do período com um crescimento de 4,7% voltando a cair em 2005 onde se registrou um crescimento de 4,1%.

A indústria extractiva mineral, com ênfase para a atividade de petróleo e gás, apresentou uma acentuada redução em 2000, porém voltando a se recuperar após esse último ano. Observou-se, ainda que ao final de 2003, houve um aumento da indústria extractiva mineral no peso da indústria geral fato esse muito provavelmente explicado pelo aumento dos preços internacionais do petróleo.

No que se refere ao cerne desta dissertação, a análise das finanças públicas para o período de 2000-2007, notou-se que a receita corrente de Sergipe tem um alto grau de dependência das transferências compulsórias e voluntárias do Governo Federal. A receita tributária própria teve, durante a série em análise, um desempenho regular embora insuficiente para minimizar essa dependência. Mesmo diante da crise energética de 2001 e da recessão de 2003 e de uma pequena queda do (FPE), a receita corrente cresceu expressivamente em termos reais entre 2000 e 2004. A receita de capital, por sua vez, apresentou um forte declínio em função da queda nas transferências de capital da União.

As receitas de capital, em 2003, declinaram 82,1% arrastadas pela brusca variação nas transferências de capital (89,5%) quase toda originada de convênios com a União. Vindo a recuperarem-se, em 2004, devido principalmente às operações de crédito, sobretudo as internas, e a elevação das transferências de capital. Fica claro que, ao longo do período como um todo, as variações nas receitas de capital são determinadas pelas operações de crédito e pelas transferências de capital da União. Uma vez que receitas de capital são vinculadas às despesas de capital, especialmente investimentos, o poder de investir do Estado depende, de um lado, da União e, de outro, dos organismos nacionais e internacionais de financiamento. Por essa razão é crucial atender a LRF e o PAF (Programa de Ajuste Fiscal) do governo federal para que se possa acessar esses recursos.

A despesa capital acompanhou, em termos reais, o crescimento e a variação da receita corrente, evidenciando um significativo aumento nos gastos de pessoal e custeio. Em contraste, as despesas de capital despencaram puxadas pelos investimentos e pelas inversões financeiras. Contudo a poupança corrente foi capaz de financiar boa parte das despesas de capital com exceção para os anos de 2003 e 2006 onde a poupança corrente real não foi suficiente para cobrir o déficit das despesas de capital.

O Estado não apelou a empréstimos externos ou à alienação de ativos para sanar a falta de poupança corrente em 2003 e 2006 com o intuito de financiar o investimento. Sergipe tem um baixo nível de endividamento, sendo a maior parte de sua dívida interna e contratual. Não apenas o endividamento é baixo, mas tem apresentado um lento crescimento em termos reais.

No período em análise, Sergipe foi um fiel cumpridor dos limites estabelecidos pela LRF em todos os anos da série, a ressalva a ser feita ficou por conta do Poder Legislativo que descumpriu as metas em todos os anos da série, e do Ministério Público no ano de 2004. Contudo, as despesas com pessoal, serviços da dívida, custeio e investimento não ultrapassaram em nenhum ano mais do que 5% da receita corrente líquida.

Contudo cabe uma ressalva nesse ponto, apesar do Estado de Sergipe como um todo vir cumprindo os principais limites estabelecidos pela LRF, o limite prudencial por muitas vezes foi ultrapassado como em 2000, a onde as despesas com pessoal chegaram a 57,3% da RCL e em 2001 e 2003, onde as despesas com pessoal alcançaram quase o limite legal chegando a 59,2% da RCL.

Ultrapassar esse limite prudencial é algo bastante temerário, uma vez que ultrapassado esse limite o Estado de Sergipe ficaria impossibilitado de conveniar com a União o que prejudicaria o andamento das ações do governo do Estado, tendo em vista o seu elevado grau de dependência com os recursos da União.

Quanto ao Programa de Ajuste Fiscal, o estado apresentou resultados primários positivos, mas cadentes entre 2000 e 2004. Apresentou também insuficiência financeira em 2003; isso significa que não dispôs de recursos para financiar todos os gastos líquidos com juros e amortizações, mesmo aqueles derivados de operações de crédito e alienação de ativos.

O estado está passando por um agravamento nas suas finanças ao longo do período, na medida em que apresenta uma acentuada queda nos seus resultados primários; insuficiência financeira em pelo menos um ano do período; aumento substantivo nos seus gastos com pessoal e custeio; e, um declínio acentuado na sua capacidade de investimento que não foi ampliada por maior endividamento, embora o estado tenha margem para se endividar. As informações disponíveis do Relatório de Reestruturação e Ajuste Fiscal para o ano de 2004

revelam que o estado cumpriu três das cinco metas quantitativas, sendo que a principal meta não cumprida foi a do resultado primário.

Diante de tudo que foi exposto entendemos que permanecerá ainda a tendência por um longo período o elevado peso do setor público na economia de Sergipe, tanto na geração de riqueza quanto de empregos, mas com a tendência a uma pequena elevação da participação do setor privado, levando-se em conta os novos investimentos privados e o maior adensamento das cadeias produtivas.

Entretanto, a estratégia a ser adotada pelo Estado de Sergipe para promover a competitividade e recuperar a posição que ocupava no cenário nacional passa pela reestruturação do setor público, embora não se esgote aí. Em um primeiro momento deve ser realizada a modernização administrativa e a abertura ao capital privado, no âmbito das reformas constitucionais em curso, das áreas de infra-estrutura onde há necessidade de investimentos, impotência do Estado e interesse da iniciativa privada. Não efetuá-las condena o Estado a ficar novamente para trás no processo de desenvolvimento que toma forma no país.

Criado o ambiente favorável ao investimento, o passo seguinte é o estabelecimento de uma política deliberada de atração de novas inversões, aplainando-se o caminho para o crescimento sustentado.

REFERÊNCIA BIBLIOGRAFICA

AFONSO, José Roberto R. e BIASOTO, Geraldo Jr. Investimento Público no Brasil: Diagnósticos e Proposições. – **Revista do BNDES**; Rio de Janeiro; v 14; n.27; p.71-22. Jun 2007.

BENITEZ, Rogério Martin. Investimento Público Fixo, um Elemento Catalisador de Desenvolvimento Inerente à Economia Regional. **Revista Análise Econômica da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS**; Ed. n.39; Ano 21; mar-2003.

CÂNDIDO JÚNIOR, José Oswaldo. Os Gastos Públicos no Brasil são Produtivos?. **Planejamento e políticas públicas**. IPEA, n.23, jun-2001.

CRUZ, Flávio et al. Comentários à Lei nº4.320. 4.ed. – São Paulo: Atlas, 2006.

CEPLAN. **Sergipe**: Desempenho, Perspectivas Econômicas e Evolução dos Indicadores Sociais 1970-2004. Recife, 30 de novembro de 2005.

DOMINGUES, Edson Paulo, VIANA, Francisca Diana Ferreira e OLIVEIRA, Heder Carlos de (2007). Investimentos em infra-estrutura no Nordeste: projeções de impacto e perspectivas de desenvolvimento. Belo Horizonte: **UFMG/Cedeplar**, 36p. (Texto para Discussão; 319).

FREITAS, Sebastião Nogueira de. Uma releitura do orçamento público sob uma perspectiva histórica. **Bahia Análise & Dados**; Salvador, v. 12, n. 4, p. 9-24, março 2003.

FERREIRA Pedro Cavalcante; MALLIAGROS, Thomas Georges (1998). **Impactos Produtivos da Infra- Estrutura no Brasil: 1950 - 1995**. Disponível em: <http://www.fgv.br/professor/ferreira/ferreiramalliagrosPPE.pdf>; Acesso em: outubro de 2008.

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / BANESE. **Balanço Social: Relatório da Administração 2004**. Aracaju: 2004

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanço Geral do Estado 1997**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanço Geral do Estado 1998**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanço Geral do Estado 1999**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanço Geral do Estado 2000**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanço Geral do Estado 2001**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanço Geral do Estado 2002**.

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanço Geral do Estado 2003.**

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanço Geral do Estado 2004.**

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanço Geral do Estado 2005.**

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanço Geral do Estado 2006.**

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Balanço Geral do Estado 2007.**

_____. Secretaria da Fazenda do Estado de Sergipe / Superintendência de Finanças Públicas. **Relatório Resumido da Execução Orçamentária (Arts. 52 e 53 da Lei Complementar 101/2000); Orçamentos Fiscal e da Seguridade Social (Art. 52 Inciso II Alínea "C").**

_____. Secretaria de Estado do Planejamento e da Ciência e Tecnologia – SEPLANTEC. **Sergipe em números CD-ROM.** Aracaju: 2003.

_____. Secretaria de Estado do Planejamento / Superintendência de Estudos e Pesquisas. **Contas Regionais 2003-2008.** Aracaju: 2008.

_____. **Boletim de Acompanhamento da Conjuntura Econômica**, n. 3, ano 2. terça-feira, 17 de fevereiro de 2009.

_____. **Boletim de Acompanhamento da Crise Econômica**, nº 3. ano 1. segunda-feira, 22 de dezembro de 2008.

HADDAD, P.R. A experiência brasileira de planejamento regional e suas perspectivas. In: **A política regional na era da globalização.** IPEA/ Konrad Adenauer Stiftung, Debates n. 12, 1996.

HERMANN, Jennifer. (2006). Ascensão e Queda da Política Fiscal: de Keynes ao “autismo fiscal” dos anos 1990 – 2000. Disponível em: www.anpec.org.br/encontro2006/artigos; Acesso em: outubro de 2008

KEYNES, John Maynard. **A Teoria Geral do Emprego, do Juro e da Moeda**; tradução de Mario R. da Cruz; revisão técnica de Cláudio Roberto Contador. São Paulo: Atlas, 1992.

LIMA, João Policarpo Rodrigues. Economia do Nordeste: Tendências Recentes das Áreas Dinâmicas. **Revista Análise Econômica**; ano 12; março e setembro/94; p.55-73.

LIMA, João Policarpo Rodrigues. (2005) Traços Gerais do Desenvolvimento Recente da Economia do Nordeste. **Revista Econômica do Nordeste**; Fortaleza; v.36, n. 1; jan-mar.2005.

LOPERATO, Francisco Luiz C. (2006) O papel da política fiscal: um exame da visão convencional. **Texto para Discussão**. IE/UNICAMP, Campinas, n.119, fev.2006.

MONTEIRO NETO, Aristides. **Intervenção Estatal e Desigualdades Regionais no Brasil: contribuições ao debate contemporâneo**. Tese de doutoramento defendida na UNICAMP em dezembro de 2005.

MORRETI, Bruno e LÉLLIS, Marcos T.C. Economia clássica e novo-clássica *versus* Keynes e pós-keynesianos: um debate ontológico. **Ensaios FEE**, Porto Alegre, v.28, n.1, p.79-98, jul.2007.

NÓBREGA, Wagner. Papel do Setor Público na Inserção e Integração da Economia Nacional: Impressões a Partir das Transformações na Indústria Durante as Décadas de 1960 e 1970. **Revista Econômica do Nordeste**; Fortaleza; v.34, n. 4; out-dez. 2003.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Crise e Recuperação da Confiança. **Dossiê da Crise da Associação Keynesiana Brasileira**, novembro de 2008.

SANDRONI, Paulo. **Novíssimo Dicionário de Economia**. São Paulo; Ed. Best Seller; 1999.

SILVA, Guilherme Jonas Costa da; FORTUNATO, Wanderson Luiz Lopes. (2007) **Infra-Estrutura e Crescimento: Uma Avaliação do Caso Brasileiro no Período 1985-1998**. Disponível em:
<http://www.bnb.gov.br/content/aplicacao/Eventos/ForumBNB2007/docs/infra-estrutura-crescimento.pdf>. Acesso em: outubro de 2008.

VENES, Nuno Miguel Simões. **Efeitos não Keynesianos da Política Orçamental: Evidencia Empírica para Portugal**. Dissertação de Mestrado da Universidade Técnica de Lisboa – Instituto Superior de Economia e Gestão; Jan/2003.

APÊNDICE

APÊNDICE A
DEMOSTRATIVOS DE RECEITA E DESPESA DEFLACIONADA

Apêndice A.1
DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE CADA ITEM DA RECEITA (R\$ 1,00 de dezembro/07)

| Categoria Econômica | 2000 | % | 2001 | % | 2002 | % | 2003 | % |
|----------------------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|
| Receitas Correntes | 2.734.749.656 | 91,6 | 2.851.432.614 | 94,5 | 2.965.377.640 | 94,26 | 2.560.236.737 | 98,77 |
| Tributária | 975.800.587 | 32,7 | 1.011.216.179 | 33,5 | 999.392.292 | 31,77 | 933.425.296 | 36,01 |
| ICMS | 937.185.950 | 31,4 | 971.440.114 | 32,2 | 906.976.954 | 28,83 | 822.371.177 | 31,73 |
| IPVA | 25.641.288 | 0,8 | 26.052.978 | 0,8 | 26.712.594 | 0,85 | 24.784.399 | 0,96 |
| Outras | 12.973.348 | 0,4 | 13.723.088 | 0,4 | 65.702.745 | 2,09 | 86.269.721 | 3,33 |
| Contribuições | 221.755.588 | 7,4 | 215.939.698 | 7,1 | 257.729.812 | 8,19 | 286.034.441 | 11,04 |
| Patrimonial | 25.974.752 | 0,8 | 28.869.829 | 0,9 | 32.309.435 | 1,03 | 44.271.720 | 1,71 |
| Agropecuária | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 | 0 | 0,0 |
| Serviços | 38.148.442 | 1,2 | 42.905.098 | 1,4 | 34.915.817 | 1,11 | 93.255.956 | 3,6 |
| Transferências Correntes | 1.421.921.723 | 47,6 | 1.489.803.288 | 49,4 | 1.551.178.752 | 49,31 | 1.161.403.640 | 44,81 |
| FPE | 1.145.288.912 | 38,3 | 1.208.366.119 | 40,0 | 1.134.244.722 | 36,05 | 946.880.446 | 36,53 |
| Outras | 276.632.812 | 9,2 | 281.437.169 | 9,3 | 416.934.031 | 13,25 | 214.523.194 | 8,28 |
| Outras Receitas Correntes | 51.148.563 | 1,7 | 62.698.521 | 2,0 | 89.851.531 | 2,86 | 41.845.685 | 1,61 |
| Receitas de capital | 248.214.506 | 8,3 | 164.017.128 | 5,4 | 180.540.795 | 5,74 | 31.771.296 | 1,23 |
| Operações de Crédito | 56.710.275 | 1,9 | 30.636.721 | 1,0 | 40.428.711 | 1,28 | 17.295.089 | 0,67 |
| Alienação de Bens | 70.784.262 | 2,3 | 775.898 | 0,0 | 2.028.449 | 0,06 | 16.296 | 0,0 |
| Amortização de Empréstimos | 1.650.746 | 0,0 | 545.309 | 0,0 | 582.242 | 0,02 | 141 | 0,0 |
| Transferências de Capital | 117.192.150 | 3,9 | 130.942.097 | 4,3 | 137.119.911 | 4,36 | 14.150.386 | 0,55 |
| Outras Receitas de Capital | 1.877.073 | 0,0 | 1.117.103 | 0,0 | 381.483 | 0,01 | 309.384 | 0,01 |
| Total da Receita | 2.982.964.162 | 100 | 3.015.449.741 | 100 | 3.145.918.435 | 100 | 2.592.008.033 | 100 |

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE

Apêndice A.2
DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE CADA ITEM DA DESPESA (R\$ 1,00 de dezembro/07)

| Categoria Econômica | 2000 | % | 2001 | % | 2002 | % | 2003 | % |
|---------------------------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|
| Despesas Correntes | 2.272.589,765 | 80,5 | 2.562.465,543 | 86,8 | 2.598.748,074 | 84,9 | 2.326.138,595 | 88,6 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.277.752,360 | 45,2 | 1.397.784,093 | 47,3 | 1.479.902,025 | 48,7 | 1.352.838,764 | 51,5 |
| Juros e Encargos da Dívida Int. | 94.175,710 | 3,3 | 98.795,574 | 3,3 | 118.140,006 | 3,6 | 102.000,307 | 3,8 |
| Juros e Encargos da Dívida Ext. | 12.114,048 | 0,4 | 13.304,853 | 0,4 | 1.000.706,043 | 32,7 | 871.299,523 | 33,2 |
| Outras Desp. Correntes | 888.547,648 | 31,4 | 1.052.581,022 | 35,6 | 460.896,312 | 15,0 | 296.791,663 | 11,3 |
| Despesas de Capital | 548.571,838 | 19,4 | 387.998,441 | 13,1 | 460.896,312 | 15,06 | 296.791,663 | 11,32 |
| Investimentos | 342.724,715 | 12,1 | 251.388,095 | 8,5 | 248.620,145 | 8,13 | 105.203,368 | 4,00 |
| Inversões Financeiras | 136.215,246 | 4,8 | 52.107,433 | 1,7 | 113.721,592 | 3,72 | 105.747,348 | 4,03 |
| Amortização da Dívida | 63.424,525 | 2,2 | 63.401,202 | 2,1 | 98.554,575 | 3,22 | 85.840,947 | 3,27 |
| Outras Desp. de Capital | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 |
| Total da Despesa | 2.821.161,604 | 100 | 2.950.463,984 | 100 | 3.059.644,386 | 100 | 2.622.930,258 | 100 |

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE.

Apêndice A.3

DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE CADA ITEM DA RECEITA (R\$ 1,00 de dezembro/07)

| Categoria Econômica | 2004 | % | 2005 | % | 2006 | % | 2007 | % |
|----------------------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|-------------------------|-------------|
| Receitas Correntes | 2.706.963.520 | 94,0 | 3.160.651.841 | 98,4 | 3.538.234.852 | 98,2 | 3.627.774.399,35 | 98,4 |
| Tributária | 1.006.348.125 | 34,9 | 1.103.574.629 | 34,3 | 1.237.556.229 | 34,3 | 1.266.165.217 | 34,3 |
| ICMS | 868.015.618 | 30,1 | 942.128.394 | 29,3 | 1.051.735.400 | 29,2 | 1.175.678.418 | 29,1 |
| IPVA | 32.721.311 | 1,1 | 35.179.819 | 1,1 | 40.819.936 | 1,1 | 46.979.719 | 1,2 |
| Outras | 105.611.195 | 3,6 | 126.266.416 | 3,9 | 145.000.894 | 4,0 | 143.474.569 | 3,8 |
| Contribuições | 325.242.419 | 11,3 | 327.588.868 | 10,2 | 361.516.338 | 10,0 | 432.693.767 | 11,7 |
| Patrimonial | 50.701.777 | 1,7 | 77.840.197 | 2,4 | 77.833.128 | 2,1 | 32.604.046 | 0,8 |
| Agropecuária | 0,00 | 0,0 | 1.362.494 | 0,0 | 1.521.048 | 0,0 | 1.017.732 | 0,0 |
| Serviços | 90.247.960 | 3,1 | 98.726.495 | 3,0 | 97.547.702 | 2,7 | 113.044.113 | 3,0 |
| Transferências Correntes | 1.200.159.708 | 41,7 | 1.506.738.988 | 46,9 | 1.635.729.005 | 45,4 | 1.746.655.101 | 47,3 |
| FPE | 960.703.114 | 33,3 | 1.151.022.021 | 35,8 | 1.257.281.152 | 34,9 | 1.353.971.405 | 36,7 |
| Outras | 239.456.594 | 8,3 | 355.716.967 | 11,0 | 378.447.854 | 10,5 | 392.693.695 | 10,6 |
| Outras Receitas Correntes | 34.263.531 | 1,1 | 44.820.171 | 1,4 | 126.531.400 | 3,5 | 35.584.419 | 0,9 |
| Receitas de capital | 170.371.669 | 5,9 | 48.552.877 | 1,5 | 61.769.723 | 1,7 | 58.270.924,00 | 1,5 |
| Operações de Crédito | 124.592.844 | 4,3 | 29.408.415 | 0,9 | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 |
| Alienação de Bens | 114.865 | 0,0 | 205.383 | 0,0 | 18.064.281 | 0,5 | 1.130.521,89 | 0,0 |
| Amortização de Empréstimos | 174 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 |
| Transferências de Capital | 45.254.695 | 1,5 | 18.809.291 | 0,59 | 42.863.624 | 1,1 | 56.421.690 | 1,5 |
| Outras Receitas de Capital | 409.091 | 0,0 | 129.787 | 0,0 | 841.818 | 0,0 | 718.711 | 0,0 |
| Total da Receita | 2.877.335.190 | 100 | 3.209.204.718 | 100 | 3.600.004.575 | 100 | 3.686.045.323,35 | 100 |

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE

Apêndice A.4
DEMOSTRATIVO DE REPRESENTATIVIDADE DE CADA ITEM DA DESPESA (R\$ 1,00 de dezembro/07)

| Categoria Econômica | 2004 | % | 2005 | % | 2006 | % | 2007 | % |
|-----------------------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|----------------------|-------------|
| Despesas Correntes | 2.500.818.891 | 86,9 | 2.664.476.344 | 86,8 | 3.277.577.599 | 87,0 | 3.153.275.417 | 91,9 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.436.736.586 | 49,9 | 1.590.225.695 | 51,8 | 1.973.452.305 | 52,4 | 2.069.117.438 | 60,3 |
| Juros e Encargos da Dívida. | 94.189.466 | 3,2 | 104.641.311 | 3,4 | 98.825.068 | 2,6 | 90.430.116 | 2,6 |
| Outras Desp. Correntes | 969.892.839 | 33,7 | 969.609.338 | 31,5 | 1.205.300.225 | 32,0 | 993.727.863 | 28,9 |
| Despesas de Capital | 376.486.936 | 13,0 | 405.140.447 | 13,2 | 486.629.148 | 12,9 | 276.796.903 | 8,0 |
| Investimentos | 133.636.983 | 4,6 | 202.116.718 | 6,5 | 286.754.248 | 7,6 | 135.254.922 | 3,9 |
| Inversões Financeiras | 155.007.573 | 5,3 | 104.896.005 | 3,4 | 92.444.147 | 2,4 | 15.437.680 | 0,4 |
| Amortização Dívida. | 87.842.381 | 3,0 | 98.127.723 | 3,2 | 107.430.753 | 2,8 | 126.104.299 | 3,6 |
| Outras Desp. de Capital | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 | 0,00 | 0,0 |
| Total da Despesa | 2.877.305.827 | 100 | 3.069.616.790 | 100 | 3.764.206.747 | 100 | 3.430.072.320 | 100 |

Fonte: Superintendência de Finanças Públicas / SEFAZ-SE.

APÊNDICE B

**MEMORIA DE CÁLCULO DO DEMOSTRATIVOS DE RECEITA E DESPESA
DEFLACIONADA**

Apêndice B.1
Memória de cálculo:

A Escolha do índice deflator esta condicionada a sua representatividade no crescimento dos preços no setor. Assim, para deflacionar um série referente ao setor público usa-se o IGP-M, .
pois este é utilizado pelos governos para regulação das tarifas públicas

Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (dez. 2007 = 100) - FGV/Conj. Econômica.

(Valor Corrente / IGP-M) x 100

BASE: 2007 =100

| Categoria Econômica | 2000 | % | 2001 | % | IGP-M (2000) | IGP-M (2001) | 2000 | % | 2001 | % |
|----------------------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|
| Receitas Correntes | 1.422.069.821 | 91,68 | 1.653.830.916 | 94,56 | 52 | 58 | 2.734.749.656 | 91,68 | 2.851.432.614 | 94,56 |
| Tributária | 507.416.305 | 32,71 | 586.505.384 | 33,53 | 52 | 58 | 975.800.587 | 32,71 | 1.011.216.179 | 33,53 |
| ICMS | 487.336.694 | 31,42 | 563.435.266 | 32,22 | 52 | 58 | 937.185.950 | 31,42 | 971.440.114 | 32,22 |
| IPVA | 13.333.470 | 0,86 | 15.110.727 | 0,86 | 52 | 58 | 25.641.288 | 0,86 | 26.052.978 | 0,86 |
| Outras | 6.746.141 | 0,43 | 7.959.391 | 0,45 | 52 | 58 | 12.973.348 | 0,43 | 13.723.088 | 0,45 |
| Contribuições | 115.312.906 | 7,43 | 125.245.025 | 7,16 | 52 | 58 | 221.755.588 | 7,43 | 215.939.698 | 7,16 |
| Patrimonial | 13.506.871 | 0,87 | 16.744.501 | 0,96 | 52 | 58 | 25.974.752 | 0,87 | 28.869.829 | 0,96 |
| Serviços | 19.837.190 | 1,28 | 24.884.957 | 1,42 | 52 | 58 | 38.148.442 | 1,28 | 42.905.098 | 1,42 |
| Transferências Correntes | 739.399.296 | 47,67 | 864.085.907 | 49,41 | 52 | 58 | 1.421.921.723 | 47,67 | 1.489.803.288 | 49,41 |
| FPE | 595.550.234 | 38,39 | 700.852.349 | 40,07 | 52 | 58 | 1.145.288.912 | 38,39 | 1.208.366.119 | 40,07 |
| Outras | 143.849.062 | 9,27 | 163.233.558 | 9,34 | 52 | 58 | 276.632.812 | 9,27 | 281.437.169 | 9,34 |
| Outras Receitas Correntes | 26.597.253 | 1,71 | 36.365.142 | 2,08 | 52 | 58 | 51.148.563 | 1,71 | 62.698.521 | 2,08 |
| Receitas de capital | 129.071.543 | 8,32 | 95.129.934 | 5,44 | 52 | 58 | 248.214.506 | 8,32 | 164.017.128 | 5,44 |
| Operações de Crédito | 29.489.343 | 1,9 | 17.769.298 | 1,01 | 52 | 58 | 56.710.275 | 1,9 | 30.636.721 | 1,01 |
| Alienação de Bens | 36.807.816 | 2,37 | 450.021 | 0,03 | 52 | 58 | 70.784.262 | 2,37 | 775.898 | 0,03 |
| Amortização de Empréstimos | 858.388 | 0,06 | 316.279 | 0,02 | 52 | 58 | 1.650.746 | 0,06 | 545.309 | 0,02 |
| Transferências de Capital | 60.939.918 | 3,93 | 75.946.416 | 4,34 | 52 | 58 | 117.192.150 | 3,93 | 130.942.097 | 4,34 |
| Outras Receitas de Capital | 976.078 | 0,06 | 647.920 | 0,04 | 52 | 58 | 1.877.073 | 0,06 | 1.117.103 | 0,04 |
| Total da Receita | 1.551.141.364 | 100 | 1.748.960.850 | 100 | 52 | 58 | 2.982.964.162 | 100 | 3.015.449.741 | 100 |

| Categoria Econômica | 2000 | % | 2001 | % | IGP-M (2000) | IGP-M (2001) | 2000 | % | 2001 | % |
|---------------------------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|
| Despesas Correntes | 1.181.746.678 | 80,56 | 1.486.230.015 | 86,85 | 52 | 58 | 2.272.589.765 | 80,56 | 2.562.465.543 | 86,85 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 664.431.227 | 45,29 | 810.714.774 | 47,37 | 52 | 58 | 1.277.752.360 | 45,29 | 1.397.784.093 | 47,37 |
| Juros e Encargos da Dívida Int. | 48.971.369 | 3,34 | 57.301.433 | 3,35 | 52 | 58 | 94.175.710 | 3,34 | 98.795.574 | 3,35 |
| Juros e Encargos da Dívida Ext. | 6.299.305 | 0,43 | 7.716.815 | 0,45 | 52 | 58 | 12.114.048 | 0,43 | 13.304.853 | 0,45 |
| Outras Desp. Correntes | 462.044.777 | 31,5 | 610.496.993 | 35,68 | 52 | 58 | 888.547.648 | 31,5 | 1.052.581.022 | 35,68 |
| Despesas de Capital | 285.257.356 | 19,44 | 225.039.096 | 13,15 | 52 | 58 | 548.571.838 | 19,44 | 387.998.441 | 13,15 |
| Investimentos | 178.216.852 | 12,15 | 145.805.095 | 8,52 | 52 | 58 | 342.724.715 | 12,15 | 251.388.095 | 8,52 |
| Inversões Financeiras | 70.831.928 | 4,83 | 30.222.311 | 1,77 | 52 | 58 | 136.215.246 | 4,83 | 52.107.433 | 1,77 |
| Amortização Dívida Int. | 32.980.753 | 2,25 | 36.772.697 | 2,15 | 52 | 58 | 63.424.525 | 2,25 | 63.401.202 | 2,15 |
| Amortização Dívida Ext. | 3.227.823 | 0,22 | 12.238.993 | 0,71 | 52 | 58 | 6.207.352 | 0,22 | 21.101.712 | 0,71 |
| Outras Desp. de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 52 | 58 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total da Despesa | 1.467.004.034 | 100 | 1.711.269.111 | 100 | 52 | 58 | 2.821.161.604 | 100 | 2.950.463.984 | 100 |

Apêndice B.2
Memória de cálculo:

Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (dez. 2007 = 100) - FGV/Conj. Econômica.
(Valor Corrente / IGP-M) x 100
BASE: 2007 =100

| Categoria Econômica | 2002 | % | 2003 | % | IGP-M (2002) | IGP-M (2003) | 2002 | % | 2003 | % |
|----------------------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|
| Receitas Correntes | 1.927.495.466 | 94,26 | 2.073.791.757 | 98,77 | 65 | 81 | 2.965.377.640 | 94,26 | 2.560.236.737 | 98,77 |
| Tributária | 649.604.990 | 31,77 | 756.074.490 | 36,01 | 65 | 81 | 999.392.292 | 31,77 | 933.425.296 | 36,01 |
| ICMS | 589.535.020 | 28,83 | 666.120.653 | 31,73 | 65 | 81 | 906.976.954 | 28,83 | 822.371.177 | 31,73 |
| IPVA | 17.363.186 | 0,85 | 20.075.363 | 0,96 | 65 | 81 | 26.712.594 | 0,85 | 24.784.399 | 0,96 |
| Outras | 42.706.784 | 2,09 | 69.878.474 | 3,33 | 65 | 81 | 65.702.745 | 2,09 | 86.269.721 | 3,33 |
| Contribuições | 167.524.378 | 8,19 | 231.687.897 | 11,04 | 65 | 81 | 257.729.812 | 8,19 | 286.034.441 | 11,04 |
| Patrimonial | 21.001.133 | 1,03 | 35.860.093 | 1,71 | 65 | 81 | 32.309.435 | 1,03 | 44.271.720 | 1,71 |
| Agropecuária | 0 | 0 | 0 | 0 | 65 | 81 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Serviços | 22.695.281 | 1,11 | 75.537.324 | 3,6 | 65 | 81 | 34.915.817 | 1,11 | 93.255.956 | 3,6 |
| Transferências Correntes | 1.008.266.189 | 49,31 | 940.736.948 | 44,81 | 65 | 81 | 1.551.178.752 | 49,31 | 1.161.403.640 | 44,81 |
| FPE | 737.259.069 | 36,05 | 766.973.161 | 36,53 | 65 | 81 | 1.134.244.722 | 36,05 | 946.880.446 | 36,53 |
| Outras | 271.007.120 | 13,25 | 173.763.787 | 8,28 | 65 | 81 | 416.934.031 | 13,25 | 214.523.194 | 8,28 |
| Outras Receitas Correntes | 58.403.495 | 2,86 | 33.895.005 | 1,61 | 65 | 81 | 89.851.531 | 2,86 | 41.845.685 | 1,61 |
| Receitas de capital | 117.351.517 | 5,74 | 25.734.750 | 1,23 | 65 | 81 | 180.540.795 | 5,74 | 31.771.296 | 1,23 |
| Operações de Crédito | 26.278.662 | 1,28 | 14.009.022 | 0,67 | 65 | 81 | 40.428.711 | 1,28 | 17.295.089 | 0,67 |
| Alienação de Bens | 1.318.492 | 0,06 | 13.200 | 0 | 65 | 81 | 2.028.449 | 0,06 | 16.296 | 0 |
| Amortização de Empréstimos | 378.457 | 0,02 | 114 | 0 | 65 | 81 | 582.242 | 0,02 | 141 | 0 |
| Transferências de Capital | 89.127.942 | 4,36 | 11.461.813 | 0,55 | 65 | 81 | 137.119.911 | 4,36 | 14.150.386 | 0,55 |
| Outras Receitas de Capital | 247.964 | 0,01 | 250.601 | 0,01 | 65 | 81 | 381.483 | 0,01 | 309.384 | 0,01 |
| Total da Receita | 2.044.846.983 | 100 | 2.099.526.507 | 100 | 65 | 81 | 3.145.918.435 | 100 | 2.592.008.033 | 100 |

| Categoria Econômica | 2002 | % | 2003 | % | IGP-M (2002) | IGP-M (2003) | 2002 | % | 2003 | % |
|-----------------------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|
| Despesas Correntes | 1.689.186.248 | 84,94 | 1.884.172.262 | 88,68 | 65 | 81 | 2.598.748.074 | 84,94 | 2.326.138.595 | 88,68 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 961.936.316 | 48,37 | 1.095.799.399 | 51,58 | 65 | 81 | 1.479.902.025 | 48,37 | 1.352.838.764 | 51,58 |
| Juros e Encargos da Dívida. | 76.791.004 | 3,86 | 82.620.249 | 3,89 | 65 | 81 | 118.140.006 | 3,86 | 102.000.307 | 3,89 |
| Outras Desp. Correntes | 650.458.928 | 32,71 | 705.752.614 | 33,22 | 65 | 81 | 1.000.706.043 | 32,71 | 871.299.523 | 33,22 |
| Despesas de Capital | 299.582.603 | 15,06 | 240.401.247 | 11,32 | 65 | 81 | 460.896.312 | 15,06 | 296.791.663 | 11,32 |
| Investimentos | 161.603.094 | 8,13 | 85.214.728 | 4 | 65 | 81 | 248.620.145 | 8,13 | 105.203.368 | 4 |
| Inversões Financeiras | 73.919.035 | 3,72 | 85.655.352 | 4,03 | 65 | 81 | 113.721.592 | 3,72 | 105.747.348 | 4,03 |
| Amortização Dívida. | 64.060.474 | 3,22 | 69.531.167 | 3,27 | 65 | 81 | 98.554.575 | 3,22 | 85.840.947 | 3,27 |
| Outras Desp. de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 65 | 81 | 0 | 0 | 0 | 0 |
| Total da Despesa | 1.988.768.851 | 100 | 2.124.573.509 | 100 | 65 | 81 | 3.059.644.386 | 100 | 2.622.930.258 | 100 |

Apêndice B.3
Memória de cálculo:

Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (dez. 2007 = 100) - FGV/Conj. Econômica.

(Valor Corrente / IGP-M) x 100

BASE: 2007 =100

| Categoria Econômica | 2004 | % | 2005 | % | IGP-M (2004) | IGP-M (2005) | 2004 | % | 2005 | % |
|----------------------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|--------------|
| Receitas Correntes | 2.382.127.898 | 94,08 | 2.971.012.731 | 98,49 | 88 | 94 | 2.706.963.520 | 94,08 | 3.160.651.841 | 98,49 |
| Tributária | 885.586.350 | 34,98 | 1.037.360.151 | 34,39 | 88 | 94 | 1.006.348.125 | 34,98 | 1.103.574.629 | 34,39 |
| ICMS | 763.853.744 | 30,17 | 885.600.690 | 29,36 | 88 | 94 | 868.015.618 | 30,17 | 942.128.394 | 29,36 |
| IPVA | 28.794.754 | 1,14 | 33.069.030 | 1,1 | 88 | 94 | 32.721.311 | 1,14 | 35.179.819 | 1,1 |
| Outras | 92.937.852 | 3,67 | 118.690.431 | 3,93 | 88 | 94 | 105.611.195 | 3,67 | 126.266.416 | 3,93 |
| Contribuições | 286.213.329 | 11,3 | 307.933.536 | 10,21 | 88 | 94 | 325.242.419 | 11,3 | 327.588.868 | 10,21 |
| Patrimonial | 44.617.564 | 1,76 | 73.169.785 | 2,43 | 88 | 94 | 50.701.777 | 1,76 | 77.840.197 | 2,43 |
| Agropecuária | 0 | 0 | 1.280.744 | 0,04 | 88 | 94 | - | 0 | 1.362.494 | 0,04 |
| Serviços | 79.418.205 | 3,14 | 92.802.905 | 3,08 | 88 | 94 | 90.247.960 | 3,14 | 98.726.495 | 3,08 |
| Transferências Correntes | 1.056.140.543 | 41,71 | 1.416.334.649 | 46,95 | 88 | 94 | 1.200.159.708 | 41,71 | 1.506.738.988 | 46,95 |
| FPE | 845.418.740 | 33,39 | 1.081.960.700 | 35,87 | 88 | 94 | 960.703.114 | 33,39 | 1.151.022.021 | 35,87 |
| Outras | 210.721.803 | 8,32 | 334.373.949 | 11,08 | 88 | 94 | 239.456.594 | 8,32 | 355.716.967 | 11,08 |
| Outras Receitas Correntes | 30.151.907 | 1,19 | 42.130.961 | 1,4 | 88 | 94 | 34.263.531 | 1,19 | 44.820.171 | 1,4 |
| Receitas de capital | 149.927.069 | 5,92 | 45.639.704 | 1,51 | 88 | 94 | 170.371.669 | 5,92 | 48.552.877 | 1,51 |
| Operações de Crédito | 109.641.703 | 4,33 | 27.643.910 | 0,92 | 88 | 94 | 124.592.844 | 4,33 | 29.408.415 | 0,92 |
| Alienação de Bens | 101.081 | 0 | 193.060 | 0,01 | 88 | 94 | 114.865 | 0 | 205.383 | 0,01 |
| Amortização de Empréstimos | 153 | 0 | 0 | 0 | 88 | 94 | 174 | 0 | - | 0 |
| Transferências de Capital | 39.824.132 | 1,57 | 17.680.734 | 0,59 | 88 | 94 | 45.254.695 | 1,57 | 18.809.291 | 0,59 |
| Outras Receitas de Capital | 360.000 | 0,01 | 122.000 | 0 | 88 | 94 | 409.091 | 0,01 | 129.787 | 0 |
| Total da Receita | 2.532.054.967 | 100 | 3.016.652.435 | 100 | 88 | 94 | 2.877.335.190 | 100 | 3.209.204.718 | 100 |

| Categoria Econômica | 2004 | % | 2005 | % | IGP-M (2004) | IGP-M (2005) | 2004 | % | 2005 | % |
|-----------------------------|----------------------|--------------|----------------------|-------------|--------------|--------------|----------------------|--------------|----------------------|-------------|
| Despesas Correntes | 2.200.720.624 | 86,92 | 2.504.607.763 | 86,8 | 88 | 94 | 2.500.818.891 | 86,92 | 2.664.476.344 | 86,8 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.264.328.196 | 49,93 | 1.494.812.153 | 51,81 | 88 | 94 | 1.436.736.586 | 49,93 | 1.590.225.695 | 51,81 |
| Juros e Encargos da Dívida. | 82.886.730 | 3,27 | 98.362.832 | 3,41 | 88 | 94 | 94.189.466 | 3,27 | 104.641.311 | 3,41 |
| Outras Desp. Correntes | 853.505.698 | 33,71 | 911.432.778 | 31,59 | 88 | 94 | 969.892.839 | 33,71 | 969.609.338 | 31,59 |
| Despesas de Capital | 331.308.504 | 13,08 | 380.832.020 | 13,2 | 88 | 94 | 376.486.936 | 13,08 | 405.140.447 | 13,2 |
| Investimentos | 117.600.545 | 4,63 | 189.989.715 | 6,57 | 88 | 94 | 133.636.983 | 4,63 | 202.116.718 | 6,57 |
| Inversões Financeiras | 136.406.664 | 5,39 | 98.602.245 | 3,42 | 88 | 94 | 155.007.573 | 5,39 | 104.896.005 | 3,42 |
| Amortização Dívida. | 77.301.295 | 3,05 | 92.240.060 | 3,2 | 88 | 94 | 87.842.381 | 3,05 | 98.127.723 | 3,2 |
| Outras Desp. de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 88 | 94 | - | 0 | - | 0 |
| Total da Despesa | 2.532.029.128 | 100 | 2.885.439.783 | 100 | 88 | 94 | 2.877.305.827 | 100 | 3.069.616.790 | 100 |

Apêndice B.4
Memória de cálculo:

Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (dez. 2007 = 100) - FGV/Conj. Econômica.
 (Valor Corrente / IGP-M) x 100
 BASE: 2007 = 100

| Categoria Econômica | 2006 | % | 2007 | % | IGP-M (2006) | IGP-M (2007) | 2006 | % |
|----------------------------|----------------------|------------|----------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|--------------|
| Receitas Correntes | 3.361.323.109 | 98 | 3.627.774.399 | 98,42 | 95 | 100 | 3.538.234.852 | 98,28 |
| Tributária | 1.175.678.418 | 34 | 1.266.165.218 | 34,35 | 95 | 100 | 1.237.556.229 | 34,38 |
| ICMS | 999.148.630 | 29 | 1.175.678.418 | 29,18 | 95 | 100 | 1.051.735.400 | 29,21 |
| IPVA | 38.778.939 | 1 | 46.979.719 | 1,27 | 95 | 100 | 40.819.936 | 1,13 |
| Outras | 137.750.849 | 4 | 143.474.570 | 3,89 | 95 | 100 | 145.000.894 | 4,03 |
| Contribuições | 343.440.521 | 10 | 432.693.767 | 11,74 | 95 | 100 | 361.516.338 | 10,04 |
| Patrimonial | 73.941.472 | 2 | 32.604.047 | 0,88 | 95 | 100 | 77.833.128 | 2,16 |
| Agropecuária | 1.444.996 | 0 | 1.017.733 | 0,03 | 95 | 100 | 1.521.048 | 0,04 |
| Serviços | 92.670.317 | 3 | 113.044.114 | 3,07 | 95 | 100 | 97.547.702 | 2,71 |
| Transferências Correntes | 1.553.942.555 | 45 | 1.746.655.101 | 47,39 | 95 | 100 | 1.635.729.005 | 45,44 |
| FPE | 1.194.417.094 | 35 | 1.353.971.405 | 36,73 | 95 | 100 | 1.257.281.152 | 34,92 |
| Outras | 359.525.461 | 11 | 392.693.696 | 10,65 | 95 | 100 | 378.447.854 | 10,51 |
| Outras Receitas Correntes | 120.204.830 | 4 | 35.584.420 | 0,97 | 95 | 100 | 126.531.400 | 3,51 |
| Receitas de capital | 58.681.237 | 2 | 58.270.924 | 1,58 | 95 | 100 | 61.769.723 | 1,72 |
| Operações de Crédito | 0 | 0 | - | 0 | 95 | 100 | - | 0 |
| Alienação de Bens | 17.161.067 | 1 | 1.130.522 | 0,03 | 95 | 100 | 18.064.281 | 0,5 |
| Amortização de Empréstimos | 0 | 0 | - | 0 | 95 | 100 | - | 0 |
| Transferências de Capital | 40.720.443 | 1 | 56.421.690 | 1,53 | 95 | 100 | 42.863.624 | 1,19 |
| Outras Receitas de Capital | 799.727 | 0 | 718.712 | 0,02 | 95 | 100 | 841.818 | 0,02 |
| Total da Receita | 3.420.004.346 | 100 | 3.686.045.323 | 100 | 95 | 100 | 3.600.004.575 | 100 |

| Categoria Econômica | 2006 | % | 2007 | % | IGP-M (2006) | IGP-M (2007) | 2006 | % |
|-----------------------------|----------------------|--------------|-------------------------|--------------|--------------|--------------|----------------------|--------------|
| Despesas Correntes | 3.113.698.719 | 87,07 | 3.153.275.418 | 91,93 | 95 | 100 | 3.277.577.599 | 87,07 |
| Pessoal e Encargos Sociais | 1.874.779.690 | 52,43 | 2.069.117.438 | 60,32 | 95 | 100 | 1.973.452.305 | 52,43 |
| Juros e Encargos da Dívida. | 93.883.815 | 2,63 | 90.430.116 | 2,64 | 95 | 100 | 98.825.068 | 2,63 |
| Outras Desp. Correntes | 1.145.035.214 | 32,02 | 993.727.864 | 28,97 | 95 | 100 | 1.205.300.225 | 32,02 |
| Despesas de Capital | 462.297.691 | 12,93 | 276.796.903 | 8,07 | 95 | 100 | 486.629.148 | 12,93 |
| Investimentos | 272.416.536 | 7,61 | 135.254.923 | 3,93 | 95 | 100 | 286.754.248 | 7,61 |
| Inversões Financeiras | 87.821.940 | 2,46 | 15.437.681 | 0,45 | 95 | 100 | 92.444.147 | 2,46 |
| Amortização Dívida. | 102.059.215 | 2,85 | 126.104.299,54 | 3,68 | 95 | 100 | 107.430.753 | 2,85 |
| Outras Desp. de Capital | 0 | 0 | 0 | 0 | 95 | 100 | - | 0 |
| Total da Despesa | 3.575.996.410 | 100 | 3.430.072.320,92 | 100 | 95 | 100 | 3.764.206.747 | 100 |

APÊNDICE C
MEMORIA DE CÁLCULO DO BALANÇO NOMINAL, CORRENTE E DE CAPITAL

Apêndice C.1

BALANÇO CORRENTE
(Receita Corrente – Despesa Corrente)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|--------------------|
| Receita Corrente | 2.734.749.656 | 2.851.432.614 | 2.965.377.640 | 2.560.236.737 | 2.706.963.520 | 3.160.651.841 | 3.539.234.852 | 3.627.774.399 |
| Despesa Corrente | 2.272.589.756 | 2.562.465.543 | 2.598.748.074 | 2.326.138.595 | 2.500.818.891 | 2.662.476.344 | 3.277.577.599 | 3.153.275.417 |
| Resultado | 462.159.891 | 288.967.071 | 366.629.566 | 234.098.142 | 206.144.629 | 496.175.497 | 260.657.253 | 474.498.982 |

Apêndice C.2

BALANÇO DE CAPITAL
(Receita de Capital - Despesa de Capital)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|----------------------|
| Receita Corrente | 248.214.506 | 164.017.128 | 180.540.795 | 31.771.296 | 170.371.669 | 48.552.877 | 61.769.723 | 58.270.924 |
| Despesa Corrente | 548.571.838 | 387.998.441 | 460.896.312 | 296.791.663 | 376.486.936 | 405.140.447 | 486.629.148 | 276.796.903 |
| Resultado | (300.357.332) | (223.981.313) | (280.355.517) | (265.020.367) | (206.115.267) | (356.587.570) | (424.859.425) | (218.525.979) |

Apêndice C.3

BALANÇO NOMINAL
(Receita Total - Despesa Total)

| | 2000 | 2001 | 2002 | 2003 | 2004 | 2005 | 2006 | 2007 |
|------------------|--------------------|-------------------|-------------------|---------------------|---------------|--------------------|----------------------|--------------------|
| Receita Total | 2.982.964.162 | 3.015.449.741 | 3.145.918.435 | 2.592.008.033 | 2.877.335.190 | 3.209.204.718 | 3.600.004.575 | 3.686.045.323 |
| Despesa Total | 2.821.161.604 | 2.950.463.984 | 3.059.644.386 | 2.622.930.258 | 2.877.305.827 | 3.069.616.790 | 3.764.206.747 | 3.430.072.320 |
| Resultado | 161.802.558 | 64.985.757 | 86.274.049 | (30.922.225) | 29.363 | 139.587.928 | (164.202.172) | 255.973.003 |

APÊNDICE D
DEMONSTRATIVOS DA DESPESA AUTORIZADA COM A REALIZADA

Apêndice D.1
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2001).

| Poderes e Órgãos | Despesa | | | Economia Orçamentária |
|-------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|------------------------|--|
| | Autorizada (R\$) | Realizada (R\$) | % de Realização | |
| Poder Legislativo | 81.256.840 | 75.425.869 | 92,82 | 5.830.971 |
| Assembléia Legislativa | 52.947.640 | 48.175.507 | 90,99 | 4.772.133 |
| Tribunal de Contas | 28.309.200 | 27.250.362 | 96,26 | 1.058.838 |
| Poder Judiciário | 82.425.700 | 84.403.480 | 98,80 | 1.022.220 |
| Tribunal de Justiça | 82.425.700 | 84.403.480 | 98,80 | 1.022.220 |
| Poder Executivo | 1.608.833.560 | 1.551.439.762 | 96,43 | 57.393.798 |
| PGE | 6.456.690 | 6.419.495 | 99,42 | 37.195 |
| Ministério Público | 26.141.513 | 26.014.283 | 99,51 | 127.230 |
| Gabinete da Vice-Governadoria | 464.000 | 288.967 | 66,28 | 175.033 |
| Casa Civil | 22.191.280 | 21.100.725 | 95,09 | 1.090.555 |
| SEPLANTEC | 38.300.544 | 35.306.977 | 92,18 | 2.993.567 |
| SEAD | 188.039.753 | 184.945.464 | 98,35 | 3.094.289 |
| SEFAZ | 421.734.437 | 417.477.586 | 98,99 | 4.256.851 |
| SEAGRI | 51.339.530 | 51.253.628 | 99,83 | 85.902 |
| SEED | 351.549.604 | 337.111.630 | 95,89 | 14.437.974 |
| Séc. Indústria, Comercio e Turismo. | 14.044.000 | 13.731.795 | 97,78 | 312.205 |
| SES | 124.726.040 | 118.195.180 | 94,76 | 6.530.860 |
| SEJUC | 13.586.711 | 12.882.151 | 94,81 | 704.560 |
| SSP | 132.419.765 | 128.381.201 | 96,95 | 4.038.564 |
| Séc. Ação Social e Trabalho | 30.268.290 | 23.140.268 | 76,45 | 7.128.022 |
| SEINFRA | 159.256.229 | 147.306.534 | 92,50 | 11.949.695 |
| Séc. Cultura e Turismo | 12.351.144 | 11.974.932 | 96,95 | 376.212 |
| SECOM | 15.964.030 | 15.908.946 | 99,65 | 55.084 |
| TOTAL DA DESPESA | 1.775.516.100 | 1.771.269.111 | 96,38 | 64.246.989 |

Fonte: Balanço Geral do Estado 2001.

Apêndice D.2
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2002).

| Poderes e Órgãos | Despesa | | | Economia Orçamentária |
|-------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|------------------------|--|
| | Autorizada (R\$) | Realizada (R\$) | % de Realização | |
| Poder Legislativo | 89.825.640 | 87.309.332 | 97,20 | 2.516.308 |
| Assembléia Legislativa | 58.147.640 | 56.118.782 | 96,51 | 2.028.858 |
| Tribunal de Contas | 31.678.000 | 31.190.550 | 98,46 | 497.450 |
| Poder Judiciário | 101.637.623 | 101.194.388 | 99,56 | 443.235 |
| Tribunal de Justiça | 101.637.623 | 101.194.388 | 99,56 | 443.235 |
| Poder Executivo | 1.839.470.546 | 1.800.265.131 | 97,87 | 39.205.415 |
| PGE | 8.077.737 | 7.987.736 | 98,89 | 90.001 |
| Ministério Público | 31.422.670 | 31.063.035 | 98,86 | 359.635 |
| Gabinete da Vice-Governadoria | 617.150 | 426.155 | 69,05 | 190.995 |
| Casa Civil | 32.652.188 | 31.792.469 | 97,37 | 859.719 |
| SEPLANTEC | 39.567.676 | 37.021.179 | 93,56 | 2.546.497 |
| SEAD | 215.115.365 | 207.782.958 | 96,59 | 7.332.407 |
| SEFAZ | 477.166.642 | 474.856.503 | 99,52 | 2.310.139 |
| SEAGRI | 64.721.708 | 64.357.295 | 99,4 | 364.413 |
| SEED | 328.161.958 | 319.259.002 | 97,29 | 8.902.956 |
| Séc. Indústria, Comercio e Turismo. | 21.135.094 | 20324.089 | 96,16 | 811.005 |
| SES | 156.170.654 | 150.576.214 | 96,42 | 5.594.440 |
| SEJUC | 18.288.283 | 17.976.414 | 98,29 | 311.869 |
| SSP | 69.692.649 | 68.442.803 | 98,21 | 1.249.846 |
| Corpo de Bombeiros | 11.177.400 | 11.137.470 | 99,64 | 39.930 |
| Polícia Militar de Sergipe | 77.496.111 | 77.332.073 | 99,79 | 164.038 |
| Séc. Ação Social e Trabalho | 24.645.304 | 22.721.762 | 92,20 | 1.923.542 |
| SEINFRA | 230.535.635 | 224.801.628 | 97,51 | 5.734.007 |
| Séc. Cultura e Turismo | 13.970.172 | 13.731.850 | 98,29 | 238.322 |
| SECOM | 18.348.451 | 18.336.211 | 99,93 | 12.240 |
| TOTAL DA DESPESA | 2.030.933.809 | 1.988.768.851 | 97,92 | 42.164.958 |

Fonte: Balanço Geral do Estado 2002.

Apêndice D.3
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2003).

| Poderes e Órgãos | Despesa | | | Economia Orçamentária |
|---------------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------|--------------------------|
| | Autorizada (R\$) | Realizada (R\$) | % de Realização | |
| Poder Legislativo | 112.382.300 | 109.032.259 | 97,20 | 3.350.041 |
| Assembléia Legislativa | 73.942.300 | 71.142.760 | 96,21 | 2.799.540 |
| Tribunal de Contas | 38.440.000 | 37.889.499 | 98,57 | 550.501 |
| Poder Judiciário | 117.885.156 | 114.216.525 | 96,91 | 3.638.631 |
| Tribunal de Justiça | 117.885.156 | 114.216.525 | 96,91 | 3.638.631 |
| Poder Executivo | 2.033.302.053 | 1.901.324.725 | 93,51 | 131.977.328 |
| Secretaria de Governo | 441.130 | 228.716 | 51,85 | 212.414 |
| PGE | 9.033.050 | 8.942.173 | 98,99 | 90.877 |
| Ministério Público | 38.599.280 | 38.363.986 | 99,39 | 235.294 |
| Gabinete da Vice-Governadoria | 635.140 | 521.656 | 82,13 | 113.484 |
| Casa Civil | 28.707.860 | 28.556.425 | 99,47 | 151.435 |
| SEPLANTEC | 58.662.627 | 47.036.964 | 80,18 | 11.625.663 |
| SEAD | 229.457.773 | 219.226.697 | 95,54 | 10.231.076 |
| SEFAZ | 531.468.825 | 503.020.682 | 94,65 | 28.448.143 |
| SEAGRI | 65.720.565 | 64.827.617 | 98,64 | 892.948 |
| SEED | 362.494.483 | 334.628.681 | 92,31 | 27.865.802 |
| Séc. Indústria, Comercio e Turismo. | 19.159.899 | 18.105.495 | 94,50 | 1.054.404 |
| SES | 235.833.347 | 219.449.278 | 93,05 | 16.384.069 |
| SEJUC | 23.292.358 | 22.793.281 | 97,86 | 499.077 |
| SSP | 75.796.724 | 73.414.315 | 96,86 | 2.382.409 |
| Corpo de Bombeiros | 14.580.870 | 14.235.024 | 97,63 | 345.846 |
| Polícia Militar de Sergipe | 83.969.110 | 83.789.626 | 99,79 | 179.484 |
| Séc.Comb.aPob.Assist.Social.eTrabalho | 33.136.587 | 22.738.192 | 68,62 | 10.398.395 |
| SEINFRA | 167.953.056 | 153.231.189 | 91,23 | 14.721.867 |
| Secretaria de Estado da Cultura | 5.859.325 | 5.168.997 | 88,22 | 690.328 |
| SECOM | 19.050.877 | 18.971.878 | 99,59 | 78.999 |
| Defensoria Pública do Estado | 7.294.874 | 6.828.940 | 93,61 | 465.934 |
| Séc da Articulação c/ os Municípios. | 165.000 | 123.184 | 74,66 | 41.816 |
| Séc.de Estado da Juventude e Esporte | 2.497.470 | 2.327.059 | 93,18 | 170.411 |

Apêndice D.4 (*continuação*)
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2003).

| Poderes e Órgãos | Despesa | | | Economia Orçamentária |
|---------------------------------|----------------------|----------------------|--------------------|--------------------------|
| | Autorizada (R\$) | Realizada (R\$) | % de Realização | |
| Séc. do Meio Ambiente | 3.901.484 | 2.721.559 | 69,76 | 1.179.925 |
| Secretaria de Estado do Turismo | 14.590.339 | 12.073.111 | 82,75 | 2.517.228 |
| Reserva de Contingência | 1.000.000 | 0 | 0,00 | 1.000.000 |
| TOTAL DA DESPESA | 2.263.539.509 | 2.124.573.509 | 93,86 | 138.966.000 |

Fonte: Balanço Geral do Estado 2003.

Apêndice D.5
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2004).

| Poderes e Órgãos | Despesa | | | Economia |
|--|----------------------|----------------------|-----------------|-------------------|
| | Autorizada (R\$) | Realizada (R\$) | % de Realização | Orçamentária |
| Poder Legislativo | 135.598.550 | 135.095.581 | 99,63 | 502.969 |
| Assembléia Legislativa | 86.198.550 | 85.721.197 | 99,45 | 477.353 |
| Tribunal de Contas | 49.400.000 | 49.374.384 | 99,95 | 25.616 |
| Poder Judiciário | 138.561.494 | 138.268.789 | 99,79 | 292.705 |
| Tribunal de Justiça | 138.561.494 | 138.268.789 | 99,79 | 292.705 |
| Poder Executivo | 2.344.925.418 | 2.258.664.758 | 96,32 | 86.260.660 |
| Séc. Coord. Polit. e Ass. Inst. | 1.677.130 | 0 | 0,00 | 1.677.130 |
| Secretaria de Estado de Governo | 4.432.930 | 4.227.504 | 95,37 | 205.426 |
| PGE | 9.267.620 | 9.027.219 | 97,41 | 240.401 |
| Ministério Público | 48.870.100 | 48.656.571 | 99,56 | 213.529 |
| Gabinete da Vice-Governadoria | 685.660 | 596.135 | 86,94 | 89.525 |
| Casa Civil | 22.692.082 | 22.547.466 | 99,36 | 144.616 |
| SEPLANTEC | 91.286.351 | 86.573.530 | 94,84 | 4.712.821 |
| SEAD | 163.673.256 | 159.658.797 | 97,55 | 4.014.459 |
| SEFAZ | 670.884.889 | 663.241.929 | 98,86 | 7.642.960 |
| SEAGRI | 76.435.439 | 72.252.480 | 94,53 | 4.182.959 |
| SEED | 375.018.834 | 351.336.104 | 93,68 | 23.682.730 |
| Séc. Indústria, Comercio e Turismo. | 23.793.626 | 22.754.237 | 95,63 | 1.039.389 |
| SES | 253.588.024 | 248.014.425 | 97,80 | 5.573.599 |
| SEJUC | 21.897.140 | 20.354.778 | 92,96 | 1.542.362 |
| SSP | 84.960.397 | 82.778.395 | 97,43 | 2.182.002 |
| Corpo de Bombeiros | 15.984.530 | 15.597.353 | 97,58 | 387.177 |
| Polícia Militar de Sergipe | 101.290.600 | 100.507.835 | 99,23 | 782.765 |
| Séc. Comb. Pob. Assist. Social e Trab. | 48.998.261 | 40.346.283 | 82,34 | 8.651.978 |
| SEINFRA | 263.414.281 | 248.937.730 | 994,50 | 14.476.551 |
| Secretaria de Estado da Cultura | 5.069.859 | 4.705.752 | 92,82 | 364.107 |
| SECOM | 24.996.111 | 24.371.096 | 97,50 | 625.015 |
| Defensoria Pública do Estado | 7.280.157 | 6.753.382 | 92,76 | 526.775 |
| Séc da Articulação c/ os Municípios. | 2.093.862 | 1.778.980 | 84,96 | 314.882 |

Apêndice D.6 (*continuação*)
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2004).

| Poderes e Órgãos | Despesa | | | Economia |
|--------------------------------------|-------------------------|------------------------|------------------------|-------------------|
| | Autorizada (R\$) | Realizada (R\$) | % de Realização | |
| Séc.de Estado da Juventude e Esporte | 4.318.257 | 3.493.194 | 80,89 | 825.063 |
| Séc. do Meio Ambiente | 4.917.862 | 3.788.394 | 77,03 | 1.129.468 |
| Secretaria de Estado do Turismo | 17.398.160 | 16.365.189 | 94,06 | 1.032.971 |
| Reserva de Contingência | 1.000.000 | 0 | 0,00 | 1.000.000 |
| TOTAL DA DESPESA | 2.620.085.462 | 2.532.029.128 | 96,64 | 88.056.334 |

Fonte: Balanço Geral do Estado 2004.

Apêndice D.7
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2005).

| Poderes e Órgãos | Despesa | | | Economia Orçamentária |
|-------------------------------------|----------------------|----------------------|-----------------|--------------------------|
| | Autorizada (R\$) | Realizada (R\$) | % de Realização | |
| Poder Legislativo | 155.243.447 | 153.839.482 | 99,10 | 1.403.965 |
| Assembléia Legislativa | 98.588.000 | 97.503.222 | 98,90 | 1.084.778 |
| Tribunal de Contas | 56.655.447 | 56.336.260 | 99,44 | 319.187 |
| Poder Judiciário | 147.157.294 | 146.617.691 | 97,02 | 79.302.978 |
| Tribunal de Justiça | 147.157.294 | 146.617.691 | 97,02 | 79.302.978 |
| Poder Executivo | 2.664.285.588 | 2.584.982.610 | 97,02 | 79.302.978 |
| Séc. da Int. de Serv.Púb.Metro. | 429.727 | 228.831 | 53,25 | 200.896 |
| Séc.Coord.Polit. e Ass.Inst. | 19.536.074 | 19.320.586 | 98,90 | 215.488 |
| Secretaria de Estado de Governo | 10.488.865 | 10.032.602 | 95,65 | 456.263 |
| PGE | 10.194.653 | 10.111.856 | 99,19 | 82.797 |
| Ministério Público | 55.419.194 | 55.316.398 | 99,81 | 102.796 |
| Gabinete da Vice-Governadoria | 713.740 | 656.057 | 91,92 | 57.683 |
| Casa Civil | 24.485.510 | 24.298.177 | 99,23 | 187.333 |
| SEPLANTEC | 58.419.901 | 55.550.501 | 95,09 | 2.869.400 |
| SEAD | 116.439.942 | 112.515.735 | 96,63 | 3.924.207 |
| SEFAZ | 862.692.686 | 853.603.189 | 98,95 | 9.089.497 |
| SEAGRI | 98.412.979 | 93.770.689 | 95,28 | 4.642.290 |
| SEED | 450.993.883 | 434.197.618 | 96,28 | 16.796.265 |
| Séc. Indústria, Comercio e Turismo. | 32.663.346 | 32.354.429 | 99,05 | 308.917 |
| SES | 261.845.739 | 254.913.474 | 97,35 | 6.932.265 |
| SEJUC | 34.597.104 | 34.072.004 | 98,48 | 525.100 |
| SSP | 94.865.716 | 93.528.708 | 98,59 | 1.337.008 |
| Corpo de Bombeiros | 17.468.469 | 16.719.367 | 95,71 | 749.102 |
| Polícia Militar de Sergipe | 112.687.065 | 110.999.939 | 98,50 | 1.687.126 |
| Séc.Comb. Pob.Assist.Social e Trab. | 48.586.122 | 39.241.687 | 80,77 | 9.344.435 |
| SEINFRA | 302.428.093 | 286.804.940 | 94,83 | 15.623.153 |
| Secretaria de Estado da Cultura | 6.121.304 | 5.975.402 | 97,62 | 145.902 |
| SECOM | 13.912.007 | 13.847.622 | 99,54 | 64.385 |
| Defensoria Pública do Estado | 7.218.980 | 7.093.871 | 98,27 | 125.109 |

Apêndice D.8 (*continuação*)
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2005).

| Poderes e Órgãos | Despesa | | | Economia |
|--------------------------------------|-------------------------|------------------------|------------------------|-------------------|
| | Autorizada (R\$) | Realizada (R\$) | % de Realização | |
| Séc da Articulação c/ os Municípios. | 229.881 | 229.881 | 100,00 | 0 |
| Séc.de Estado da Juventude e Esporte | 4.079.880 | 3.637.102 | 89,15 | 442.778 |
| Séc. do Meio Ambiente | 5.420.089 | 3.239.442 | 59,77 | 2.180.647 |
| Secretaria de Estado do Turismo | 12.613.280 | 12.150.869 | 96,33 | 462.411 |
| SECTRAB | 1.321.359 | 571.634 | 43,26 | 749.725 |
| Reserva de Contingência | 1.000.000 | 0 | 0,00 | 1.000.000 |
| TOTAL DA DESPESA | 2.967.686.329 | 2.885.439.783 | 97,23 | 82.246.546 |

Fonte: Balanço Geral do Estado 2005.

Apêndice D.9
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2006).

| Poderes e Órgãos | Despesa | | | Economia Orçamentária |
|--|-------------------------|------------------------|------------------------|----------------------------------|
| | Autorizada (R\$) | Realizada (R\$) | % de Realização | |
| Poder Legislativo | 159.484.669 | 155.760.844 | 97,67 | 3.723.825 |
| Assembléia Legislativa | 95.496.635 | 91.986.865 | 96,32 | 3.509.770 |
| Tribunal de Contas | 63.988.034 | 63.773.979 | 99,67 | 214.055 |
| Poder Judiciário | 193.686.347 | 193.106.028 | 99,70 | 580.319 |
| Tribunal de Justiça | 193.686.347 | 193.106.028 | 99,70 | 580.319 |
| Poder Executivo | 3.367.754.852 | 3.227.129.538 | 95,82 | 140.625.314 |
| Séc. da Int. de Serv. Púb. Metro. | 2.202.986 | 2.118.570 | 96,17 | 84.416 |
| Séc. Coord. Polit. e Ass. Inst. | 4.445.721 | 4.124.352 | 92,77 | 321.369 |
| Secretaria de Estado de Governo | 16.058.763 | 15.321.751 | 95,41 | 737.012 |
| PGE | 17.766.114 | 70.346.194 | 98,43 | 270.733 |
| Ministério Público | 71.766.114 | 70.346.194 | 98,02 | 1.419.920 |
| Gabinete da Vice-Governadoria | 808.510 | 770.615 | 95,31 | 37.895 |
| Casa Civil | 38.234.433 | 37.749.791 | 98,73 | 484.642 |
| SEPLANTEC | 31.742.671 | 29.505.657 | 92,95 | 2.237.014 |
| SEAD | 251.079.265 | 235.965.397 | 93,98 | 15.113.868 |
| SEFAZ | 991.283.744 | 984.369.865 | 99,30 | 6.913.879 |
| SEAGRI | 128.626.996 | 121.863.515 | 94,74 | 6.763.481 |
| SEED | 552.262.116 | 515.819.877 | 93,40 | 36.442.239 |
| Séc. Indústria, Comercio e Turismo. | 58.007.216 | 53.062.878 | 91,48 | 4.944.338 |
| SES | 367.569.388 | 341.454.093 | 92,90 | 26.115.295 |
| SEJUC | 42.562.266 | 42.043.397 | 98,78 | 518.869 |
| SSP | 121.141.842 | 117.882.303 | 97,31 | 3.259.539 |
| Corpo de Bombeiros | 18.970.588 | 18.685.210 | 98,50 | 285.378 |
| Polícia Militar de Sergipe | 148.978.007 | 148.306.266 | 99,55 | 671.741 |
| Séc. Comb. Pob. Assist. Social e Trab. | 62.931.086 | 58.150.798 | 92,40 | 4.780.288 |
| SEINFRA | 344.114.928 | 318.349.810 | 92,51 | 25.765.118 |
| Secretaria de Estado da Cultura | 9.531.355 | 8.926.751 | 93,66 | 604.604 |
| SECOM | 43.634.620 | 43.529.133 | 99,76 | 105.487 |
| Defensoria Pública do Estado | 9.448.280 | 9.091.209 | 96,22 | 357.071 |

Apêndice D.10 (*continuação*)
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2006).

| Poderes e Órgãos | Despesa | | | Economia Orçamentária |
|--------------------------------------|-----------------------------------|----------------------------------|------------------------|--|
| | Autorizada (R\$) | Realizada (R\$) | % de Realização | |
| Séc da Articulação c/ os Municípios. | 6.633.500 | 6.509.282 | 98,13 | 124.218 |
| Séc.de Estado da Juventude e Esporte | 4.693.824 | 4.687.390 | 99,86 | 6.434 |
| Séc. do Meio Ambiente | 5.722.056 | 4.348.127 | 75,99 | 1.373.929 |
| Secretaria de Estado do Turismo | 13.259.765 | 12.868.134 | 97,05 | 391.631 |
| SECTRAB | 4.768.255 | 4.273.349 | 89,62 | 494.906 |
| Reserva de Contingência | 1.000.000 | 0 | 0,00 | 1.000.000 |
| TOTAL DA DESPESA | 3.721.925.868 | 3.575.996.410 | 96,08 | 145.929.458 |

Fonte: Balanço Geral do Estado 2006.

Apêndice D.11
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2007).

| Poderes e Órgãos | Despesa | | | Economia Orçamentária |
|---|-------------------------|------------------------|----------------------------------|--|
| | Autorizada (R\$) | Realizada (R\$) | % de Realização | |
| Poder Legislativo | 187.879.278,90 | 162.064.417,35 | 86,26 | 25.814.861,55 |
| Assembléia Legislativa | 118.763.509,75 | 98.708.755,51 | 83,11 | 20.054.754,24 |
| Tribunal de Contas | 69.115.769,15 | 63.355.661,84 | 91,67 | 5.760.107,31 |
| Poder Judiciário | 192.759.897,65 | 192.106.769,73 | 99,66 | 653.127,92 |
| Tribunal de Justiça | 192.759.897,65 | 192.106.769,73 | 99,66 | 653.127,92 |
| Poder Executivo | 3.515.292.450,02 | 3.075.901.133,84 | 87,50 | 439.391.316,18 |
| Séc. da Int. de Serv. Púb. Metro. | 431.803,19 | 431.803,19 | 100,00 | 0,00 |
| Secretaria de Estado de Governo | 14.592.546,84 | 11.017.355,46 | 75,50 | 3.575.191,38 |
| PGE | 19.700.416,38 | 19.262.602,52 | 97,78 | 437.813,86 |
| Ministério Público | 76.016.175,17 | 66.578.139,32 | 87,58 | 9.438.035,85 |
| Gabinete da Vice-Governadoria | 871.445,39 | 719.633,42 | 82,58 | 151.811,97 |
| Casa Civil | 35.695.080,21 | 27.269.405,72 | 76,40 | 8.425.674,49 |
| SEPLAN | 44.558.326,63 | 26.482.103,25 | 59,43 | 18.076.223,38 |
| SEAD | 573.858.764,24 | 521.822.183,64 | 90,93 | 52.036.580,60 |
| SEFAZ | 725.096.872,84 | 712.101.297,28 | 98,21 | 12.995.575,56 |
| SEAGRI | 157.452.080,21 | 93.094.791,99 | 59,13 | 64.357.288,80 |
| SEED | 552.872.586,89 | 544.856.314,19 | 98,55 | 8.016.272,70 |
| SEDETEC | 45.936.250,12 | 33.364.423,92 | 72,63 | 12.571.826,20 |
| SES | 456.977.888,14 | 410.496.511,82 | 89,83 | 46.481.376,32 |
| SEJUC | 52.178.708,01 | 43.104.486,92 | 82,61 | 9.074.221,09 |
| SSP | 118.197.293,27 | 111.705.257,13 | 94,51 | 6.492.036,14 |
| Corpo de Bombeiros | 27.414.289,48 | 20.152.106,48 | 73,51 | 7.262.183,00 |
| Polícia Militar de Sergipe | 172.044.176,41 | 164.457.654,64 | 95,59 | 7.586.521,77 |
| Séc. da Inclusão, Assist. e do Desenv. Social | 59.354.590,42 | 35.804.814,18 | 60,32 | 23.549.776,24 |
| SEINFRA | 248.940.805,04 | 131.548.846,98 | 52,84 | 117.391.958,06 |
| Secretaria de Estado da Cultura | 8.939.855,38 | 8.193.709,15 | 91,65 | 746.146,23 |
| SECOM | 21.920.271,54 | 20.509.304,45 | 93,56 | 1.410.967,09 |
| Defensoria Pública do Estado | 11.189.249,01 | 9.946.973,24 | 88,90 | 1.242.275,77 |

Apêndice D.12 (continuação)
Demonstrativo Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (2007)

| Poderes e Órgãos | Despesa | | | Economia Orçamentária |
|--|-------------------------|-------------------------|----------------------------|----------------------------------|
| | Autorizada (R\$) | Realizada (R\$) | % de Realização | |
| Séc das Cidades e da Integ. Municipal. | 1.387.030,00 | 1.026.693,75 | 74,02 | 360.336,25 |
| Séc.de Estado do Esporte e Lazer | 5.656.621,40 | 4.592.653,04 | 81,19 | 1.063.968,36 |
| Séc. do Meio Ambiente | 42.687.163,85 | 32.275.046,06 | 75,61 | 10.412.117,79 |
| Secretaria de Estado do Turismo | 11.673.640,50 | 7.853.563,48 | 67,28 | 3.820.077,02 |
| SECTRAB | 5.552.476,60 | 4.116.998,46 | 74,15 | 1.435.478,14 |
| Reserva de Contingência | 1.000.000 | 0 | 0,00 | 1.000.000 |
| TOTAL DA DESPESA | 3.896.931.626,57 | 3.430.072.320,92 | 88,02 | 466.859.305,65 |

Fonte: Balanço Geral do Estado 2007.

APÊNDICE E
DEMONSTRATIVOS DE EVOLUÇÃO DA DÍVIDA PÚBLICA

Apêndice E.1 - Sergipe: Evolução da Dívida pública (2000-2002)
Em R\$ milhões
Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (jan. 2007=100) - FGV/Conjutura Econômica
(Valor Corrente / IGP-M x 100)
BASE 2007=100

| VARIÁVEIS | EXERCICIO | | | DEFLATOR | | | SÉRIE DEFLACIONADA | | |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|--------------|--------------|
| | 2000 | 2001 | 2002 | IGP-M (2000) | IGP-M (2001) | IGP-M (2002) | 2000 | 2001 | 2002 |
| Dívida Interna | 1.733 | 1.647 | 1.643 | 52 | 58 | 65 | 3.333 | 2.839 | 2.527 |
| Tesouro Nacional | 606 | 538 | 474 | 52 | 58 | 65 | 1.166 | 928 | 730 |
| Lei 9.496/97 STN/COAFI | 759 | 747 | 786 | 52 | 58 | 65 | 1.459 | 1.287 | 1.210 |
| Lei 9.496/97 CONTA GRÁFICA | - | - | - | 52 | 58 | 65 | - | - | - |
| Bancos | - | - | - | 52 | 58 | 65 | - | - | - |
| Caixa Econômica Federal | 69 | 70 | 78 | 52 | 58 | 65 | 132 | 121 | 119 |
| Banco do Brasil | 83 | 88 | 68 | 52 | 58 | 65 | 159 | 151 | 104 |
| BNDES | 26 | 18 | 24 | 52 | 58 | 65 | 49 | 32 | 37 |
| BNB | 94 | 107 | 139 | 52 | 58 | 65 | 181 | 184 | 213 |
| FINEP | - | - | - | 52 | 58 | 65 | - | - | - |
| Outras Dívidas | 98 | 79 | 74 | 52 | 58 | 65 | 188 | 136 | 114 |
| Dívida Externa | 150 | 155 | 194 | 52 | 58 | 65 | 289 | 266 | 298 |
| Pro-Sertão FIDA | 34 | 39 | 51 | 52 | 58 | 65 | 64 | 67 | 78 |
| Pobreza Rural BIRD | 117 | 116 | 143 | 52 | 58 | 65 | 225 | 199 | 220 |
| Dívida Flutuante | 83 | 49 | 10 | 52 | 58 | 65 | 160 | 84 | 15 |
| Garantias | 600 | 535 | 436 | 52 | 58 | 65 | 1.153 | 922 | 670 |
| Dívida Consolidada Bruta | 2.566 | 2.385 | 2.282 | 52 | 58 | 65 | 4.935 | 4.112 | 3.511 |
| Ativo Financeiro | 175 | 193 | 213 | 52 | 58 | 65 | 337 | 333 | 328 |
| Dívida Consolidada Líquida | 2.391 | 2.192 | 2.069 | 52 | 58 | 65 | 4.598 | 3.779 | 3.182 |

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda

Nota: os valores em R\$ milhões estão inflacionados pelo IGP-M a preços de 2007

Apêndice E.2 - Sergipe: Evolução da Dívida pública (2003-2004)
Em R\$ milhões

Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (jan. 2007=100) - FGV/Conjutura Econômica
(Valor Corrente / IGP-M x 100)
BASE 2007=100

| VARIÁVEIS | EXERCÍCIO | | DEFLATOR | | | SÉRIE DEFLACIONADA | |
|-----------------------------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------|--------------------|--------------|
| | 2003 | 2004 | IGP-M (2003) | IGP-M (2004) | IGP-M (2007) | 2003 | 2004 |
| Dívida Interna | 1.364 | 1.330 | 81 | 88 | 100 | 1.684 | 1.512 |
| Tesouro Nacional | 371 | 313 | 81 | 88 | 100 | 458 | 356 |
| Lei 9.496/97 STN/COAFI | 691 | 695 | 81 | 88 | 100 | 853 | 790 |
| Lei 9.496/97 CONTA GRÁFICA | - | - | 81 | 88 | 100 | - | - |
| Bancos | - | - | 81 | 88 | 100 | - | - |
| Caixa Econômica Federal | 55 | 121 | 81 | 88 | 100 | 68 | 137 |
| Banco do Brasil | 47 | 36 | 81 | 88 | 100 | 58 | 41 |
| BNDES | 15 | 9 | 81 | 88 | 100 | 19 | 11 |
| BNB | 87 | 69 | 81 | 88 | 100 | 107 | 79 |
| FINEP | - | - | 81 | 88 | 100 | - | - |
| Outras Dívidas | 97 | 86 | 81 | 88 | 100 | 120 | 98 |
| Dívida Externa | 127 | 126 | 81 | 88 | 100 | 157 | 143 |
| Pro-Sertão FIDA | 30 | 22 | 81 | 88 | 100 | 37 | 25 |
| Pobreza Rural BIRD | 97 | 104 | 81 | 88 | 100 | 120 | 118 |
| Dívida Flutuante | 60 | 92 | 81 | 88 | 100 | 74 | 105 |
| Garantias | 353 | 313 | 81 | 88 | 100 | 435 | 356 |
| Dívida Consolidada Bruta | 1.904 | 1.861 | 81 | 88 | 100 | 2.351 | 2.115 |
| Ativo Financeiro | 199 | 224 | 81 | 88 | 100 | 246 | 254 |
| Dívida Consolidada Líquida | 1.706 | 1.638 | 81 | 88 | 100 | 2.106 | 1.861 |

Fonte: Secretaria do Estado da Fazenda

Nota: os valores em R\$ milhões estão inflacionados pelo IGP-M a preços de 2007

APÊNDICE F
DEMONSTRATIVOS DOS LIMITES DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL

Apêndice F.1 - Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (2000-2001)

Em R\$ milhões

Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), Índice (jan. 2007=100) - FGV/Conjutura Econômica
 (Valor Corrente / IGP-M x 100)
 BASE 2007=100

| RUBRICAS | LIMITE LEGAL %RCL | SÉRIE A PREÇOS CORRENTES | | | | DEFLATOR | | SÉRIE DEFLACIONADA | | | |
|---|----------------------|--------------------------|--------------|--------------|--------------|-----------------|-----------------|--------------------|--------------|--------------|--------------|
| | | 2000 | | 2001 | | IGP-M (2000) | IGP-M (2001) | 2000 | | 2001 | |
| | | VALOR | %RCL | VALOR | %RCL | | | VALOR | %RCL | VALOR | %RCL |
| Despesa com Pessoal | ≤ 60 | 692 | 57,3 | 813 | 58,3 | 52 | 58 | 1.332 | 57,3 | 1.402 | 58,2 |
| Executivo | ≤ 49 | 553 | 45,7 | 662 | 47,4 | 52 | 58 | 1.063 | 45,7 | 1.141 | 47,4 |
| Legislativo | ≤ 3 | 56 | 4,6 | 61 | 4,4 | 52 | 58 | 107 | 4,6 | 106 | 4,4 |
| Judiciário | ≤ 6 | 63 | 5,2 | 67 | 4,8 | 52 | 58 | 122 | 5,2 | 115 | 4,8 |
| Ministério Público | ≤ 2 | 21 | 1,7 | 23 | 1,7 | 52 | 58 | 41 | 1,7 | 40 | 1,7 |
| Dívida Consolidada Líquida | ≤ 200 | 1.421 | 117,5 | 1.437 | 103 | 52 | 58 | 2.732 | 117,5 | 2.478 | 103,0 |
| Total de Garantias | ≤ 22 | 356 | 29,5 | 351 | 25,1 | 52 | 58 | 685 | 29,5 | 604 | 25,1 |
| Receita de Operações de Crédito | ≤ 16 | 30 | 2,4 | 18 | 1,3 | 52 | 58 | 57 | 2,4 | 31 | 1,3 |
| Serviços da Dívida | ≤ 11,50 | 92 | 7,6 | 114 | 8,2 | 52 | 58 | 176 | 7,6 | 197 | 8,2 |
| RCL no Exercício Fiscal (Montante) | | 1.209 | 100,0 | 1.396 | 100,0 | 52 | 58 | 2.326 | 100,0 | 2.407 | 100,0 |

Fonte: Secretaria da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ milhões estão inflacionados pelo IGP-M a preços de 2007

Apêndice F.2 - Limites da Lei de Responsabilidade Fiscal (2002-2003)

Em R\$ milhões

Índice Geral de Preços - Mercado (IGP-M), índice (jan. 2007=100) - FGV/Conjutura Econômica
 (Valor Corrente / IGP-M x 100)
 BASE 2007=100

| RUBRICAS | LIMITE LEGAL %RCL | SÉRIE A PREÇOS CORRENTES | | | | DEFLATOR | | SÉRIE DEFLACIONADA | | | |
|---|----------------------|--------------------------|------------|--------------|------------|-----------------|-----------------|--------------------|---------------|--------------|---------------|
| | | 2002 | | 2003 | | IGP-M (2002) | IGP-M (2003) | 2002 | | 2003 | |
| | | VALOR | %RCL | VALOR | %RCL | | | VALOR | %RCL | VALOR | %RCL |
| Despesa com Pessoal | ≤ 60 | 945 | 56,4 | 1.069 | 59,2 | 65 | 81 | 1.454 | 56,4% | 1.320 | 59,2% |
| Executivo | ≤ 49 | 772 | 46,1 | 858 | 47,5 | 65 | 81 | 1.187 | 46,1% | 1.059 | 47,5% |
| Legislativo | ≤ 3 | 72 | 4,3 | 89 | 4,9 | 65 | 81 | 111 | 4,3% | 109 | 4,9% |
| Judiciário | ≤ 6 | 76 | 4,5 | 89 | 4,9 | 65 | 81 | 116 | 4,5% | 110 | 4,9% |
| Ministério Público | ≤ 2 | 26 | 1,5 | 34 | 1,9 | 65 | 81 | 40 | 1,5% | 42 | 1,9% |
| Dívida Consolidada Líquida | ≤ 200 | 1.540 | 91,9 | 1.559 | 86,4 | 65 | 81 | 2.369 | 91,9% | 1.925 | 86,3% |
| Total de Garantias | ≤ 22 | 324 | 19,4 | 322 | 17,9 | 65 | 81 | 499 | 19,4% | 398 | 17,9% |
| Receita de Operações de Crédito | ≤ 16 | 26 | 1,6 | 14 | 0,8 | 65 | 81 | 40 | 1,6% | 17 | 0,8% |
| Serviços da Dívida | ≤ 11,50 | 141 | 8,4 | 152 | 8,4 | 65 | 81 | 217 | 8,4% | 188 | 8,4% |
| RCL no Exercício Fiscal (Montante) | | 1.675 | 100 | 1.806 | 100 | 65 | 81 | 2.576 | 100,0% | 2.229 | 100,0% |

Fonte: Secretaria da Fazenda de Sergipe

Nota: os valores em R\$ milhões estão inflacionados pelo IGP-M a preços de 2007